

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS

LUANA SANTOS LEMOS

**A SUBJETIVIDADE NA INCORPORAÇÃO DA VOZ ALHEIA: A
PRESENÇA DO *EU* NO DISCURSO DO *OUTRO***

VITÓRIA
2010

LUANA SANTOS LEMOS

**A SUBJETIVIDADE NA INCORPORAÇÃO DA VOZ ALHEIA: A
PRESENÇA DO *EU* NO DISCURSO DO *OUTRO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na área de concentração Estudos Sobre o Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hilda De Oliveira Olímpio.

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Lemos, Luana Santos, 1984-
L557s A subjetividade na incorporação da voz alheia : a presença do
eu no discurso do *outro* / Luana Santos Lemos. – 2010.
134 f. : il.

Orientadora: Hilda de Oliveira Olímpio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Subjetividade. 2. Análise lingüística. 3. Análise do discurso.
I. Olímpio, Hilda de Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

Dedico este trabalho a toda minha família, que representa a base de todo o meu sucesso. Especialmente ao meu esposo, Antonio Marco, pela confiança, determinação com que me incentivou e o carinho que permitiu mais uma conquista na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, soberano Pai, fonte de toda sabedoria.

À exigente, competente e admirável professora Doutora Hilda de Oliveira Olímpio, pelos inestimáveis ensinamentos e pelo rigor com que sempre avaliou meus trabalhos.

Ao professor Doutor José Augusto Carvalho, à professora Doutora Virginia Abrahão e ao professor Doutor Luciano Vidon, cada um em sua área, pelos ensinamentos valiosos que me ajudaram a entender melhor o que é a linguagem.

À professora Doutora Penha Lins, pelas deliciosas conversas e contribuições teóricas.

Às professoras Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Doutora Elisabeth Cunha, pela grande contribuição na avaliação do meu texto.

Ao meu marido, Antonio Marco, por ter estado tão presente na elaboração deste trabalho e por sempre dizer “*fique tranquila, vai dar tudo certo*”, mesmo diante do meu *stress* contínuo e chiliques repentinos.

Às amigas Elaine Meirelles e Juliana Santos, por formar junto comigo a “*tropa de elite*”, pelas longas conversas, pelo encorajamento nos momentos de angústia e por sempre me lembrar que “*Missão dada é missão cumprida!*”

À minha linda família, por ser a minha base de sustentação, especialmente, à minha irmã Rayana, pelo carinho incondicional.

Aos amigos e colegas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À CAPES, pelo financiamento de parte do período da pesquisa.

“Sinto-me múltiplo. [...] uma suma de não-eus sintetizados num eu postiço.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente pesquisa, retomando a questão do sujeito heterogêneo, tem por objetivo principal discutir a subjetividade do locutor na incorporação do discurso *alheio*. Fundamentaremos nosso trabalho nos princípios *dialógicos da linguagem* de Bakhtin (1929, 1970 e 1979) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiollingística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b e 2008), auxiliada por categorias analíticas de Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) e conceitos teóricos propostos por Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008a[1995], 2008b). O *corpus* será composto de duas reportagens, uma da revista VEJA, e outra da revista ISTOÉ, ambas publicadas em 24 de junho de 2009 e centradas na discussão da *Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*. Aliando teoria e prática, buscaremos compreender como as estratégias no uso do discurso *alheio* se apresentam no gênero *reportagem*, descrevendo as diferentes formas como a voz do *outro* é incorporada à do jornalista para construir um ato de comunicação, a partir de estratégias de seleção, identificação e manipulação desse discurso *outro*. Nesse percurso investigativo, assumimos que a subjetividade existe e que o *eu* circunscreve a voz do *outro*, imprimindo-lhe um tom próprio, um sentido, por vezes, distante do discurso incorporado.

Palavras-chave: Subjetividade. Heterogeneidade. Discurso relatado. Semiollingística.

ABSTRACT

This research takes up the issue of the heterogeneous subject, it has as main objective to discuss the subjectivity of the speaker in the incorporation of a third person. We base our work on Bakhtin's principles of the *dialogic language* (1929, 1970 and 1979) and we have our theoretical and methodological semiolinguistic theory, developed by Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b and 2008), supported by Authier-Revuz (1990, 1998 and 2004) analytical categories and theoretical concepts proposed by Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008a [1995] and 2008b). The *corpus* will consist of two reports, one of the magazines is VEJA, the other one is ISTOÉ, both published on June 24, 2009 and focused on discussing the *Crisis brought to the Brazilian Senate in 2009*. Combining theory and practice, trying to understand how the strategies in the use of a third person occur in the gender report, describing the different ways, the voice of others is embodied in the journalist to build an act of communication from the selection of strategies, identification and manipulation of another speech. In this investigative journey, we assume that subjectivity exists and that one limited the voice of the others, giving it their own tone, a sense, sometimes far from the embedded speech.

Keywords: Subjectivity. Heterogeneity. Reported speech. Semiolinguistics.

ABREVIATURAS EMPREGADAS NO TRABALHO

AD – Análise do Discurso

ADF – Análise do Discurso da Escola Francesa

DD – Discurso Direto

DI – Discurso Indireto

DIL – Discurso Indireto Livre

EUc – Sujeito Comunicante

EUE – Sujeito Enunciador

TUi – Sujeito Interpretante

TUd – Sujeito Destinatário

Loc/r – Locutor Relator

Dr – Dito Relatado

Do – Dito de Origem

Loc/o – Locutor de Origem

Interloc/r – Interlocutor Final

Interloc/o – Intelocutor de Origem

(Eo – To) – Espaço-Tempo do Dito de Origem

(Er – Tr) – Espaço-Tempo do Dito Relatado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 RECONHECIMENTO DO SUJEITO HETEROGÊNEO.....	16
1.1 Os primeiros passos.....	17
1.2 A grande mudança: Bakhtin.....	22
1.3 Ecos bakhtinianos	26
1.4 Um balanço geral	35
2 A ESPECIFICIDADE DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA	37
2.1 Contratos e estratégias de discurso	43
2.2 Os modos de organização do discurso	49
2.2.1 Modo de organização enunciativo	50
2.2.2 Modo de organização descritivo	53
2.2.3 Modo de organização narrativo.....	54
2.2.4 Modo de organização argumentativo	56
3 A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO <i>ALHEIO</i>	60
3.1 Buscando a tradição	60
3.2 Alargando o quadro	63
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	76
4.1 A reportagem no discurso de informação midiático	77
4.1.1 O discurso informativo	84
4.1.2 O contrato de informação midiático e seus participantes	86
4.2 As estratégias na evocação da voz alheia e a subjetividade nessa incorporação	90
4.2.1 VEJA: “À sombra da constituição”	90
4.2.2 ISTOÉ: “Onde estão os éticos?”.....	102
4.4 Encerrando a análise	111
PALAVRAS FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

A inevitável presença da voz do *outro* em nossa prática de linguagem é uma questão tratada como consenso, nas últimas décadas, por várias correntes linguísticas que trabalham com texto e com discurso. Para essas correntes, a palavra *alheia* é um componente obrigatório da dimensão social da linguagem humana, componente que se torna visível nas diferentes formas de comunicação. Seja retomando, repetindo ou imitando o que os outros disseram; reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito por meio de um novo ato de enunciação, sempre que falamos em nossas palavras habitam outras vozes que não a nossa.

Desse modo, a palavra do *outro* entra na constituição de todo ato de enunciação produzido por um sujeito, instituindo um dialogismo permanente entre o *outro* e o sujeito que enuncia, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição.

De fato, a presença do *outro* no discurso do *eu* é uma tese largamente aceita nos estudos linguísticos contemporâneos, os quais procuram compreender o funcionamento discursivo/enunciativo da linguagem. No entanto, vale lembrar que, a partir do momento em que a Linguística da Enunciação começou a discutir a concepção de sujeito *uno* e a investigar a presença do *outro* na constituição dos discursos, a subjetividade, a presença do *eu* começou a perder terreno nos estudos da linguagem. Ora, reconhecer a presença do *outro* não significa anular a presença do *eu*, concebê-lo como um simples repositório de palavras alheias. Por isso, torna-se relevante investigar esse sujeito que busca o *outro* para constituir-se como tal.

Diante desse quadro, queremos chamar a atenção para o fato de que, nos estudos linguísticos atuais, muitas são as pesquisas que se preocupam com o *outro* no discurso do *eu*, porém poucas se voltam para a pesquisa do *eu* quando este toma o discurso do *outro*. Indo nessa direção, nossa preocupação centra-se mais na exploração dos sentidos produzidos pelo sujeito enunciador e na identificação das suas marcas de subjetividade ao efetuar escolhas e avaliações na interpretação do

discurso do *outro*; e menos na identificação das formas como o discurso *alheio* se apresenta no discurso do *eu*. Nesse sentido, o objetivo principal do nosso trabalho consiste em investigar a subjetividade na incorporação do discurso alheio, ou seja, o *eu* no discurso do *outro*.

É importante enfatizar que teremos o compromisso de não nos restringir às marcas formais, à questão da transmissão/recepção do discurso alheio, não reduzindo esse discurso apenas às três formas padronizadas de ensino (discurso direto, indireto e discurso indireto livre). A palavra do *outro* aparece, sob diferentes formas, de maneira mais ou menos explícita, com significações diversas, daí ser necessário distinguir diferentes tipos de heterogeneidade, e observar como essa heterogeneidade se apresenta na linguagem.

Em função de nossa proposta, fundamentaremos esta pesquisa nos princípios *dialógicos da linguagem* de Bakhtin (1995 [1929], 2002 [1970] e 2003 [1979])¹ e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b e 2008). O autor analisa os discursos no campo da comunicação, o que significa interpretar vestígios que permitam identificar as marcas deixadas pelos participantes do processo comunicacional da linguagem. Logo, para o teórico, todo ato social é considerado um ato de interação. Essa teoria possibilita analisar, como funcionam, nos atos de linguagem, as estratégias e efeitos do discurso do *outro* no *um* e a intencionalidade do sujeito comunicante ao usar o discurso do *outro*. Para Charaudeau (1996, p.34), um ato de linguagem carrega em si uma *intencionalidade* (a dos parceiros da troca comunicativa). Inserido em determinada *situação*, portador de um propósito sobre o mundo, o ato de linguagem está na dependência da *identidade* desses parceiros, resultando de um *desejo de influência* por parte do sujeito comunicante. Enquanto Bakhtin discute amplamente a concepção desse sujeito dialógico, entendemos que Charaudeau vai operacionalizar esses conceitos, tomando como ferramentas de análise as mais diversas materialidades discursivas.

¹ Buscaremos apresentar, quando necessário, duas datas na referência das principais obras que dão sustentação a esta pesquisa. A primeira data apresentada refere-se à edição a que tivemos acesso e da qual retiramos as citações presentes em nosso texto, e a segunda, marcada por colchetes, corresponde à edição original da obra.

Para apoiar esse quadro metodológico convocaremos, principalmente, as categorias analíticas propostas por Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) sobre *heterogeneidade discursiva* e conceitos buscados em Maingueneau (1997 [1987], 2004, 2008a [1995], 2008b). Além desses teóricos, também recorreremos a pesquisadores brasileiros como Possenti (1995) e Marcuschi (1991) e, sobretudo, àqueles que seguem a perspectiva da Teoria Semiolinguística, como: Machado (1998, 2000, 2001 e 2005), Gavazzi (2003) e Pauliukonis (2003 e 2008). Eventualmente, outros pesquisadores ligados ao CIAD-Rio (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso), da Faculdade de Letras da UFRJ; e ao NAD (Núcleo de Análise do Discurso), da Faculdade de Letras da UFMG, serão inseridos na fundamentação teórica.

Tendo em vista a finalidade deste estudo, tomamos como *corpus* duas reportagens, uma da revista VEJA, e outra da revista ISTOÉ, ambas publicadas em 24 de junho de 2009 e centradas na discussão da *Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*. “*À sombra da constituição*” é o título da reportagem da VEJA, assinada por Otávio Cabral e Diego Escosteguy; e “*Onde estão os éticos?*”, é o título da reportagem da ISTOÉ, assinada por Sérgio Pardellas.

No corpo do nosso trabalho, a título de ilustração, buscaremos exemplos em reportagens que envolvem a mesma temática. A preferência pelo gênero REPORTAGEM justifica-se pelo fato de que o discurso informativo vê-se construído a partir de estratégias polifônicas de evocação de *vozes alheias*, pois boa parte do material de que se nutre a informação vem de outros discursos. Os jornalistas, não só relatam fatos, mas também enunciações. Essa presença constante do ‘*discurso do outro*’ ou de ‘*outros discursos*’ nos textos jornalísticos nos chamou a atenção e serviu como ponto de partida para a presente pesquisa. Entretanto, o foco da nossa pesquisa é o “*trabalho do eu*” no tratamento do discurso do *outro*, que, retomado, transformado, silenciado, sempre estará a serviço desse discurso novo, proposto pelo jornalista/ pela revista.

Ora, se vamos nos dedicar à questão da subjetividade na incorporação de discurso alheio no gênero reportagem, buscaremos, com a presente pesquisa, responder a alguns questionamentos:

- Quais são os indícios do ponto de vista do locutor/jornalista na apropriação da voz alheia?
- Quais as estratégias utilizadas para alcançar determinados sentidos a partir desse discurso?
- É possível estabelecer as fronteiras entre o discurso do *um* e o discurso do *outro*?

A partir dessas questões é que nortearemos o nosso estudo a fim de compreender as estratégias de uso do discurso *alheio* no gênero reportagem, apontando a forma como a voz do *outro* é usada pelo jornalista para construir um ato de comunicação próprio, em que o discurso citado é avaliado, recontextualizado, redirecionado, subordinado a um posicionamento ideológico que *pode/ou não* coincidir com a posição do discurso incorporado. Em qualquer caso, essa incorporação não deve ser vista como uma simples reprodução.

O trabalho aqui apresentado está dividido em quatro capítulos. No *primeiro capítulo*, apresentaremos “O reconhecimento do sujeito heterogêneo”, salientando as várias perspectivas que o sujeito pode assumir no trânsito entre a Linguística, as Teorias da Enunciação e a Pragmática, até chegar às novas concepções do sujeito heterogêneo. No *segundo capítulo*, “A especificidade da Teoria Semiolinguística”, faremos um esboço dos conceitos básicos da Teoria Semiolinguística: sujeito; contrato e estratégias discursivas; e modos de organização do discurso. No *terceiro capítulo*, “A incorporação do discurso alheio”, discutiremos as questões referentes à subjetividade na incorporação do discurso do *outro*. No *quarto capítulo*, “Metodologia e análise do *corpus*”, apresentaremos os procedimentos metodológicos para a análise do *corpus*. Os métodos utilizados serão de caráter qualitativo, em que faremos uma breve reflexão sobre o gênero reportagem e o contrato de informação midiático que são essenciais para esse processo de investigação, partindo daí para a análise. Por último, faremos as considerações finais deste trabalho.

Apresentamos, assim, o caminho que pretendemos percorrer e esperamos que, ao longo do nosso trabalho, possamos, a partir de uma retomada da questão do sujeito, apontar as diferentes formas de heterogeneidade do discurso, com o intuito de mostrar que as estratégias de referência ao discurso do *outro* possuem funções e formas variadas que são assumidas pelo sujeito enunciador com uma determinada *intencionalidade*, partindo do pressuposto de que apresentar ou citar o discurso do outro implica, além de uma oferta de informação, uma posição diante do exposto, em que o sujeito assume uma posição de caráter interpretativo e avaliativo. Desse modo, nossa intenção, com este trabalho, consiste em mostrar a *subjetividade do locutor ao incorporar o discurso alheio*. Esperamos que nossa pesquisa contribua para a ampliação dos estudos sobre os sujeitos da linguagem e das relações do *um* com o *outro*.

1 RECONHECIMENTO DO SUJEITO HETEROGÊNEO

A concepção de sujeito tem sido colocada sob diferentes enfoques e perspectivas nas diversas linhas que integram o campo teórico da Linguística contemporânea, no entanto, parece consensual, nas últimas décadas, uma perspectiva de sujeito heterogêneo, em que o sujeito locutor não pode ser mais considerado como fonte absoluta do sentido, pois sua fala é constituída por falas de outros sujeitos, sendo resultado da interação de várias vozes e da relação com o *outro*. Nosso trabalho se insere nesse quadro teórico em que o sujeito uno, soberano, entendido como racional, vem sendo questionado e obrigado a conviver com outros sujeitos numa cena enunciativa plural e multifacetada.

Buscando as raízes desse movimento, juntamo-nos aos que admitem ser a partir dos estudos de Bakhtin (1995 [1929]) sobre o dialogismo que surgiram as numerosas pesquisas enfocando essa noção de sujeito heterogêneo. Para Bakhtin, o discurso não se constrói sobre o mesmo, mas se elabora em vista do *outro*. O sujeito, nesta concepção, é um ser essencialmente social, que só se constitui por meio do outro; é um ser clivado, plural. Em outras palavras, o *outro* perpassa, atravessa, condiciona o discurso do *eu*, completando-o e constituindo-o.

A partir do pensamento bakhtiniano, muitos trabalhos se comprometeram na pesquisa dessa heterogeneidade, nos mais variados campos. Nesse sentido, designações como: dialogismo, heterogeneidade mostrada/constitutiva, interdiscursividade, intertextualidade, intersubjetividade e polifonia fazem parte das discussões da Linguística contemporânea e contribuem para o entendimento desse sujeito que aparece não mais como dono do seu dizer.

No presente estudo, tentaremos fazer um caminho contrário ao apresentado na maioria das pesquisas. Muitas discussões sobre o sujeito heterogêneo se voltam para a busca da presença do *outro* no discurso, no entanto, parece-nos, nessas pesquisas, está sendo negligenciada a questão da *subjetividade*. Desse modo, a

nossa preocupação é investigar como na busca do *outro* o sujeito se coloca e se mantém vivo, buscando na voz do *outro* um reforço para a sua própria voz.

Partiremos do pressuposto de que admitir que esse *eu* seja constituído pelo *outro* não significa que o *eu* não exista. Em outro quadro teórico, Possenti (1995, p.48)² problematiza essa questão dizendo que a presença do *outro* não é suficiente para apagar a presença do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só. O autor argumenta que se a emergência do *outro* é condição inegável para a existência de todo discurso, a presença do *eu* é a condição prévia da enunciação na qual aparece o *outro*.

A partir dessa questão, para entendermos como foi o processo de reconhecimento desse sujeito heterogêneo, faremos, neste capítulo, um passeio por diferentes teorias que se ocuparam em discutir o sujeito e que representaram o avanço dos estudos da linguagem na concepção de um sujeito multifacetado e plural.

1.1 Os primeiros passos

Os estudos linguísticos anteriores às chamadas teorias da enunciação concebiam a língua como um sistema estático e homogêneo, livre da interferência de fatores externos. Um dos maiores representantes dessa concepção foi Saussure (1972 [1916]), que chegou a estabelecer a separação entre *langue* e *parole*. Com essa proposta, o teórico estabelece ao mesmo tempo um objeto científico e um objeto especificamente linguístico: um objeto científico, ao distinguir o que é geral e social do que é exclusivamente individual; e um objeto especificamente linguístico, separando-se, ao mesmo tempo, nas suas próprias palavras “o essencial do acessório”. Dessa forma, Saussure (1972 [1916]) desloca para fora da linguística propriamente dita todas as questões em torno do sujeito. Em sua concepção a língua faz a unidade da linguagem, ficando no âmbito da homogeneidade e do

² Conferir capítulo 3.2 - *A incorporação do discurso alheio: alargamento do quadro.*

abstrato, sem considerar sua exterioridade. O objeto da linguística é uma língua em que podem ser examinadas as relações sistêmicas, abstraindo-se totalmente o uso.

Já com o estudo das funções da linguagem, Jakobson (1963) começa a abalar essa concepção de língua estática e a mostrar a importância da interlocução nas diferentes formas de uso da língua. Entretanto, foi com Benveniste que se produziu a primeira mudança teórica de importância nos estudos linguísticos³: a presença dos responsáveis pelo ato de linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis ganham espaço nas teorias linguísticas. E com isso, o teórico instaura a primazia da enunciação sobre o enunciado e abre caminho para os estudos sobre a oposição EU/TU.

A teoria apresentada por Benveniste (1976 [1958], 1989 [1974]) vai além do estreito conceito estruturalista de língua como um código estável e predefinido, imanente, para passar a ver a língua também como uma entidade inferencial, dialógica⁴. A enunciação coloca o homem no mundo, no centro do ato enunciativo. E é a partir do ato da enunciação que se constroem sentidos. A concepção de língua de Benveniste se diferencia da de Saussure (1972 [1916]). Para o teórico da enunciação (1989 [1974], p. 63), “... *somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.*” Benveniste vê a língua no seio da sociedade e da cultura porque, para ele, o social é da natureza do homem e da língua.

O entendimento de língua, mostrado por Benveniste, também vai refletir na concepção de linguagem que defende. Esta não é entendida como um instrumento de comunicação. Em seu estudo sobre a subjetividade na linguagem, Benveniste (1976 [1958], p.285) questiona e critica essa noção de linguagem dizendo que “*Falar*

³ Benveniste dá um passo à frente em relação à teoria de Saussure ao introduzir a enunciação como elemento a ser estudado e inserir nos estudos linguísticos algo que havia sido excluído: o sujeito.

⁴ Segundo Benveniste (1989 [1974], p.87), “*o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo*”. Isso determina a estrutura do quadro figurativo da enunciação, o do diálogo, que tem obrigatoriamente um eu e um tu. Os dois participantes alternam as funções, caracterizando-se como parceiros e protagonistas na situação de enunciação. Isso, na verdade, vai criar uma relação intersubjetiva entre as pessoas do enunciado.

de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza”, mostrando que não se pode mais conceber a linguagem e o indivíduo dessa forma, porque *“não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”* (BENVENISTE, 1976 [1958]). Na verdade, essa concepção deixa o indivíduo à margem da linguagem. O que o autor propõe então é uma idéia de linguagem que dê ao indivíduo o *status* de sujeito. Dessa forma, a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito.

Benveniste (1976 [1958], p.286), diz que *“é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”*. Assim sendo, essa propriedade da subjetividade é determinada pelas marcas de pessoa e o seu *status* linguístico. O autor aponta, ainda, que a subjetividade é percebida materialmente num enunciado através de algumas formas (dêixis, tempos verbais) que a língua coloca à disposição do indivíduo que quer enunciar; e que, ao fazê-lo, transforma-se em *sujeito*.

A polaridade entre o sujeito que enuncia (EU) e o sujeito para o qual se destina o enunciado (TU) é considerada condição fundamental para a realização da língua em uma dada comunicação. Para o autor,

“a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco — ao qual digo *tu* e que me diz *tu*.” (BENVENISTE, 1976 [1958], p.286).

No entanto, ao ocupar o lugar do (EU), o sujeito vê recaída sobre si mesmo toda a responsabilidade pelo ato enunciativo, o que nos leva a refletir ainda sobre a questão do conceito de subjetividade. Tal conceito advém de uma concepção de linguagem como constitutiva do sujeito e viabilizadora da manifestação da própria subjetividade, uma vez que coloca o EGO (EU) como único responsável pela apropriação e uso da língua, o que aponta para uma subjetividade entendida como *“a capacidade do locutor para se propor como sujeito”* (BENVENISTE, 1976 [1958], p.286).

Vale lembrar que a teoria enunciativa proposta por Benveniste traz o sujeito para o cenário das preocupações linguísticas, personagem tido como ausente dentro da linguística saussuriana. Veremos, portanto, que Benveniste não nega Saussure (1972 [1916]), mas se compromete a ultrapassá-lo, ao propor uma linguística da fala, da enunciação. É importante também frisar a influência do pensamento do autor sobre a mudança do foco investigativo tradicional: no lugar de se analisar o texto como produto, passa-se a analisar o próprio ato de produzir discurso (a enunciação), que tem a propriedade fundamental de se projetar no enunciado, por meio de marcas linguísticas específicas (PAULIUKONIS, 2003, p.38).

Vale destacar que, com a noção de subjetividade, outras ideias também emergiram, como, por exemplo, as noções de sentido e contexto (referente), que, juntas, possibilitaram uma nova forma de pensar a língua/linguagem. O autor faz oposição entre o nível semiótico (da língua) e o semântico (da fala), na tentativa de definir forma e sentido na linguagem, posição que é bem esclarecedora da distinção entre aquilo que o linguista denomina “emprego das formas” e “emprego da língua”:

“A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o mundo, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas [...], organizando toda a vida dos homens. [...] Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (Benveniste, 1989 [1974], p. 229).

A ideia de que “*o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo*” (BENVENISTE, 1989 [1974]) traz consigo outro conceito fundamental para a teoria da enunciação de Benveniste: *a noção de referência, defendida como parte integrante da enunciação*. A esta noção de referência se junta outra: a noção de “*centro de referência interna*”, cuja função é “*colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação*” (BENVENISTE, 1989 [1974], p. 84). É este centro de referência interno que permite a emergência dos índices de pessoa, os índices de temporalidade e aquilo que Benveniste designa de índices de *ostensão*⁵. Uma atenção especial é dada à

⁵ Segundo Benveniste (1989 [1974], p. 84), são numerosos os índices de *ostensão* (tipo *este, aqui, etc.*), definidos pelo autor como “*termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo*”.

temporalidade. Ao contrário de considerá-la um quadro inato do pensamento, Benveniste concebe-a apenas no ato da enunciação. E é a partir deste presente da enunciação que se constrói o passado e o futuro.

Um passo também importante para alargar o quadro para o entendimento do sujeito foi dado pela Pragmática, que, levando em conta, sobretudo, o estatuto linguageiro do sujeito falante, objetiva dar conta dos efeitos performativos do enunciado, das ações do locutor sobre o interlocutor. A Pragmática, sem pretender qualquer teorização sobre o sujeito, se propõe a dar conta dos atos de linguagem dos falantes e das intenções que têm em mente ao enunciar. Dessa forma, segundo Lins (2002, p. 52) “*essa ciência tem como objetivo principal a preocupação com o estudo da significação que o falante quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem*”. E por isso, essa teoria servirá como inspiração para outras teorias como, por exemplo: A teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot (1987), e para alguns teóricos da Análise do Discurso, como Charaudeau (1996, 2008) e Maingueneau (1997).

Green (1996, p. 1) diz que a Pragmática é o estudo da interpretação das ações intencionais do homem. Para essa ciência é necessário considerar como os falantes organizam o que querem dizer, levando em conta: com quem eles vão interagir, o momento histórico em que vivem, a situação em que vão atuar, as inferências que os ouvintes fazem sobre o que é dito, além da análise do não-dito como parte daquilo que é comunicado. Tendo em vista todos esses aspectos, as noções de crença, intenção e ato racional são consideradas como cruciais para a Teoria Pragmática e servirão aos propósitos da análise que pretendemos fazer.

No momento em que se comunicam umas com as outras, as pessoas não produzem enunciados que contêm apenas palavras e estruturas gramaticais – elas praticam ações através dos enunciados produzidos. Ou seja, *dizer é fazer, é agir*. Essa é a idéia principal defendida por Austin (1990 [1962]): “*dizer é transmitir informações, mas é também (e, sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante*”.

1.2 A grande mudança: Bakhtin

Bakhtin⁶ (1995 [1929]) foi responsável por uma das mais ricas e frutíferas reflexões na história dos estudos da linguagem. Sua perspectiva filosófica da linguagem ressoa em diferentes áreas de estudo (como a Linguística, a História, a Literatura, a Filosofia, a Semiótica), fazendo brotar discussões sobre as inter-relações constitutivas dos discursos, a constituição dialógica da enunciação, a pluralidade de vozes, a alteridade, dentre outras características da intrínseca relação entre a língua e a vida. A abordagem de Bakhtin deu origem a numerosos estudos, enfocando a heterogeneidade enunciativa e constitutiva, bem como as atitudes dos sujeitos face aos mais diversos discursos. Diante da importância desse teórico para os estudos linguísticos, apresentaremos neste capítulo e ao longo do trabalho algumas das reflexões bakhtinianas que serviram de inspiração para esses novos olhares em relação ao sujeito.

Da mesma forma que Benveniste, Bakhtin (2003 [1979], p. 282) defendeu a relevância do enunciado, dizendo que “*ignorar sua natureza e suas particularidades em qualquer análise de discurso significa enfraquecer o vínculo que existe entre língua e vida*”.⁷ Porém, Bakhtin, não só coloca o enunciado como objeto dos estudos da linguagem como dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal. Nesse momento, é importante pontuar que até a divulgação dos estudos bakhtinianos o sujeito era considerado único. A partir da concepção dialógica da linguagem houve uma mudança nas perspectivas de estudo do sujeito: e assim o *outro* surge.

Nessa perspectiva, o enunciado não é um conceito meramente formal; um enunciado é sempre um acontecimento. Ele demanda uma situação histórica

⁶ Mesmo sabendo da existência de controvérsias sobre a autoria de algumas obras atribuídas a Bakhtin, decidimos, nesta pesquisa, não entrar na discussão e referir apenas Bakhtin na menção às obras do Círculo de Bakhtin, levando em conta o fato de esse teórico ser o pensador mais conhecido do Círculo.

⁷ Vale ressaltar, neste momento, que as proposições de Bakhtin, mesmo sendo formuladas bem antes dos postulados benvenistianos, só foram divulgadas no Ocidente tardiamente.

definida, atores sociais plenamente identificados, o compartilhamento de uma mesma cultura e o estabelecimento necessário de um diálogo. Todo enunciado demanda um outro a que responde ou um outro que a ele responderá. Por isso, compreender o pensamento de Bakhtin requer que um mergulho em um mundo permeado por relações dialógicas, no qual o sujeito se constitui à medida que vai ao encontro do *outro*.

Desse modo, a noção de sujeito em Bakhtin vincula-se às noções de dialogismo, enunciação, alteridade e (inter)subjetividade. O teórico defende a elaboração de uma teoria metalinguística (da enunciação) que se estrutura no princípio da (inter)subjetividade, que comporta a alteridade. Na sua concepção é impossível pensar o sujeito fora das relações com o outro, isto é, fora da (inter)subjetividade, pois é ela que permite contemplar a subjetividade, que deixa de ser entendida como homogênea, única e centralizadora. Nesse sentido, a alteridade decorre do princípio de que é no reconhecimento do *outro* que os indivíduos se constituem como sujeitos, num jogo de flexibilidade. Como pontua Brandão (2000, p.162-163),

“Sob o ponto de vista bakhtiniano, só se pode entender a interação eu/tu pela descentralização do sujeito, o qual perde o papel de centro da enunciação e passa a dividir o espaço com o outro. Essa descentração ocorre porque o *outro* perpassa, efetivamente, o discurso desse eu. Atravessa-o.

Assim, a partir do momento em que o sujeito perde esse papel centralizador, ele acaba por não se fixar no *eu* nem no *tu*, mas no espaço dialógico criado entre eles, num movimento de *vaivém* de vozes contínuo que circula nesse espaço”.

Para Bakhtin, a subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. O sujeito não é submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, e sim várias vozes sociais. Por isso, o sujeito, nessa concepção, é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância. Assim, todos os processos de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos.

Segundo Barros (2003, p.2-3) o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e

ideológico, ou seja, concebe-se o dialogismo como o espaço interacional entre o EU e o TU ou entre o EU e o OUTRO, no texto. Brait (1996, p.78) sintetiza de maneira bem clara e elucidativa a dupla função do dialogismo bakhtiniano:

“o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez instauram-se e são instaurados por esses discursos”.

Assim sendo, essa dupla orientação dialógica do discurso se explica em termos das relações que todo discurso estabelece com discursos produzidos anteriormente, bem como, com discursos ainda a serem produzidos. Dessa forma, a presença das vozes do outro no discurso se dá tanto em relação ao já-dito como também em relação à antecipação de uma resposta, enquanto dimensões de todo diálogo. A título de ilustração, vejamos o título e o *lide* da reportagem da revista VEJA de sete de julho de 2009:

“ATÉ PARECE UMA CADEIRA ELÉTRICA”

“Diminuído como presidente do Senado e quase ferido de morte política, José Sarney recorre à ajuda do presidente Lula e do PT para tentar escapar do mesmo destino de seus antecessores”. (VEJA, 07/07/09)

O discurso da revista reconstrói o sentido a partir do diálogo com discursos já produzidos anteriormente, mas que normalmente não são produzidos no contexto político. O termo “cadeira elétrica” lembra pena de morte – o extremo de uma punição judicial que não é adotada no Brasil. Mas o locutor lança mão desse termo, pelo uso da metáfora, para fazer alusão aos senadores que “morrem” politicamente depois de assumir a cadeira de presidente do Senado, levando a entender que esse é o possível destino de José Sarney. Desse modo, o discurso da revista cria dialogicamente um novo discurso, a partir de um já-dito, também apontando para outros discursos que poderão surgir.

Bakhtin contribuiu de forma grandiosa para os estudos sobre o texto e o discurso. Para o autor, qualquer texto é duplamente dialógico: apresenta uma relação dialógica entre os interlocutores e outra relação dialógica com outros textos. O

discurso também é fruto de uma relação dialógica, visto que ele se constrói por meio do diálogo entre sujeitos falantes (dialogismo) e também do diálogo com outros discursos (intertextualidade).

Segundo Bakhtin (1995 [1929]), a língua, em sua totalidade concreta, viva em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face. Ao contrário, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de *outrem*, que está presente no seu. Ou seja, um objeto qualquer do mundo mostra-se sempre perpassado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros; as palavras e as orações são sempre repetidas; mas os enunciados, ou o momento em que eles são ditos, não são repetido. Um enunciado não existe fora do dialogismo, nele estão presentes ecos e lembranças de outros enunciados atrelados a uma cadeia ininterrupta.

Uma das maiores contribuições de Bakhtin para os estudos da comunicação diz respeito à constituição dos sujeitos no diálogo. A comunicação deixa de ser um processo unilateral (de emissor para receptor). Para Bakhtin, “*não importam apenas os efeitos da comunicação sobre o destinatário, mas também os efeitos que a reação do destinatário produz sobre o destinador*” (Barros, 1996, p.31). Nessa perspectiva, as noções de emissor e receptor ganham uma nova roupagem. Ao invés de se constituírem apenas como agentes de emissão e recepção de mensagens, os interlocutores passam a ser vistos como seres sociais constituídos pelas interações sociais das quais participam.

Desse modo, como bem lembra Cunha (2003, p. 167), dentro dessa concepção bakhtiniana,

“[...] a linguagem só é compreendida se tivermos acesso a seus elementos constitutivos: participantes, lugar, tempo, propósito comunicativo (...) e às diferentes semiologias que entram em jogo na sua produção. Fora da produção em que a língua é produzida, o que há são abstrações, como as frases e palavras isoladas”.

Passaremos, agora, a discutir o conceito de vozes em Bakhtin, cujo entendimento é essencial para a compreensão do presente trabalho. Em decorrência das características de pluralidade e de alteridade que circundam as trocas discursivas, Bakhtin insiste na intertextualidade dos discursos, visto que todos os enunciados estão marcados por diferentes vozes provenientes de diversos falantes e de variados contextos.

Conforme os recursos discursivos utilizados pelos sujeitos falantes, teremos o discurso monofônico e o discurso polifônico. O primeiro abafa outras vozes, enquanto que o segundo permite entrever as diversas vozes que o constituem. No discurso polifônico, há uma pluralidade de vozes que coexistem em função do caráter dialógico das práticas discursivas; as relações dialógicas entre discursos são perceptíveis, isto é, deixam-se ver ou entrever.

No discurso monofônico, as relações dialógicas ocultam-se por trás de um discurso único, de uma única voz. O dialogismo refere-se às características interacionais e contextuais do discurso humano, de sua ação e de seu pensamento e define o discurso como uma teia constituída de muitas vozes ou de outros discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem uns aos outros, concordam/discordam entre si. Nos discursos, ‘falam’ diferentes vozes com posicionamentos ideológicos semelhantes ou contraditórios.

1.3 Ecos bakhtinianos

As contribuições de Bakhtin para os estudos linguísticos são extremamente importantes, pois suas formulações, apesar de anos de existência, ainda servem de alicerce para a reformulação e construção de novos conceitos para os estudos inovadores da linguagem. Por isso, apresentaremos, neste momento, algumas teorias que, de alguma forma, foram influenciadas pelos estudos bakhtinianos.

Um desses autores é Oswald Ducrot (1987) que, inspirando-se na concepção bakhtiniana de polifonia, introduziu nos estudos linguísticos sua própria “*Teoria Polifônica da Enunciação*”. Contrariando o pressuposto básico de Bakhtin de que a linguística não é capaz de dar conta da dialogia, o teórico em questão desenvolveu uma série de princípios e noções para uma abordagem linguística da *Polifonia*. Para isso, Ducrot exclui a noção de historicidade do texto como é visto em Bakhtin, reduzindo-a ao momento da realização do enunciado, que não existia antes de ser dito, e que não existirá mais depois. Nessa perspectiva, Ducrot (1987) desenvolve uma noção propriamente linguística da Polifonia, da qual ele se serve para a análise de toda uma série de fenômenos linguísticos, uma vez que, segundo ele, é possível reconhecer, na materialidade linguística, no enunciado representantes das diversas vozes que nele estão mascaradas.

Em sua teoria, Ducrot (1987) distingue frase e enunciado, considerando a frase uma “*entidade linguística abstrata*” idêntica a si mesma nas suas diversas realizações, e cujo valor semântico é a significação, em contrapartida, o enunciado é carregado de sentido, e se caracteriza por uma ocorrência particular, ou seja, é a realização histórica da frase.

Nessa perspectiva teórica, “*o sentido de um enunciado é a maneira pela qual o enunciatador apresenta seu ato de enunciação, a imagem que se pretende impor ao destinatário de sua enunciação*”, (1987, p.191) assim, a descrição semântica do enunciado implica um recurso à enunciação.

Segundo Ducrot (1987), alguns atos de linguagem permitem observar, de maneira clara, a presença de uma pluralidade de sujeitos, responsáveis, distintamente, pelo que enunciam. O autor vê, ainda, a necessidade de distinguirmos mesmo esses sujeitos, a fim de compreendermos os papéis desempenhados por eles e sua importância para o todo do ato de linguagem.

A partir da análise de enunciados nos quais é possível identificar várias vozes, o autor ressalta que só há polifonia quando é possível distinguir, em uma enunciação, dois tipos de personagem: o locutor, aquele que é responsável pelo enunciado; e o enunciatador, que, apesar de não falar, apresenta seu ponto de vista.

O grande mérito de Ducrot, segundo Charaudeau & Maingueneau⁸, foi introduzir a noção de polifonia nos estudos linguísticos. A originalidade de sua abordagem reside na cisão do sujeito falante no nível do próprio enunciado. Com inspiração nos trabalhos de Genette, que faz a distinção entre aquele que vê e aquele que fala, Ducrot introduziu uma distinção semelhante entre locutor e enunciadores.

A Teoria Polifônica Ducrot (1987) tenta mostrar que o autor de um enunciado jamais se expressa diretamente, mas que põe em cena, no mesmo enunciado, certo número de enunciadores. Assim, o objetivo fundamental de seu pensamento é contestar a tese da unicidade do sujeito falante.

Para Ducrot (1987, p. 182) o locutor é o agente da enunciação, é o ser a quem fazem referência o *eu* e as marcas de 1ª pessoa (excetuando-se o discurso direto), é o responsável pela enunciação no próprio enunciado. Já os enunciadores são os personagens apresentados no enunciado como realizadores dos atos do discurso, são os vários pontos de vista que aparecem no enunciado. Pode-se dizer, então, que a enunciação do locutor é atribuída a um enunciador. Primeiramente o autor distingue o locutor do sujeito falante empírico (que não é objeto da análise lingüística); em seguida, distingue o locutor do enunciador ou enunciadores. Ele diz que assim como o narrador se distingue do autor, o locutor se diferencia do sujeito falante empírico. Nesse sentido, o locutor é um ser do discurso, pertencente ao sentido do enunciado, diferentemente do sujeito falante empírico. Já o enunciador distingue-se tanto do locutor quanto do sujeito falante, visto que é caracterizado como uma figura da enunciação que representa a fonte a partir da qual os acontecimentos são apresentados.

Em vários pontos de sua obra Ducrot trata da polifonia dentro do enunciado, mostrando que nem sempre o locutor enuncia sozinho. Faz isso, por exemplo, ao analisar enunciados negativos, o fenômeno da pressuposição e alguns casos de operadores. Dentro do seu quadro teórico, um enunciado negativo permite

⁸ CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo – Contexto, 2006, p.385.

depreender duas vozes: uma negativa, de responsabilidade do locutor, e uma positiva, de responsabilidade de um enunciador ao qual o locutor responde.

A noção de polifonia de Ducrot foi adotada e adaptada por muitos pesquisadores em Linguística e em Análise do Discurso. Com frequência, essa noção intervém para tratar de problemas associados às diversas formas de discurso citado. Para Ducrot (1987), embora o discurso direto vise a informar sobre o discurso que foi efetivamente realizado, nada impede que o autor do relato apresente uma fala que ele simplesmente *suponha* que tenha alguns pontos comuns com aquela sobre a qual ele quer informar seu interlocutor. Assim, como o discurso direto não procura, necessariamente, fazer uma reprodução literal, o autor do relato pode, para dar a conhecer os pontos importantes da fala original, colocar em cena uma fala diferente, mas conservando ou acentuando o que considera essencial da fala relatada. Segundo Ducrot (1987, p.187), é possível, por exemplo, relatar em dois segundos um discurso de dois minutos. Logo, porque “*o estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal termo a termo*”.

As reflexões bakhtinianas também influenciaram grandes mudanças nas concepções do sujeito na Análise de Discurso de tradição francesa. Nesse campo específico, destacaremos, neste trabalho, duas tendências relacionadas ao sujeito: uma, que tem Michel Pêcheux como principal representante; e outra, inaugurada por Jacqueline Authier-Revuz.

Em *A Análise de Discurso: três épocas* (1997), Pêcheux traça um percurso da teoria por ele desenvolvida. Cabe enfatizar que as diferentes concepções de sujeito existentes nesta perspectiva teórica, resultam, segundo Mussalin (2001, p. 131), *das diferentes fases pelas quais passou*, e que o próprio Pêcheux (1997, p.311-318) resumiu com bastante propriedade.

Sintetizando, pode-se dizer que a ADF, comandada por Pêcheux, passou por grandes mudanças. Na primeira fase (AD-1), a ideia que predominava era a de um sujeito totalmente assujeitado às imposições da formação ideológica e da formação discursiva. Na segunda fase (AD-2), o sujeito continuava sendo visto como

assujeitado, mas já não se compreendia a formação discursiva como uma máquina estrutural fechada, concebendo-se nos discursos a justaposição de processos discursivos entrelaçados. Por último, sob a inspiração dos princípios bakhtinianos, em sua terceira fase (AD-3), a análise do discurso de Pêcheux se propõe a uma nova discussão: a *heterogeneidade discursiva*, ou seja, a presença do *outro* no discurso, levando o teórico a questionar a própria concepção de formação discursiva. Assim, na AD-3, insiste-se na questão da alteridade na identidade discursiva e a noção de “*máquina discursiva estrutural*” é substituída pela de “*máquinas discursivas paradoxais*”.

A noção de sujeito, na AD-3, sofre um deslocamento bastante significativo, uma vez que, no lugar de um sujeito totalmente dominado pela ideologia, tem-se um sujeito que, através de respostas inesperadas, jogos de palavras e outros recursos, discorda da ideologia e “fura” de alguma forma as suas malhas (FROSSARD, 2008, p.42). Diante disso, Pêcheux reconhece que a heterogeneidade é constitutiva do discurso e que ela é produzida pelas várias posições assumidas pelo sujeito. No entanto, essa heterogeneidade é, segundo ele, trabalhada pelo locutor, de maneira que o texto adquira uma unidade, uma coerência, seja harmonizando as diferentes vozes ou “*apagando*” aquelas que são discordantes.

Dentro dessa nova tendência da Análise do Discurso, destacaremos os trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1998, 2004), de quem Pêcheux se aproximou nas últimas fases de sua vida. Essa autora, buscando apresentar o conceito de heterogeneidade do sujeito e do discurso, se vale dos princípios do dialogismo bakhtiniano e da abordagem psicanalítica lacaniana (releitura de Freud) do sujeito com a linguagem.

Concebendo o sujeito como um efeito de linguagem, a Psicanálise busca as formas de constituição desse sujeito não no interior de uma fala homogênea, mas na diversidade de uma fala heterogênea, consequência de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. Desse modo, os trabalhos da autora revelam um sujeito que se movimenta entre o consciente e o inconsciente, um sujeito descentrado, que não é mais senhor de si, uma vez que o *Outro* passa a fazer parte de sua

identidade, pois, conforme a autora, o discurso e o sujeito são constitutivamente heterogêneos.

Fundamentada nessas concepções, Authier-Revuz (1990) analisa as marcas linguísticas daquilo que denomina *heterogeneidade mostrada* (as formas do discurso relatado, o uso das aspas, os enunciados metadiscursivos), que intervêm no fio discursivo, colocando em confronto a identidade e a alteridade da atividade subjetiva. Tais marcas, segundo a autora, articulam-se com a *heterogeneidade constitutiva* da linguagem (não-marcada linguisticamente), possível de ser definida pela relação que todo discurso mantém com outros discursos.

A enunciação, na teoria de Authier-Revuz (1990), constitui um campo heterogêneo do conhecimento, cujos estudos centram seu interesse na relação do sujeito com a língua e com o sentido. Dessa forma, é inevitável que a Linguística, entendida em seu sentido estrito, recorra a abordagens exteriores a seu campo, considerando a intervenção desses elementos para alicerçar a descrição dos fatos enunciativos (FLORES, 2009, p. 136-137). Com isso, entendemos que a proposta da autora, de certa forma, vai apontar para o caráter interdisciplinar da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau, como veremos mais adiante⁹.

Nessa perspectiva inaugurada por Jaqueline Authier-Revuz (1990) caminham as reflexões de Maingueneau (1997[1987], 2008a [1995]). O teórico propõe que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos, ou seja, o interdiscurso. Para o autor, em sua gênese, os discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem em seguida postos em relação, mas eles se formam de maneira regrada no interior do interdiscurso. “Um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às coisas, mas de um trabalho sobre outros discursos” (Maingueneau, 1997 [1987], p.120).

A ideia de interdiscurso de Maingueneau (1997 [1987]) é cuidadosamente definida. Ele propõe substituir a ideia geral de interdiscurso por uma tríade: universo

⁹ Conferir página 33 deste mesmo capítulo.

discursivo (conjunto finito de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada); campo discursivo (conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se em uma região determinada do universo discursivo); e espaço discursivo (subconjuntos de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito de analisar o Outro através do qual o discurso se constituiu).

A escolha do espaço discursivo como objeto de pesquisa deve resultar de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico. Maingueneau propõe pensar a presença do interdiscurso “*no próprio coração do intradiscurso*” (2008a [1995], p.36). Para ele, o *outro* não é um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível. O *outro* encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma (Maingueneau, 2008a [1995], p.36).

Daí o caráter essencialmente dialógico de todo discurso. Para Maingueneau (2008a [1995], p.33), sua proposta da primazia do interdiscurso na gênese de constituição de todo discurso inscreve-se no quadro de uma heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz, 1990), em que o Mesmo e seu *Outro* mantêm uma relação intrincada, inseparável, independentemente de qualquer forma de alteridade marcada. A orientação dialógica não é limitada aos enunciados portadores de citações ou alusões, como frisa Maingueneau (2008a [1995], p. 36-37)

“Assim, o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro” do discurso, ele mesmo considerado como invólucro de citações tomadas em seu fechamento. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade”.

No universo do gramaticalmente dizível (língua), um discurso define os enunciados possíveis, e os enunciados recusados são o território de seu outro – daquilo que não pode ser dito. Para Maingueneau (1997 [1987], p.122) a identidade do discurso se

estabelece a partir da oposição entre dois conjuntos de categorias semânticas: as categorias reivindicadas, a que Maingueneau chama de “positivas” (as categorias valorizadas provenientes das relações com intertextos a que recorre para se firmar), e as categorias recusadas, que chama de “negativas” (categorias desvalorizadas, provenientes das relações com intertextos que o “ameaçam”).

A Semiologia, base teórica desta pesquisa, é uma teoria da Análise do Discurso, proposta por *Patrick Charaudeau*. Ela se insere, sem dúvida alguma, no esforço amplo das Ciências Humanas na construção de um modelo multidimensional de compreensão da realidade social. O autor se esforça para constituir uma estratégia operacional de análise dos discursos capaz de contemplar, de modo integrado, as múltiplas dimensões envolvidas num ato de linguagem.

Em um dos seus artigos publicados no Brasil “*Para uma nova Análise do Discurso*”, Charaudeau (1996, p.5) propõe o adjetivo “novo”, trazendo uma perspectiva inovadora para a Análise do Discurso. O autor apresenta em sua proposta uma articulação entre dois planos: o *situacional* e o *linguístico*. Dessa forma, o uso social da linguagem não depende do código linguístico, mas da ação que os sujeitos da linguagem promovem sobre ele, ou seja, é um mecanismo que envolve tanto um *fazer* quanto um *dizer*. Esse *fazer*, proposto pelo autor, reporta à esfera situacional: o contexto e/ou o papel social exercido pelo sujeito que procede num ato de linguagem. O *dizer* é o lugar discursivo no qual os sujeitos, dentro de uma instância situacional ou contextual, se representam pelas palavras utilizadas no enunciado.

Nossa proposta de pesquisa é analisar o papel subjetivo da incorporação do discurso alheio, cuja análise deve levar em conta as condições de produção do discurso. Por conta disso, a perspectiva de Charaudeau é fundamental para nossa pesquisa, pois ela nos fornece ferramentas para, na análise, levar em conta a dimensão implícita da linguagem, a observação do contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre os interlocutores no que consiste à produção/interpretação.

Para essa proposta de análise, será necessária uma articulação da Semiologia com categorias oriundas de diferentes abordagens dos estudos que se dedicam à linguagem. Ultrapassando o projeto das análises puramente linguísticas,

Charaudeau (2008) propõe o exercício analítico do discurso como um ramo de conhecimento essencialmente interdisciplinar que pode (ou deve) interagir com a Linguística, a Sociolinguística, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, a História, etc. Charaudeau, se manifesta dizendo que

“Esta dificuldade de verificar, reproduzir, formalizar, enfim, de pôr o objeto linguístico à distância e de fixar os instrumentos de análise explícita, para nós, a inexistência de um itinerário único e obrigatório concernente à formação do pensamento linguístico. [...] Toda teoria, assim como toda fala, define-se em relação a outras teorias, a outras falas. No entanto, essa herança passa pelo sujeito que produz a teoria ou a fala; o que significa reafirmar que há tantos percursos históricos quantos forem os sujeitos que teorizam”. (Charaudeau, 2008, p.15)

Dessa forma, por muitas vezes, Charaudeau confessou o caráter “antropofágico” que sua teoria apresenta:

“[...] nosso ponto de vista é do antropófago, que pode ser levado a alimentar-se de certos conceitos aqui e ali (tais como *legitimidade, mercado linguístico, proteção de face, encenação, negociação, marcadores, conectores* etc.) para tornar a servi-los transformados num outro lugar de pertinência, num outro modelo, que seja estritamente linguageiro.” (CHARAUDEAU, 1996, p.22)

Com essa afirmação do autor, não é nenhum espanto constatar que a Teoria Semiolinguística é respaldada em conceitos oriundos da Teoria da Enunciação de Benveniste, da Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot, em conceitos da Pragmática de Austin, Searle e Grice, e, sobretudo, no conceito de dialogismo de Bakhtin, que vai permitir observar o ato de linguagem como um produto concreto da enunciação, que pode tornar-se palco do encontro de diferentes vozes ou de diferentes sujeitos-comunicantes que, ao se dirigirem aos sujeitos-interpretantes de seus atos de linguagem, vão acionar sujeitos-enunciadores e sujeitos destinatários¹⁰.

Essa transdisciplinariedade, característica da Teoria Semiolinguística, consiste em relacionar entre si determinados questionamentos que tratam do fenômeno da linguagem – sendo uns mais externos (lógica das ações e influência social), e outros mais internos (construção do sentido e construção do texto). Entretanto, Charaudeau (2005, p.13) salienta que a articulação desses questionamentos se faz numa perspectiva linguística (no sentido amplo).

¹⁰ Explicaremos melhor esses conceitos no capítulo dois – *A especificidade da Teoria Semiolinguística*.

A Teoria discursiva em pauta vai então se abrir para o estudo do conflito que existe entre o sujeito individual, único e o sujeito coletivo que nele habita e se faz ver, segundo as diferentes circunstâncias do discurso em que ele se encontra (Charaudeau, 2008, p.30). O autor analisa o discurso utilizando-se de conceitos linguísticos e extralinguísticos, sendo importante destacar algumas observações que ele faz a respeito da Teoria:

“[...] uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes [...]; é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceitualização estrutural de fatos languageiros. Não se pode separar esses dois aspectos”. (CHARAUDEAU, 2008, p.21).

De um lado, os sujeitos, para Charaudeau (2008), são caracterizados como tendo um “*projeto de fala*”, ou seja, objetivos mais ou menos claros que os motivam na construção de seus discursos e que são perseguidos estrategicamente. De outro lado, no entanto, o teórico não deixa, em momento algum, de caracterizar esses sujeitos como seres socialmente situados, portadores de identidades e de recursos específicos que os condicionam na definição de seus cursos de ação.

Nessa concepção de sujeito, Charaudeau (2008) evita tanto as concepções que enfatizam, unilateralmente, a dimensão da autonomia e liberdade do sujeito quanto as que acentuam a subordinação da consciência individual em relação aos determinantes sociais. Pode-se dizer que o sujeito, para o autor, encontra-se preso a uma série de constrangimentos relativos às características do contrato e às condições de sua realização. Esses constrangimentos não eliminam, no entanto, uma margem de escolha dentro da qual o sujeito pode agir estrategicamente.

1.4 Um balanço geral

Nosso objetivo neste capítulo foi investigar as diferentes concepções de sujeito nos estudos da linguagem, ou seja, investigar como as teorias conceberam o sujeito e

sua relação com o *outro*, com a finalidade de perceber como foi possível a construção teórica e as especificidades de cada teoria citada no reconhecimento desse sujeito heterogêneo.

O ponto de partida de nossa viagem foi a proposta de Benveniste, que provocou uma mudança no foco investigativo dos estudos linguísticos: no lugar de investigar o enunciado como produto, passa-se a analisar o próprio ato de produzir o discurso, a enunciação, e, conseqüentemente, as marcas de subjetividade deixadas no enunciado. O sujeito, então, antes colocado de lado pelos estudos saussurianos, ocupa uma posição privilegiada nesta perspectiva.

Observamos, no entanto, uma grande mudança em relação ao sujeito a partir dos estudos de Bakhtin (1995 [1929]): para o autor o homem não existe fora da relação com o outro, que se dá por meio da linguagem, constitutivamente dialógica. A preocupação com o outro surge, e ele é considerado como parte constitutiva do ser.

As contribuições de Bakhtin para os estudos linguísticos são extremamente importantes, pois a construção de seu quadro teórico, apesar de anos de existência, serviram de alicerce para a reformulação e construção de novos conceitos para estudos inovadores da linguagem, tais como, os estudos de Ducrot (1987), Authier-Revuz (1990), Maingueneau (1997 [1987]) e Charaudeau (2008).

Assim, o percurso feito nesse capítulo fez-se necessário pelo fato de tais teorias servirem como ponto de partida para entender elementos conceituais muitas vezes retomados, ampliados e até mesmo refutados pela Semiologia. Portanto, revisá-los, ainda que rapidamente, permite uma melhor compreensão da Teoria Semiológica e os motivos que nos levaram a escolhê-la como embasamento teórico para o estudo que nos propomos fazer sobre a subjetividade na incorporação da voz alheia.

2 A ESPECIFICIDADE DA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Do ponto de vista Semiolinguístico, o discurso se relaciona com a encenação de um ato de linguagem, o qual vem a ser uma espécie de representação cenográfica de um dizer social, de um pronunciamento contextualizado por fatores de ordem psicossocial e linguageira: um jogo cênico discursivo amparado pelo circuito do *fazer psicossocial*, que é o lugar situacional da enunciação; e o circuito da *organização do dizer*, o lugar do discurso. O *discurso*, por esse prisma, é o lugar onde o sujeito encena uma dada significação e, conseqüentemente, esse processo registra suas marcas em um texto, materialização possível de um ato de linguagem.

Charaudeau (1999, p.29) defende que o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais é dirigido. Para isso, propõe que seja estabelecida a diferença entre *sentido linguístico* e *sentido discursivo*, levando-se em consideração o ponto de vista de quem recebe as mensagens e que é, por conseguinte, levado a compreender e interpretar os enunciados que as compõem.

Dessa forma, o autor aponta três questões correlativas entre si, que, segundo ele, são centrais no estabelecimento da diferença entre *sentido linguístico* e *sentido discursivo*:

- i. a primeira é que o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação;
- ii. a segunda questão se dá em decorrência da primeira, na qual é exigido um novo tipo de competência, tanto para quem produz um ato de linguagem, quanto para quem o interpreta, e conduz à idéia de que

“o sentido discursivo caracteriza-se por sua opacidade face ao mundo, já que ele se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se

define em relações múltiplas de intersubjetividade” (CHARAUDEAU, 1999, p.31);

- iii. o terceiro ponto que caracteriza o sentido do discurso, opondo-o ao sentido linguístico, resulta dessa relação de opacidade que se instaura entre a linguagem e o mundo.

Segundo o autor, as diferenças entre o *sentido da língua* e o *sentido do discurso* mostram que as condições de pertinência de uma linguística do discurso são radicalmente diferentes das condições de uma linguística da língua. Para Charaudeau (1999, p.32):

“Uma linguística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (eu/tu) intersubjetivo em situação de interação social”.

Por esse motivo é que a teoria Semiolinguística se mostra de grande importância para os estudos discursivos, pois considera em sua análise esses dois níveis: o situacional e o discursivo. Nota-se que, sendo o discurso um fato social por excelência, ele não poderia ser estudado fora de uma esfera situacional, a qual motivaria e ofereceria as condições de emergência desse dizer social. Nessa relação, temos a ocorrência de dois momentos de encenação: a encenação *linguageira* e a encenação *discursiva*. São circuitos distintos, mas não excludentes: a encenação *discursiva* está, pois, presente na *linguageira*, sendo esta o processo pelo qual o sujeito, pelo ato de linguagem, instaura uma encenação discursiva. Se considerássemos isoladamente esses domínios, teríamos, de um lado, um texto em si mesmo, e, de outro, o conjunto das possibilidades de um discurso vir a ser realizado.

Dessa forma, a Teoria Semiolinguística considera que todo ato de linguagem é um ato de comunicação, no sentido de a comunicação ser um fenômeno social através do qual indivíduos, vivendo em coletividade, buscam se relacionar uns com os outros, estabelecer regras e normas de vida em sociedade e criar uma forma de pensar que lhes permita reconhecer-se como participantes de uma identidade cultural comum. Tudo isso se faz graças à linguagem, através da própria linguagem,

sem a qual não haveria sociedade humana. Assim, ao colocar os indivíduos em relação uns com os outros, a linguagem cria o sentido e esse cria o lugar social.

Nessa perspectiva, “*o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação*” (Charaudeau, 2008, p.23), ou seja, a expectativa múltipla do ato de linguagem depende do ponto de vista dos atores envolvidos no diálogo. Desse modo,

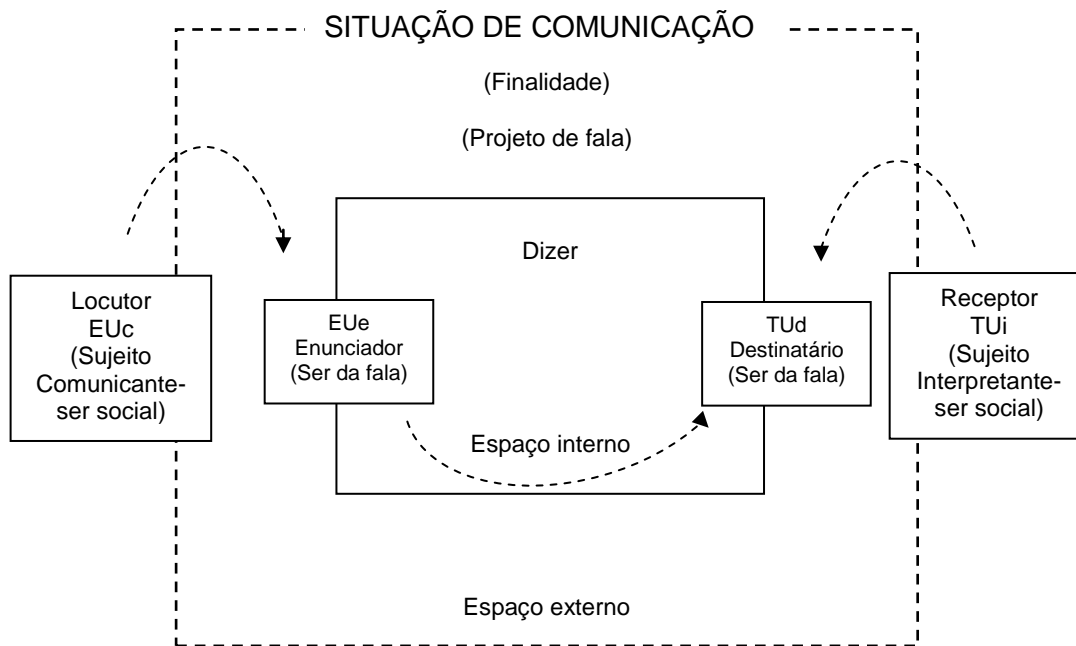
“A finalidade do ato de linguagem não deve ser buscada apenas em uma configuração verbal, mas, no jogo que um sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação entre os protagonistas em si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem”. (CHARAUDEAU, 2008, p.24)

Assim sendo, o ato de linguagem é um ato *inter-enunciativo* que se configura entre quatro sujeitos, sendo dois *situacionais*, externos, e dois *discursivos*, internos. Charaudeau chama essa representação de ***mise en scène***. Na oposição EU/TU, considerando os circuitos interno e externo da linguagem, temos os chamados “*parceiros*” e os “*protagonistas*”. Os primeiros são o “*sujeito comunicante*” e o “*sujeito interpretante*”, seres sociais e psicológicos, externos ao ato de linguagem, mas que nele se inscrevem. Os *protagonistas*, por sua vez, são seres da palavra, internos ao ato de linguagem, e se definem por meio de seus comportamentos discursivos.

Podemos entender o ato de linguagem como um lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos, ou seja, um encontro dialético entre dois processos. Primeiro, um processo de *Produção*, criado por um EU-comunicante, que é dirigido a um TU-destinatário; e segundo, um processo de *Interpretação*, criado por um TU-interpretante, que constrói uma imagem do EU-locutor. Em outras palavras, a oposição *produção/interpretação* remete aos papéis que assumem os parceiros de uma troca verbal no momento de sua realização. Sucessivamente, e alternativamente, eles assumem o papel daquele que produz um ato de linguagem no lugar de um outro, e daquele que recebe um ato de linguagem e tenta interpretá-lo.

Segundo Charaudeau (1996, p.34), um ato de linguagem carrega em si uma *intencionalidade* dos sujeitos falantes (parceiros da troca comunicativa). Inserido em

determinada *situação*, portador de um propósito sobre o mundo, o ato de linguagem está na dependência da *identidade* desses parceiros, resultando de um *desejo de influência* por parte de sujeito comunicante. Por essa razão, no quadro de uma semântica enunciativa que assuma e problematize a alteridade, o sujeito de um discurso é, ao mesmo tempo, sobredeterminado, pelos condicionamentos de ordens diversas, e livre para operar escolhas no momento de focalizar seu discurso. Ele é, ao mesmo tempo, coagido pelos dados da situação de comunicação (contrato) que o conduzem a se comportar de certa maneira, e livre de se individualar, o que o leva a usar determinadas estratégias. Assim, o ato de linguagem é prescrito por certo número de rituais sócio-linguageiros, o que leva o autor a montar o seguinte quadro teórico para tratar desse complexo mecanismo de discursivização:



Esquema apresentado por Charaudeau no livro *Linguagem e Discurso* (2008, p.52).

Desse modo, é possível constatar que a base da Semiologia está na *ação comunicativa* que envolve uma *situação de comunicação* (o quadro físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguageira). Tais parceiros são determinados por uma *identidade* (psicológica ou social) e são ligados por um contrato de comunicação¹¹. Mas, para fazer o contrato comunicacional “funcionar”, é necessário que o Eu-comunicante (*EUC*) e o Tu-interpretante (*TUI*) se abram à inclusão de outros sujeitos na cena enunciativa: o *EUC* aciona um *EUE* (eu-

¹¹ Mais à frente (p. 43) ilustraremos com mais detalhes essa relação contratual.

enunciador) que se dirige, em primeira instância, para um *TUd* (sujeito-destinatário idealizado).

Parece-nos pertinente acrescentar que o mundo falado por estes sujeitos tem dupla representação, de acordo com a esfera em que se encontram: quando esse mundo é considerado no *circuito de fala (EUE/TUd)*, corresponderá a uma representação *discursiva*; se ele for considerado no *circuito externo (EUC/TUi)*, como testemunha do real, corresponderá a uma representação da *situação de comunicação* (CHARAUDEAU, 2008, p.53). Por conta disso, Machado (2001, p.51) declara que

“um dos pontos fortes da Semiologia é o fato de ela considerar o ato de linguagem como resultante de uma espécie de ‘jogo’, ou seja: o ato de linguagem se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso”.

Tais manobras discursivas vão dar lugar à produção de estratégias por parte dos sujeitos comunicante e interpretante. Desse modo, todo ato de linguagem deve ser visto como uma “aposta” que tem por alvo o interlocutor que pode, ou não, interpretar corretamente a mensagem que se quer transmitir (CHARAUDEAU, 2008, p. 41).

Tendo em vista essas considerações, achamos pertinente fazer uma reflexão sobre o sujeito que, nessa teoria, se constitui como um *lugar de produção da significação da linguagem*, diferenciando-se, portanto, de um sujeito enquanto um ser concreto, seja ele individual ou coletivo. Os sujeitos da linguagem mantêm entre eles uma *relação contratual*, pela qual se constituem como *parceiros* em um ato comunicativo. O contrato estipulado nessa relação, ou por ela, prescreve, por sua vez, a construção mútua dos sujeitos. Os parceiros da comunicação estipulam seus papéis sociais e constroem-se através do reconhecimento desse fator. Trata-se de uma relação construída pela expectativa presente no ato linguageiro e não em relações sociais pré-existentes à comunicação.

A Semiologia concebe o sujeito como responsável por uma intenção de influenciar alguém, uma forma de ação que se manifesta pelo uso da linguagem. Intencionalidade e persuasão são traços presentes na atividade discursiva do sujeito

que se constitui como *comunicante*. Esse ato de linguagem é comandado por circunstâncias sociais, sendo os parceiros do ato comunicativo definidos por uma identidade, psicológica ou social, constituindo-se como sujeito *Enunciador* e *Destinatário*, seres de natureza discursiva, comandados pelos sujeitos: *Comunicante* e *Interpretante*. Para Charaudeau & Maingueneau¹² (2006, p.311), o sujeito comunicante EUC é o responsável pelo ato de linguagem e, portanto, é quem toma a palavra, quem se situa no *projeto de fala*. Simetricamente, o interlocutor (Sujeito interpretante, TUI) é o outro parceiro, o receptor, que recebe e interpreta o ato de comunicação que lhe é endereçado.

O *sujeito comunicante* EUC mobiliza, na encenação do dizer, as intenções que ajudam a construir hipóteses de saber sobre o interlocutor, que é posto como *sujeito interpretante* (TUI). Uma vez mobilizado esse mecanismo, uma *mise en scène* permite ao *sujeito comunicante* converter-se em *sujeito enunciador*. Há uma passagem, portanto, do *fazer* para o *dizer*, ou do simplesmente *dizer* para o efetivo *enunciar*. Do mesmo modo, o TUD é o resultado da conversão de um *sujeito interpretante* (TUI) em um ser situado em um universo de interação discursiva. Também esse receptor do discurso age na passagem de um *fazer* para um *receber* o *enunciado*.

Com base nessa fundamentação, percebemos que o ato de linguagem é muito mais do que um simples ato de comunicação, onde há a produção de uma mensagem de um emissor para um destinatário. Nesse ato de comunicação, ocorre também um processo de interpretação produzido por um destinatário interpretante que constrói a imagem do emissor. Dessa forma, esse ato de comunicação se transforma em um ato inter-enunciativo de que participam vários sujeitos.

Vale lembrar que, segundo a teoria Semiolinguística, *todos os atos de linguagem são encenações, no sentido teatral do termo* (CHARAUDEAU, 2001, p. 31-32). Essas encenações são uma resultante da combinação de uma determinada situação de comunicação, de uma determinada organização discursiva e de um determinado emprego de marcas linguísticas. Foi pensando nisso que Patrick Charaudeau (2008), no âmbito de sua teoria discursiva, elaborou e vem trabalhando com um

¹² In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

modelo dividido em três níveis, onde cada nível corresponde a um tipo de competência do sujeito: o *nível situacional*, ligado à *competência situacional*; o *nível discursivo*, ligado à *competência discursiva*; e o *nível semiolinguístico*, ligado à *competência semiolinguística*.

O *nível situacional* determina o que está em jogo em um ato de linguagem. Partindo do pressuposto de que não há linguagem sem um propósito, a competência situacional determina que todo sujeito que se comunica esteja apto a construir seu discurso em função das identidades dos protagonistas do intercâmbio, da finalidade do ato de comunicação, de seu tema e das circunstâncias materiais. O *nível discursivo* é o lugar em que se instauram as diferentes “maneiras de dizer” mais ou menos codificadas do sujeito: “seus modos de falar, os papéis languageiros que deve ter em função das instruções contidas nas coerções situacionais. É nesse nível que o sujeito se utiliza de diferentes procedimentos de encenação discursiva. Por último, o *nível semiolinguístico* é o lugar das escolhas linguísticas que configuram o texto em que são ordenadas “as formas dos signos, suas regras de combinação e seus sentidos, sabendo que estes são empregados para exprimir uma intenção de comunicação, em relação com os dados do quadro situacional e as coerções da organização discursiva” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.453).

Segundo o teórico, essas três competências, que se encontram num movimento constante de vaivém, formam a base necessária para se analisarem as condições da comunicação languageira.

2.1 Contratos e estratégias de discurso

Como já foi dito, para Charaudeau todo ato de linguagem é realizado dentro de uma espécie de *contrato*, que é implicitamente reconhecido pelos sujeitos. Na proposta Semiolinguística, o *Contrato de Comunicação* fundamenta as condições de um possível entendimento mútuo. A noção de contrato pode ser entendida como o “acordo” que possibilita a “tomada de contato” entre dois (ou mais) parceiros para

estabelecerem uma interação. Esses parceiros se relacionarão através de um contrato de comunicação que permitirá, primeiramente, que eles se reconheçam e compartilhem do encontro para buscarem, juntos, construir sentido, resultado do referido ato. O sentido não se encontra pronto ou localizado, inscrito em um dos parceiros, mas é co-construído.

O contrato determina, de um lado, um lugar de encontro em que o reconhecimento mútuo abre possibilidades de ação; e, de outro lado, impõe restrições que limitam a ação de cada um dos parceiros. Esse encontro se dará necessariamente localizado no tempo e no espaço, em uma situação específica.

Essa é uma das noções centrais na Teoria Semiológica, que é definida, no *Dicionário de Análise do Discurso* de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, como “a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, co-construindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (2002, p. 132).

Esse contrato se define, por um lado, pelos aspectos situacionais, compostos pela identidade dos sujeitos, seus objetivos, o assunto de que falam, as circunstâncias em que se apresentam. E, por outro, pelos aspectos discursivos relativos às maneiras de dizer ou às estratégias discursivas convenientes àquele ato de comunicação.

A intenção do EUC é que seu ato tenha sucesso e para isso se faz necessário que exista uma coincidência de interpretações entre o TUi e o TUD. Para esse sucesso o EUC fará uso de *contratos* e de *estratégias*. O *Contrato*, portanto, pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. E as *estratégias* repousam na hipótese, segundo Charaudeau (2008, p.56), de que o EUC concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar, de modo consciente ou não, com o sujeito destinatário ideal TUD construído pelo EUC.

Para Charaudeau (2008 p. 56), “o ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção, pode ser considerado como uma expedição e uma aventura”. Isso significa dizer que toda encenação intencional pode ser revisada e corrigida ou ser mal recebida pelo TUi, o qual tem a responsabilidade de interpretação. A *aventura*, portanto, está no campo do imprevisível, no sentido, pois o TUi detecta e interpreta, à sua maneira, tais contratos e estratégias. No espaço de estratégias, é determinada a *margem de manobra* com a qual o sujeito comunicante conta para produzir o seu discurso, a fim de envolver o sujeito interpretante. No espaço de *expedição*, o sujeito comunicante organiza o seu dito de acordo com suas possibilidades situacionais, a fim de atingir o sujeito interpretante. Entretanto, o sujeito comunicante não sabe ao certo se o outro parceiro de comunicação aceitará o contrato proposto.

O contrato comunicacional é regido pelo postulado de intencionalidade, ou seja, todo sujeito falante comunica com a intenção de influenciar de alguma forma seu interlocutor. É importante ainda frisar que são quatro os princípios que possibilitam as condições de comunicação, os quais são inseparáveis uns dos outros (CHARAUDEAU, 2005, p.15-16): princípios de alteridade, de pertinência, de influência e de regulação.

- o *princípio de alteridade*: diz respeito ao reconhecimento mútuo dos parceiros envolvidos na troca. Esses parceiros são, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes.

“São semelhantes porque, para que a troca se realize, é necessário que tenham em comum *universos de referência* (saberes compartilhados) e *finalidades* (motivações comuns); são diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na dissemelhança, e porque cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor reproduzidor de um ato de linguagem (o sujeito comunicante), de um sujeito receptor-interpretante deste ato de linguagem (o sujeito interpretante). Assim, segundo este princípio, cada um dos parceiros está engajado num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, numa interação que o legitima enquanto tal – o que é uma condição para que o ato de linguagem seja considerado válido. Este princípio é o fundamento do aspecto *contratual* de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si.” (CHARAUDEAU, 2005, p.15)

- o *princípio da pertinência*: fundamenta a recorrência a um saber comum partilhado, a obediência a um projeto de fala do Eu comunicante e o

reconhecimento pelo Sujeito interpretante de uma intenção comunicativa que deve estar concretizada nas estratégias utilizadas.

- o *princípio da influência*: todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento. Por conseguinte, todo sujeito-receptor de um ato de linguagem sabe que é alvo de influência. Isto confere a este último o direito de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência.

- o *princípio da regulação*: diz respeito à manutenção da transação entre os parceiros, para que não haja uma ruptura por parte de um dos parceiros envolvidos na troca comunicacional. Para isso, estratégias são colocadas em uso, assegurando minimamente uma intercompreensão; sem esta, a transação não seria possível. Esse princípio está estreitamente ligado ao princípio de influência, pois a toda influência pode corresponder uma contra-influência.

Esses quatro princípios ajudam a compor o *contrato de comunicação*, que determina a identidade dos parceiros para que estes sejam legitimados na situação de troca em que se encontram. Determinam também as finalidades ligadas ao *princípio de influência e de pertinência* e os *papéis linguageiros* que lhes são atribuídos.

A partir de um desafio construído no e pelo ato de linguagem, a relação contratual sempre vai conter uma expectativa entre seus participantes. Dessa forma, segundo Charaudeau (2001, p. 30) “*a relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolvem o ato linguageiro*”. Segundo Charaudeau (2001, p.31) os componentes que regem a relação contratual são três:

- i. o *comunicacional*, concebido como o quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes? Eles se veem? São únicos ou múltiplos? Que canal – oral ou gráfico – é por eles utilizado? Etc.

- ii. o *psicossocial*, concebido em termos dos *estatutos* que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro: idade, sexo, categoria sócio-profissional, posição hierárquica, relação de parentesco, pertencimento a uma instituição de caráter público ou privado, etc.

- iii. o *intencional*, concebido como um *conhecimento a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si mesmo) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados (intertextualidade). O componente intencional se apoia sobre duas questões que constituem os princípios de base de sua realização: O que está sendo colocado em questão, com que intenção de informação? De que maneira isso está sendo veiculado, ou qual será a intenção estratégica de manipulação?

Esses componentes regem a relação contratual. É por meio deles que os atos de linguagem são produzidos, estabelecendo os papéis que serão assumidos pelos parceiros nas produções languageiras. Para comunicar, nas mais diversas situações, o locutor fará uso dos *componentes do dispositivo de comunicação*, em função dos efeitos que pretende causar em seu interlocutor. Para ilustração, na linha de exemplificação de Charaudeau (2008), imaginemos um Tribunal de Júri: existe um contrato geral, regente da sessão, que determinará restrições para o Juiz, os Advogados, o réu e os jurados. Se, num evento inusitado, o advogado, em vez de defender o réu, contar piadas, existe uma grande chance de o Juiz ficar espantado e interromper sua fala; no entanto, por exemplo, o mesmo não faria se estivessem tomando cerveja em uma mesa de bar. Continuando nesse mesmo exemplo, se nessa mesa de bar, em vez do advogado pedir uma cerveja ao garçom, começasse a conversar sobre processos ou pedisse uma petição, o contrato também estaria sendo quebrado, pois o garçom provavelmente não compreenderia o propósito comunicativo do advogado.

É importante ressaltar que o contrato de comunicação é composto também por um espaço de restrições, onde se articulam as relações entre os parceiros do ato de comunicação e onde se colocam para eles certas direções e parâmetros. Há ainda

um espaço de estratégias onde se articulam os elementos discursivos do ato de comunicação. É nesse espaço de restrições que é determinada a identidade dos parceiros e a realidade psicossocial e linguageira em que esses sujeitos estão inseridos, bem como as condições essenciais ao estabelecimento ou não de um contrato. O *projeto de fala* é construído no sentido de fazer com que o ato de linguagem alcance o efeito pretendido.

Segundo Charaudeau (2008, p.56), para agir no espaço de estratégias, o sujeito - individual e coletivo - põe em cena determinadas operações linguageiras, para buscar a adesão do outro. Isso se dá segundo três níveis de realização: legitimidade, credibilidade e captação.

As estratégias de *legitimidade* visam a determinar a posição de autoridade que dá direito ao sujeito de tomar a palavra. São construídas na confluência do estatuto social do sujeito falante e do estatuto de palavra construído pelo *dizer*. Se fosse considerado apenas o estatuto social do sujeito falante, somente aqueles que tivessem, hierarquicamente, uma posição social mais elevada do que o outro teriam o poder de *dizer*. Essa hipótese não se confirma, pois o estatuto social do sujeito falante não é um dado único e definitivo no contrato comunicacional.

As estratégias de *credibilidade* fornecem as “provas” de um *dizer* verdadeiro, elaborado no discurso pelo sujeito falante. Ele deve saber dizer, de forma convincente, para seduzir ou informar o outro. Esse dizer deve ser considerado sob dois aspectos: provar que o dito corresponda aos acontecimentos que são realmente produzidos e fornecer as provas de uma explicação para dar razão de ser aos fatos. Para isso, a instância de produção deve fornecer ao destinatário a prova de que as afirmações feitas são *reais e verdadeiras*. As estratégias de credibilidade colocam em cena os efeitos de autenticidade e os efeitos de veracidade. Isso se dá pelas escolhas das estratégias discursivas.

As estratégias de *captação* consistem em levar o interlocutor a um estado emocional favorável aos dizeres do sujeito falante, ou seja, ele tentará seduzir ou informar o seu público-alvo, de modo que esse entre no ato de comunicação e, assim, partilhe a intencionalidade, os valores e as emoções de que esse ato é portador. Para isso, o

sujeito falante tenta captá-lo por meio da entonação da voz, da narração, do humor, da convivência, entre outros recursos.

Retomando as três estratégias anteriores, podemos dizer que elas se constituem com base nas formas de enunciação: elocutiva, alocutiva e delocutiva, e nos modos de organização do discurso. Essas formas serão expostas no próximo ponto, intitulado, *Os Modos de Organização do Discurso*.

2.2 Os modos de organização do discurso

O que é comunicar? Diante dessa pergunta, Charaudeau (2008, p.67) diz que “o ato de comunicação é representado como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante (o locutor ao falar ou escrever), em relação com um outro parceiro (o interlocutor)”. Dessa forma, o conceito de comunicação está além da simples transmissão de informações. Comunicar, nessa perspectiva, é proceder a uma *encenação* (no sentido teatral), em que o locutor, como no teatro, - seja para falar ou escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação, em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

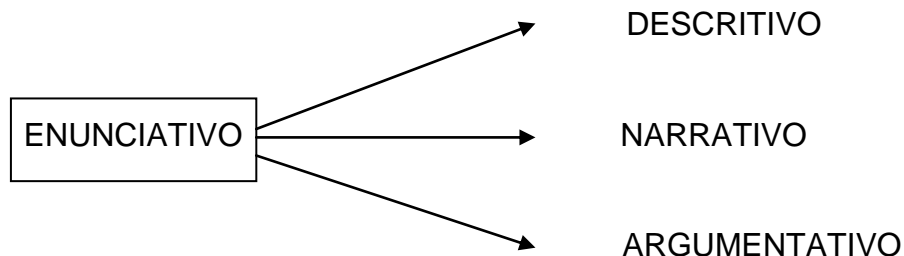
Segundo Charaudeau (2008, p.68), os componentes desse *dispositivo* são:

- a **Situação de comunicação**, que constitui o enquadre ao mesmo tempo *físico e mental* no qual se acham os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma *identidade* (PSICOLÓGICA E SOCIAL) e ligados por um *contrato de comunicação*.
- os **Modos de organização do discurso**, que constituem os *princípios de organização* da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: *ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR*.
- a **Língua**, que constitui material verbal estruturado em categorias linguísticas que possuem, ao mesmo tempo e de maneira consubstancial, uma *forma* e um *sentido*.
- o **Texto**, que representa o resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as *categorias de língua* e os *Modos de organização do discurso*, em função das restrições impostas pela *Situação*.

Neste capítulo, trataremos especificamente dos *Modos de Organização do Discurso*, que Charaudeau (2008, p.74) resumiu em quatro procedimentos: *enunciativo*, *descritivo*, *narrativo* e *argumentativo*. Cada um desses *Modos de organização do discurso*, para Charaudeau (2008, p.74), possui uma *função base* - que consiste na finalidade discursiva do *Projeto de Fala* do locutor - e um *princípio de organização* - que diz respeito à lógica específica de construção de determinado Modo e à *encenação*.

É relevante ressaltar que a manifestação desses modos de organização do discurso se constitui na realização linguageira em uma inter-relação de alteridade e de heterogeneidade.

O modo enunciativo tem uma função particular na organização do discurso, tendo como vocação essencial dar conta da posição de locutor em relação ao interlocutor. Por conta disso, esse modo vai influenciar na encenação de cada um dos três outros, podendo-se dizer, portanto, que esse modo comanda os demais.



Esquema apresentado por Charaudeau (2008, p. 74)

2.2.1 O modo de organização enunciativo

O modo de organização Enunciativo possui uma função essencial na organização do discurso, pois é uma categoria que organiza a posição dos sujeitos da linguagem e testemunha a posição que o locutor mantém com seu interlocutor, com o que é dito em seu discurso e com a realidade exterior. Por esse fato, o Modo Enunciativo

possui uma função particular na organização do discurso, pois é uma categoria do discurso que se sobrepõe aos outros.

Charaudeau (2008) chama a atenção para a necessidade de não se confundir o Modo Enunciativo com a Situação de Comunicação, uma vez que, na Situação de Comunicação, encontramos os seres sociais que são externos à linguagem (os parceiros do ato de linguagem); e no Modo Enunciativo teremos os seres da fala que são internos à linguagem. E também não confundir com a Modalização, pois ela é uma categoria de língua que reúne o conjunto dos procedimentos estritamente linguísticos, os quais permitem tornar explícito o ponto de vista do locutor. Mesmo que Modalização e Enunciativo estejam intimamente ligados, o modo enunciativo está relacionado com uma categoria do discurso que indica a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação.

Para a Semiologia podemos estabelecer três funções básicas no Modo Enunciativo:

- I. O comportamento ALOCUTIVO, que estabelece uma relação de influência entre locutor e interlocutor;
- II. O comportamento ELOCUTIVO, que revela a posição do locutor em relação ao seu dito;
- III. O comportamento DELOCUTIVO, em que o locutor se apaga, dando lugar ao discurso de um terceiro.

No comportamento ALOCUTIVO, o locutor enuncia sua posição em relação ao interlocutor. Este é determinado sob a forma de um pronome pessoal (tu, você, senhor, etc.), em frases interrogativas ou imperativas. Há uma simulação de diálogo direto entre os sujeitos. As regras languageiras atribuídas a eles são de duas ordens: uma, de superioridade; e outra, de inferioridade. Na primeira, o locutor emprega categorias da língua, obrigando o interlocutor a tomar posição. Na segunda, o locutor solicita algo a seu interlocutor. Tomemos como exemplo desse

comportamento algumas placas de advertência que estão presentes em diferentes ambientes públicos: “*PROIBIDO FUMAR*”, “*NÃO ESTACIONE*”, “*NÃO JOGUE LIXO NO CHÃO*”.

No comportamento ELOCUTIVO, o locutor posiciona seu dito em relação a si mesmo, desvelando a sua própria posição, a sua avaliação e as suas emoções. O resultado disso é uma enunciação que tem por efeito modalizar o seu enunciado que se encontra no implícito do discurso. Nesse ato, o interlocutor não é implicado. Há marcas do locutor sob a forma de pronome pessoal: eu e nós. Por exemplo: “*Faço questão da sua presença no churrasco!*” ou “*Prometo que não falarei muito*”

No comportamento DELOCUTIVO, o locutor não assume a responsabilidade do seu dito. É como se o enunciado existisse por si só. Há um distanciamento desse sujeito em relação ao seu discurso. Esse ato é marcado pela impessoalidade. Considera-se, aqui, a forma enunciativa na qual o locutor se apaga do ato de enunciação e por isso não implica diretamente o interlocutor. Veja:

“(...) Em um discurso de pouco mais de meia hora, (SARNEY) disse que a crise não é dele, mas de todo o senado (...)” (VEJA, 24 de junho de 2009)

O locutor se posiciona como testemunha de uma realidade que está acima de sua verdade e põe em evidência o efeito de objetividade do texto, uma vez que o dito não pertence àquele que enuncia. Charaudeau (2008, p.84) observa que

“O ato de enunciação que descreve a “relação com um terceiro” é de fato peculiar. Sabemos que todo ato de linguagem depende, de um modo ou de outro, do sujeito falante e de seus diferentes pontos de vista. Trata-se, portanto, de um “jogo” protagonizado pelo sujeito falante, como se fosse possível a ele não ter *ponto de vista*, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si”.

Charaudeau (2008, p.84) mostra que os procedimentos da construção enunciativa são de *ordem linguística*, que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo, por meio de processos de modalização do enunciado; e de *ordem discursiva*, que contribuem para pôr em cena outros *Modos de Organização do Discurso* (Descritivo, Narrativo e o Argumentativo).

2.2.2 O modo de organização descritivo

O Modo de Organização Descritivo é concebido como aquele que atribui qualidades, nomeia o mundo e identifica seres e objetos. Ele faz surgir uma realidade através do enfoque de um sujeito observador. Esse modo caracteriza-se por ser atemporal, pois há uma estaticidade em relação ao tempo. Entretanto, descrever está ligado a contar, uma vez que as ações só têm sentido com relação às qualificações dos atores.

Esse modo é formado pelos componentes *nomear*, *localizar/situar* e *qualificar*. O componente *nomear* identifica, de maneira orientada, os seres do mundo, os lugares e os objetos. É o resultado de uma operação de classificação que dá lugar a seres significantes. O componente *localizar/situar* determina a posição que os seres ocupam no tempo e no espaço. O componente *qualificar* identifica nos seres qualidades/características que permitem a sua classificação no mundo, uns em relação aos outros. É o componente que permite ao sujeito enunciador demonstrar as visões de mundo.

Para nomear é utilizado o *processo de identificação específica*, que consiste em dar existência aos seres do mundo por meio de nomes próprios, marcas de produtos e de características de identificação. Utiliza-se também o *processo de identificação genérica*, que se resume em dar existência aos seres do mundo por meio de nomes comuns que fazem referência a uma categoria.

Para localizar os seres no tempo e no espaço é utilizado o *processo de construção objetiva do mundo*, que se restringe a dar existência exata a eles no tempo e no espaço. Emprega-se também o *processo de construção subjetiva do mundo*, que consiste em descrever a realidade não exatamente como o observador a vê, mas como ele a sente a partir do que vê. “O universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito” (CHARAUDEAU, 2008, p.125)

Para qualificar é utilizado o *processo de construção subjetiva do mundo*, que se baseia numa descrição dos seres do mundo e de seus comportamentos por meio da ótica do sujeito falante. Usa-se também do *processo de construção objetiva do mundo*, que consiste em descrever a realidade da forma que parece ser.

A encenação descritiva é conduzida pelo sujeito comunicante, o descritor, que pode intervir, de maneira explícita ou não, e em todos os casos produz uma série de efeitos, entre eles: o efeito de *saber*, efeito de *realidade* e de *ficção*, efeito de *confidência*, dentre outros, que podem ou não ser percebidos pelo sujeito interpretante.

2.2.3 O modo de organização narrativo

Charaudeau (2008, p.151) concebe este modo como aquele que organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, no qual os seres estão implicados. Há quatro princípios que constituem a lógica narrativa: coerência (sucessão de acontecimentos correlacionados com começo e fim); intencionalidade (organização de interesses encaminhados para um objetivo); encadeamento (acontecimentos reagrupados em simetria); e localização de ações (acontecimentos inscritos em uma dimensão espaço-temporal).

Esse modo é caracterizado por uma dupla articulação:

- I. a construção de uma *sucessão de ações*, segundo uma lógica acional que constituirá o esqueleto de uma história. Trata-se da organização da *lógica narrativa*.
- II. a constituição de uma *representação narrativa*, que faz com que a história e sua organização acional se torne um universo narrado. Trata-se da *organização da narrativização*. Ela constrói o universo narrado, sob a

responsabilidade de um *sujeito narrante* ligado ao destinatário da narrativa.

O narrador está sempre presente na narrativa. Ele pode ser um personagem da história ou testemunha das experiências vividas pelos *actantes*, os quais, por sua vez, desempenham o papel linguístico e estão ligados à ação, recebendo sua função como personagem. Por outro lado, o papel narrativo depende do contexto da trama e caracteriza a ação dos personagens. O narrador descreve seus personagens subjetiva e objetivamente.

Observamos que Charaudeau mostra-se cuidadoso ao delimitar as fronteiras entre o narrar e o descrever. Como propõe o autor (2008, p. 157), a descrição apresenta um mundo existente e imutável que é reconhecido, mostrado, enquanto a narração

“leva-nos a descobrir um mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo”. [...] Ou seja, pode-se dizer que o Descritivo “organiza o mundo de maneira taxionômica (classificação dos seres do universo), descontínua (nenhuma ligação necessária entre os seres entre si nem das propriedades entre elas), e aberta (nem começo nem fim necessários), enquanto o Narrativo organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento (princípio/fim)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 157)

Desse modo, segundo Charaudeau (2008, p.153),

“[...] contar não é somente descrever uma sequência de fatos ou acontecimentos. Para que haja narrativa, é necessário um “contador”, investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa para alguém, e isso, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa”.

Contar é, pois, construir um universo de representação das ações humanas através de um duplo imaginário. Quanto à estrutura dos acontecimentos, mesmo sendo considerada uma imagem fixa, o produtor do enunciado ativa um conhecimento prévio na mente do destinatário, fazendo com que as imagens se tornem unidades de informação e de captação capazes de reconstruir os esquemas narrativos subjacentes.

2.2.4 O modo de organização argumentativo

De acordo com Charaudeau (2008), o *Modo de Organização Argumentativo* se refere a certas operações de pensamento, permitindo organizar relações de causalidade. A argumentação não inclui apenas as marcas explícitas indicadoras das operações lógicas, mas inclui também o implícito.

Esse entendimento preliminar permite-nos apreender melhor a noção de *argumentação*, expressa por Charaudeau (2008, p.203). Para construí-la, o autor nos alerta que ela não pode se reduzir a marcas em uma sequência de frases ou proposições ligadas por conectores lógicos. Isto porque a linguagem humana permite inúmeras combinações frásticas que não comportam marcas explícitas de operação lógica. Aliás, a argumentatividade em um discurso se encontra frequentemente oculta, implícita ao discurso.

Outro alerta que nos faz este autor é que a *argumentação* não deve ser confundida com outros atos do discurso que se combinam frequentemente com ela, mas têm existência autônoma. A *negação*, por exemplo, pode consistir somente em rejeitar uma asserção em uma situação do discurso. Mas ela torna-se argumentativa quando o seu objetivo consiste em *demonstrar que uma tese é falsa*. Desta maneira, o raciocínio do sujeito argumentante passa por uma operação de pensamento que consiste em expressar uma convicção e uma explicação endereçada a um interlocutor, com o objetivo de persuadi-lo e modificar o seu comportamento.

A estrutura da argumentação define-se, então, segundo Charaudeau (2008), por uma relação triangular: um *sujeito argumentante*; uma *asserção sobre uma tese*; e um outro sujeito, que constitui o *alvo* da argumentação. O objetivo do sujeito argumentante é levar o outro a aderir à sua tese, sabendo que ele pode aceitá-la ou recusá-la, ou seja, argumentar é uma atividade discursiva que, projetada do ponto de vista do sujeito argumentante, possui um duplo objetivo: *uma busca de racionalidade que possa servir como ideal de verdade* quanto à explicação de fenômenos do universo que não possuam uma única explicação, situação em que o

verossímil é o aceito como verdadeiro pelas representações sócio-culturais entre os membros do grupo, num jogo de *verdade* e *universalidade* das explicações; *uma busca de influência, como ideal de persuasão*, que consiste em fazer com que o outro (*interlocutor* ou *destinatário*) partilhe certo universo discursivo, a fim de que este almeje ter o mesmo ideal, tornando-se, assim, um co-enunciador discursivo.

Já que a argumentação presume uma tese defendida por um sujeito argumentante e uma outra tese, contrária à primeira, devemos atentar para o fato de que a argumentação envolve o debate e a oposição. Há dois pontos fundamentais que definem o discurso argumentativo: *a argumentação demonstrativa* e *a argumentação retórica*.

A *argumentação demonstrativa* visa a explicar os fenômenos acompanhando lógicas de raciocínio explícitas a fim de convencer o outro do caráter verdadeiro ou verossímil de uma explicação. Ela parte de premissas lógicas para chegar a uma conclusão derivada. Dois tipos de raciocínios são importantes para a construção da argumentação demonstrativa: os raciocínios indutivos e dedutivos. Os raciocínios indutivos partem dos fatos particulares para chegar a uma conclusão ampliada; os raciocínios dedutivos partem de uma verdade estabelecida para provar a validade de um fato particular. Vale ressaltar que a “verdade” irá depender das representações sociais compartilhadas por indivíduos de um dado grupo. A *argumentação retórica* visa a trazer o outro para o universo de discurso do sujeito argumentante, através de estratégias que podem ser construídas pela invocação aos valores e às crenças dos indivíduos.

Para encerrarmos este item, abordaremos, de uma maneira sucinta, os procedimentos da encenação argumentativa. De acordo com Charaudeau (2008, p. 231), os procedimentos têm por função essencial *validar* uma argumentação; isto é, mostrar que o *quadro de questionamento* (Proposição) é justificável. E para isso é necessário produzir *a prova*. Os procedimentos da encenação discursiva contribuem, então, cada qual de uma maneira particular, para situar o lugar que possibilita provar a validade de uma argumentação. Eles são classificados em *procedimentos semânticos*, *procedimentos discursivos* e *procedimentos de composição*.

Os procedimentos semânticos apoiam-se nos valores expressos pelos argumentos. Eles consistem na utilização de um argumento que repousa sobre um *consenso social*, resultam do fato de que os membros de um grupo sócio-cultural partilham determinados domínios de avaliação. São cinco os domínios de avaliação: *domínio da verdade*; *domínio estético*; *domínio ético*; *domínio hedônico*; *domínio pragmático*. A estes domínios correspondem *valores*, que são normas de representação social.

Os *procedimentos discursivos* baseiam-se no uso de categorias linguísticas. Eles consistem em utilizar pontualmente ou sistematicamente determinadas categorias da língua, ou os procedimentos de outros Modos de Organização do Discurso, para, em um quadro de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão no destinatário. Entre esses procedimentos, destacam-se a *definição*, a *comparação*, a *citação*, a *descrição*, a *narrativa*, o *questionamento*.

De todos os procedimentos discursivos que contribuem para a construção argumentativa, a *citação* é, enquanto discurso relatado, o procedimento dos mais recorrentes no nosso *corpus*. Em função disso, faz-se necessário definirmos um pouco mais esse procedimento. A *citação* consiste em relatar um dizer, uma experiência ou um saber, advindo de um outro enunciador, convocado pelo sujeito, a fim de produzir um efeito de autenticidade e de credibilidade na argumentação. Desse modo, nos discursos predominantemente argumentativos, o discurso relatado é comumente utilizado para imprimir uma autenticidade advinda do discurso de origem (argumento de autoridade); para imprimir veracidade na tese defendida; para explicitar o posicionamento do enunciador que utiliza o dito de origem, refutando-o ou aderindo a ele; ou, ainda, para explicitar uma posição de poder, na qual o locutor detém o saber advindo do dito de origem.

Por fim, os *procedimentos de composição* correspondem à *organização* textual. Eles podem ser utilizados pelo sujeito comunicante em um texto oral ou escrito. Consistem em repartir, distribuir e hierarquizar os elementos do dispositivo argumentativo ao longo do texto, de forma a facilitar o reconhecimento de diferentes articulações do raciocínio ou a compreensão das conclusões da argumentação. Correspondem à *composição linear* e à *composição classificatória*.

Em resumo, neste capítulo, apresentamos as especificidades da Teoria Semiológica. Observamos que a Semiologia constitui-se como uma das teorias do discurso que se interessa pela linguagem como “*veículo social de comunicação*”. Sendo assim, mesmo que considere o homem, por um lado, um ser sobredeterminado social e culturalmente, por outro, admite que este mantém sua individualidade, garantida pelo contexto situacional e interativo em que se insere.

3 A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ALHEIO

Neste capítulo, faremos um percurso, sem pretensão de exaustividade, dos estudos sobre a incorporação do discurso alheio, evidenciando como a teoria bakhtiniana abriu caminho para uma nova compreensão do processo de representação do discurso do outro.

3.1 Buscando a tradição

O discurso reportado, antes de ser considerado uma questão gramatical, foi objeto da narratologia e da retórica antiga. Segundo Cunha (2008, p. 132), Platão propôs uma classificação dos gêneros literários segundo a utilização ou não da imitação. Dessa forma, uma narrativa de modo simples – *diegese* – relata em discurso indireto; no modo imitativo – *mimese* – relata em discurso direto.

“Ligadas às noções de verdade e falsidade, as teorias antigas se limitavam aos aspectos formais dos discursos direto e indireto, sendo o discurso direto considerado reprodução fiel das palavras do outro, e o discurso indireto sujeito a modificações devido ao processo de tradução, uma vez que se trata da paráfrase do conteúdo semântico de outro discurso”. (CUNHA, 2008, p.132)

Somente a partir do século XVII é que a gramática integra ao seu corpo de sistematizações sobre a língua o discurso reportado, em forma de dicotomia discurso direto/ discurso indireto. Para buscar uma visão geral de como é compreendido o discurso relatado nas gramáticas, vamos proceder a uma simplificação, consultando o que dizem as gramáticas de Cunha & Cintra (1987) e Bechara (2004)

Cunha e Cintra (1987, p. 649), em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, apresentam os conceitos sobre as estruturas de reprodução de enunciações. Segundo os autores, para

“[...] dar-nos a conhecer os pensamentos e as palavras de personagens reais ou fictícias, os locutores e os escritores dispõem de três moldes linguísticos diversos, conhecidos pelos nomes de: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre”.

Essa concepção é usada praticamente de forma geral pela maioria das gramáticas. Em contraponto, num tom um pouco diferente, Bechara (2004, p. 481) pontua que “*O português, como outras línguas, apresenta normas textuais para nos referirmos no enunciado às palavras ou pensamentos de responsabilidade do nosso interlocutor [...]*”.

Vale chamar a atenção para o problema que envolve o uso de palavras como *personagens* e *narrador*, que nos fazem relacionar o discurso reportado à literatura, ignorando que a incorporação da voz alheia está sempre presente na comunicação humana e não somente como recursos literários. Essa relação com a literatura é reforçada pelos exemplos dados de discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL), que, em sua maioria, são extraídos de clássicos literários.

Observamos que a exposição dos gramáticos sobre discurso reportado se resume a três categorias: *discurso direto*, *discurso indireto* e *discurso indireto livre*. O primeiro é a “forma de expressão em que a personagem é chamada para apresentar as suas próprias palavras”¹³. Nesse caso, conseguimos distinguir o narrador e a personagem. No plano formal, um enunciado em discurso direto é marcado, geralmente, pela presença de verbos *dicendi*, são verbos que anunciam o ato de dizer ou de declarar algo sobre alguma coisa ou objeto. Quando falta um desses verbos, cabe ao contexto e a recursos gráficos (aspas, dois pontos, travessão e a mudança de linha) a função de indicar a fala da personagem. No plano expressivo, o discurso direto é essencialmente caracterizado pela sua capacidade de atualizar um episódio, fazendo emergir da situação a personagem, tornando-a viva para o interlocutor.

“

¹³ (CUNHA & CINTRA, 2007, p.650)

O segundo, o discurso indireto, possibilita ao narrador/locutor incorporar a fala de outrem ao seu próprio falar. Transmite a mesma informação contida no discurso direto, porém, o DD parte do *modo* como foi dito o discurso, enquanto o discurso indireto aproxima-se mais do *como* foi dito. No seu plano formal, são introduzidos por verbos declarativos (*dicendi*) e seu emprego pressupõe um tipo de relato de caráter predominantemente informativo e intelectual, sem a feição teatral e atualizadora do discurso direto. Assim, num plano expressivo, seu uso ressalta o pensamento, a essência significativa do enunciado reproduzido, deixando em segundo plano as circunstâncias e os detalhes acessórios.

O terceiro, o discurso indireto livre, resulta da conciliação dos dois tipos de discurso descritos anteriormente: “e a forma de expressão que, ao invés de apresentar a personagem em sua voz própria (discurso direto), ou de “informar objetivamente o leitor sobre o que ele teria dito” (discurso indireto), “aproxima narrador e personagem, dando-nos a impressão de que passam a falar em uníssono. Segundo Bechara (2004, p. 482), uma particularidade do estilo indireto livre é a permanência das interrogações e exclamações da forma oracional originária, ao contrário do caráter declarativo do estilo indireto.

As condições enunciativas concretas de reprodução de enunciações podem ser de modo direto, indireto, mas também podem ser através de formas mais sutis e menos visíveis, como alusões, ecos irônicos, negação, pressuposições, etc. Dessa forma, podemos perceber que é pouco produtiva a classificação da gramática em DD, DI e DIL, em função de graus de fidelidade a enunciados anteriores, pois é mais interessante ver como se reconhece a palavra de um locutor dentro do discurso de outro, e em que medida o discurso citado assinala a presença do relator, atenua traços da primeira enunciação, fica preso ao significante, refere apenas o significado, resume-o impondo-lhe alguma interpretação valorativa. Indursky (1997, p. 198) lembra que, na literatura que trata da heterogeneidade, é comum a identificação entre discurso heterogêneo e discurso relatado. Por isso, faz-se necessário precisar que o discurso relatado é apenas o sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso. Trata-se, nesse caso, de uma heterogeneidade mostrada.

3.2 Alargando o quadro

Graças às traduções da obra de Bakhtin (1995 [1929]), muitos estudos sobre o discurso reportado na perspectiva enunciativa e dialógica privilegiaram a interação entre os discursos, e não mais as formas de citação¹⁴. Nessa perspectiva, não se trata mais de considerar o texto como objeto homogêneo produzido por um sujeito também homogêneo, mas um objeto heterogêneo, produto de um sujeito também heterogêneo.

Todo discurso manifesta a incorporação do discurso alheio. Como afirma Bakhtin (1995 [1929]), a linguagem é por natureza dialógica, já que nela se cruzam as palavras dos outros. Todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, não há discurso que seja genuinamente inovador, ele é heterogêneo por natureza. Em outras palavras, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos.

Bakhtin (1995), ao tratar das formas do discurso reportado¹⁵, como o caso do discurso direto e discurso indireto, não considera essas formas como uma mera transposição de um discurso sobre outro discurso, como é feito tradicionalmente. Pelo contrário, ele critica essas concepções por não considerarem as alterações estilísticas nem o contexto narrativo.

“[...] Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas.” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 147)

Flores (2009, p. 85) mostra que, para a teoria bakhtiniana, o discurso reportado é um problema específico de sintaxe que é tratado impropriamente pelos linguistas. O

¹⁴ Veremos mais adiante, neste capítulo, as abordagens de Authier-Revuz, Maingueneau e Charaudeau.

¹⁵ No capítulo 9 - O “Discurso de Outrem” - do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1995 [1929]).

autor propõe que esse mecanismo seja visto a partir de uma perspectiva enunciativa, isto é, levando-se em conta as condições reais de fala. Chama a atenção para o fato de que aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, mas um ser cheio de palavras interiores. Essas palavras interiores constituem um substrato a partir do qual se dá a interação do discurso citante com o discurso apreendido do exterior. É no quadro do discurso interior que ocorre a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação.

O teórico critica a supervalorização da *forma* em detrimento de uma *concepção ativa* de transmissão/recepção do discurso alheio. Nessa linha, Brandão (2000, p. 161) lembra que uma mesma forma pode produzir efeitos de sentidos diversos e é isso que se deve levar em conta quando incorporamos discursos alheios à nossa fala.

Segundo Bakhtin (1995 [1929]), o discurso alheio é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, que possui uma construção independente e está situada fora do contexto narrativo. Em função dessa existência autônoma é que o discurso do outro passa para o contexto narrativo conservando o seu conteúdo e, ao menos, parte de sua integridade linguística e autonomia estrutural primitiva (BAKHTIN, 1995 [1929], p.144-145). O autor considera que, ao incorporar o discurso alheio, esse discurso sofre modificações e, conseqüentemente, não é mais o mesmo. No entanto, mesmo sofrendo alterações, o discurso do outro pode ser reconhecido. Assim, *o discurso de outrem não se dilui nem se efetua completamente* (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 145).

Dessa forma, Bakhtin afirma que todo discurso é constituído de várias vozes, que o dialogismo é a condição de existência do discurso. Na linha de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) coloca o dialogismo como condição de existência de todo discurso. A autora distingue duas ordens de heterogeneidade (como já foi exposto anteriormente): a heterogeneidade mostrada no discurso - que indica a presença do outro no discurso do locutor; e a heterogeneidade constitutiva do discurso - que dificulta a possibilidade de captar linguisticamente a presença do outro no um.

A autora explica que é da natureza do discurso ser heterogêneo, por isso a heterogeneidade é constitutiva, faz parte da constituição do discurso. Trata-se da polifonia formada pelas vozes da história e da cultura (e também, do inconsciente),

que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Já a heterogeneidade mostrada revela-se de forma explícita na materialidade textual. Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, ela é a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. A heterogeneidade mostrada, ainda segundo Authier-Revuz (1990), inscreve o outro na sequência do discurso e divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade linguística e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade.

A heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. Pode acontecer através de formas marcadas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas, o itálico e o metadiscurso do locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques, comentários). Quando não é marcada, pode-se citar o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da imitação.

Pela heterogeneidade mostrada, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 1990). Por outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

Neste contexto, Sírio Possenti (1995) vai questionar que o destaque dado ao papel do *outro* leva muitas teorias a negligenciar a importância do *eu*, a subjetividade. Segundo o autor,

“A própria ideia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes apenas invertida.” (POSSENTI, 1995, p.53)

Por isso, acreditamos que, junto a essa questão proposta pelo autor, faz-se necessário, associar à noção de "heterogeneidade constitutiva de todo discurso"

(Authier, 1990) a concepção de um sujeito ativo, que inscreve sua subjetividade no discurso sob a rubrica de um trabalho efetuado sobre a linguagem e sobre as línguas em particular, do qual resultam marcas do que Possenti (1995) chamou de "subjetividade mostrada". Em outras palavras, diante da noção de *heterogeneidade mostrada*¹⁶, o autor propõe uma inversão – a ação do sujeito, detectada no discurso do *outro*, não pode ser disfarçada; tal trabalho manifestaria, na verdade, uma *subjetividade mostrada*¹⁷. Frise-se que essa inversão, longe de ser uma simples mudança de nomenclatura, constitui uma quebra de paradigma na questão da constituição do sujeito.

Bem antes do questionamento de Possenti (1995), Othon Moacyr Garcia, um dos precursores dos estudos do discurso no Brasil¹⁸, em seu livro “*Comunicação em prosa moderna*” (2006 [1967]), já estava atento para o trabalho do sujeito na incorporação da voz alheia. Segundo o autor, os verbos *dicendi*, como afirmar, indagar, retrucar, negar, gritar, solicitar, aconselhar e mandar têm como principal função indicar o interlocutor que está com a palavra.

Garcia (2006 [1967]), então, propõe uma classificação dupla para esses verbos: os verbos *declarandi* ou *dicendi* (de declaração), como verbos de *elocução*, que se referem à maneira pela qual alguém se expressa; e os verbos *sentienti* ou de sentir (assim chamados, por analogia aos *dicendi*) que constituem uma espécie de vicários ou variações dos verbos de elocução, com a função predominante de expressar a carga de afetividade presente na língua falada, caracterizando o estado de espírito, a reação psicológica, as emoções, as atitudes, os gestos, etc.

Mais recentemente, Marcurshi (1991) também chamou a atenção para a ação desses verbos que introduzem opiniões, em um artigo intitulado “*A ação dos verbos*

¹⁶ Cf. Authier-Revuz 1990.

¹⁷ “*a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença*” (POSSENTI, 1995, p.51).

¹⁸ No XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 29 de agosto de 2008, cujo homenageado foi Othon Moacyr Garcia, Vera Lúcia Paredes Silva, na apresentação de uma Conferência, destacou Garcia (1967) como um precursor dos estudos de discurso no Brasil, pelo fato de que antes mesmo de os estudos de língua portuguesa passarem a intitular-se estudos de Comunicação e Expressão, já o autor valorizava a língua como meio de comunicação.

de opinião” (1991, p. 74). Esse foi um dos primeiros textos que tivemos oportunidade de ler nessa perspectiva, sendo um dos inspiradores para a investigação que nos propomos fazer nesta pesquisa. A ideia central do artigo compreende que

“[...] os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. (...) A idéia central é que os verbos agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com isto mostra-se que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa”. (MARCUSCHI, 1991, p.74)

Segundo o autor, procede-se, em geral, a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor no momento em que se reproduzem as opiniões de alguém. Isso cria a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado, levando a algumas indagações:

(a) *será possível informar opiniões sem manipulá-las?*

(b) *qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões?*

Marcuschi (1991) afirma que toda informação é fruto de uma certa compreensão do fenômeno apresentado, a qual funda-se nas estruturas sócio-político-culturais de quem informa, submetendo a construção da informação ao mecanismo das condições de produção do discurso. No entanto, mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, ele tenta analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção (de verbos usados) ou avaliação. “*Parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma tomada de posição diante do exposto*” (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

Podemos resumir a ideia proposta pelo autor com suas próprias palavras “*os verbos introdutórios de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação*” (MARCUSCHI, 1991, p.91). Dessa forma, Marcuschi encerra seu estudo dizendo que

“é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas comunicação” (MARCUSCHI, 1991, p. 92).

Uma proposta teórica que vai respaldar esse questionamento está na gênese proposta por Maingueneau (2008a [1995]). Como já dissemos anteriormente¹⁹, para o teórico, o interdiscurso precede o discurso, e esse caráter do interdiscurso faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, mas introduz o Outro de forma traduzida, produz na verdade um simulacro do Outro, o seu próprio avesso. (MAINGUENEAU, 2008a [1995], p. 99-100)

Desse ponto de vista, a questão não é haver dois ou mais discursos em contato, o interdiscurso precede o discurso literalmente: independentemente de haver um Outro, esse Outro será sempre desenhado a partir do Um, e na forma de simulacro.

Os enunciadores de um discurso dado adquirem o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas. Trata-se da aptidão dos enunciadores de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) discursiva(s) que constitui(em) seu outro (Maingueneau, 2008 [1995], p. 99-100). E mais do que isso, trata-se da aptidão de interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Esta polêmica, ao invés de prejudicar a estabilidade do discurso, como se poderia acreditar, é necessária para sua sobrevivência. É importante, porque faz parte da própria constituição do discurso.

Maingueneau também nos mostra que as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são a atualização de um processo de delimitação recíproca localizado na própria raiz dos discursos considerados. (Maingueneau, 1997 [1987], p. 120). A polêmica também é

¹⁹ Conferir página 31 deste trabalho.

necessária, pois é nessa relação com o Outro que o discurso cria possibilidade para mostrar a crença em sua superioridade.

Segundo o autor, “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se” (Maingueneau, 2008a [1995], p. 117). Sendo a polêmica intrínseca ao discurso, o conflito não se dá de qualquer maneira, uma vez que a “incompreensão” se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas (Maingueneau, 1997 [1987], p. 120).

Trata-se de ver o outro a partir de suas próprias lentes, de colocar na boca do adversário palavras que decorrem do registro negativo de seu próprio discurso. O enunciador do discurso imagina que, recusando o outro, como se este decorresse de seu registro negativo, ele está reafirmando a validade de seu registro positivo. Ou seja, o enunciador de um discurso que ocupa uma das posições nunca compreende o que se diz a partir de outra posição, mas apenas o que ele diria se ocupasse a posição do outro, tendo a ideologia que tem.

Nesse sentido, Gavazzi e Rodrigues (2003, p.57-59), inspirados em Maingueneau (1997), sugerem que os verbos *dicendi* podem ser classificados como descritivos e avaliativos. No primeiro caso, devem-se incluir os verbos “*que situam o discurso relatado na cronologia discursiva*” (2003, p.57), como, *continuar, acrescentar, concluir* etc., e aqueles “*que indicam o tipo de discurso do interlocutor ou modo de realização fônica do enunciado*” (2003, p.57), como *perguntar, responder, descrever, murmurar* etc. Quanto aos verbos avaliativos, as autoras postulam que estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista – é ele quem traduz as intenções do seu interlocutor, segundo o seu próprio ponto de vista ou de um grupo que ele representa. Analisando os verbos sob a perspectiva da avaliação, estaríamos, portanto, no âmbito da ação de tais verbos, que revelariam a intenção do enunciador do discurso citante nas seguintes categorias (Gavazzi e Rodrigues, 2003, 57-59):

- a) Efeito de imparcialidade: aqui se enquadram verbos como *dizer, falar, declarar, opinar* etc., considerados “neutros” em relação a outros modalizadores.
- b) Valorização negativa: verbos como *jurar, imaginar, garantir, acreditar, sonhar, tentar justificar, choramingar, desconversar* etc., ao serem empregados, desvalorizam a fala do outro, não lhe conferindo credibilidade.
- c) Valorização positiva: nesse caso, enaltece-se a figura do outro, colocando em posição de superioridade, na qual ele pode *aconselhar, explicar, pontificar, analisar, diagnosticar, ensinar, ponderar, teorizar* etc.
- d) Polemização: os verbos desta categoria revelam o conflito existente entre pessoas e grupos, contribuindo para acirrar ainda mais a discussão. São eles: *ironizar, devolver* (no sentido de revidar uma ofensa/acusação), *atacar, disparar, alfinetar, culpar, gozar, cutucar, discordar*, entre outros.
- e) Solidariedade: utilizados quando o outro encontra-se, segundo o jornalista, em posição de injustiça social, solidarizando-se com sua causa: *desabafar, queixar-se, indignar-se, lamentar, pedir, lembrar*.

Desse modo, acreditamos, seguindo as autoras citadas, que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por agir também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de ideias.

Charaudeau (2006a, 2008) também vai discutir a heterogeneidade constitutiva do discurso. Baseado no pensamento bakhtiniano, o autor faz a seguinte afirmação:

“Todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado se este último fosse definido de maneira ampla: ao vir ao mundo, cada ser humano é imediatamente mergulhado num oceano de palavras; não de palavras circulando como anjinhos anunciando seu advento, mas palavras corporificadas em seres humanos, seres humanos que durante toda vida constituirão esse outro eu com quem e contra quem cada um deverá travar

combates para construir sua identidade. Retomado, repetindo, imitando, o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através de seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si.” (CHARAUDEAU, 2006a, p.161)

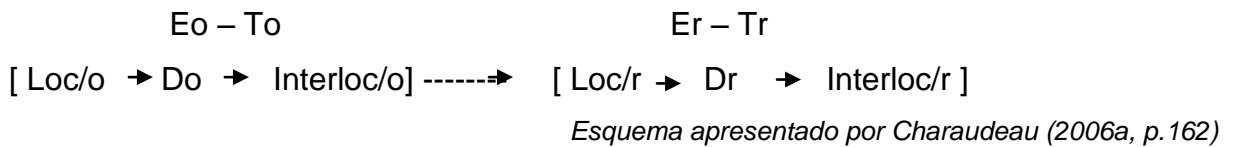
Fica evidente, no excerto transcrito, que Charaudeau reconhece no discurso uma heterogeneidade constitutiva. Ao se apropriar do conceito de dialogismo de Bakhtin, Charaudeau (2008, p.161) afirma que “*a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um ‘dialogismo’ permanente entre o outro e o sujeito que fala*”. Dessa forma, o autor concebe que todo discurso é heterogêneo por definição, uma vez que é instituído no contexto sócio-cultural.

O discurso relatado é uma modalidade complexa que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado, e da descrição dos modos de enunciação de origem (CHARAUDEAU, 2008, p. 102). Charaudeau (2006a, p.162), priorizando o nível formal, diz que o discurso relatado caracteriza-se pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito, deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. Mas adverte:

“Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema da fronteira entre “discurso relatado” e “interdiscursividade”, fenômeno geral da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada. É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugerir-los, ou de deixá-los à apreciação do interlocutor. Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse [a] ele. É nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 162).

O certo é que no discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. Nessa direção, Charaudeau esquematiza o discurso relatado como um ato de enunciação pelo qual um locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num

espaço-tempo (Eo – To) diferente daquele (Er – Tr) do dito relatado (Dr), do locutor-relator (loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r). Esse mecanismo, Charaudeau representa da seguinte maneira:



No entanto, o locutor-relator (Loc/r) não pode coincidir necessariamente com o interlocutor de origem (Interloc/o). Um ou vários intermediários podem intervir entre os dois, o que pode ocasionar um certo número de problemas em relação ao *grau de fidelidade*, ao *modo de reprodução* e ao *tipo de "distância" do locutor*. Por exemplo, em “Ele me havia dito que...”, o locutor-relator coincide com o interlocutor de origem, porém o mesmo não ocorre em “Ele lhe havia dito que...”. A fidelidade pode estar presente no *discurso reportado*, em graus diferentes, de acordo com uma intenção clara, ou não, da parte do relator.

O *discurso de origem* pode ser narrado de diferentes modos pelo (Loc/r). Ele pode ser: a) *citado*, b) *integrado*, c) *narrativizado* ou d) *evocado*. (CHARAUDEAU, 2008, p. 104-105)

- a) **Citado** – caso que corresponde ao que a gramática tradicional chama de *estilo direto*, o (Do) é *citado* (mais ou menos integralmente) numa construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma em relação ao *dizer enunciativo* que ele retoma. Como no exemplo:

“São palavras que não aceito! Quero que o senhor as engula e as digira como achar conveniente”, bradou Collor. “Estou no Senado há mais de trinta anos, desde a ditadura. Nunca vi nada semelhante”, disse depois Simon. (VEJA, 12 de agosto de 2009, p. 57)

- b) **Integrado** – correspondente ao *estilo indireto* da gramática tradicional, o (Do) é retomado numa construção que o *integra parcialmente* ao dizer daquele que relata, o que provoca a transformação do enunciado: o discurso é relatado em terceira pessoa, e então os *pronomes* assim como o *tempo verbal*

dependem, não do momento de enunciação de origem, mas do momento de enunciação do locutor que relata. Vejamos o exemplo:

“Em um discurso de pouco mais de meia hora, disse que a crise não é dele, mas de todo o Senado, e que não aceita ser julgado por questões menores [...]” (VEJA, 24 de junho de 2009, p.64)

c) **Narrativizado** – o (Do) é relatado de tal forma que se integra totalmente, ou mesmo desaparece, no dizer daquele que relata. O locutor de origem *torna-se agente de um ato de dizer*. Assim: Virgílio disse que “*A responsabilidade pela autorização do pagamento é de Agaciel*” foi relatado da seguinte forma pela revista ISTOÉ:

“Em seu discurso, ele preferiu jogar a responsabilidade pela autorização do pagamento nas costas de Agaciel” (ISTOÉ, 8 de julho de 2009, p.48)

d) **Evocado** – o (Do) aparece apenas como um dado evocador do que o locutor de origem disse, ou tem o hábito de dizer. Essa “maneira de relatar”, configurada frequentemente por uma palavra ou grupo de palavras *entre aspas, travessões, ou parênteses*, corresponde a um “*Como você diz*”, “*Como ele diz*”, “*Como se diz*” ou “*Como eu gosto de dizer*”. Correspondem ainda a esse caso citações de máximas e de provérbios equivalentes a “*Como se diz*”, fazendo alusão ao saber popular, à *vox populi*. Observemos o exemplo:

“*De um político ou partido que deixa passar uma oportunidade ou ignora o processo a sua volta diz-se que perdeu o ‘trem da história’*”(VEJA, 12 de agosto de 2009, p.51).

A classificação proposta por Charaudeau (2006a) não só amplia o que a tradição gramatical considera como *discurso reportado* (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre), como também, mostra que o *discurso reportado* é mais do que forma, ou seja, é língua em uso.

Segundo Charaudeau (2006a), o discurso relatado representa um dos maiores problemas enfrentados pelo discurso da mídia, especialmente o da imprensa escrita. Esse discurso navega constantemente entre uma “citação” fiel (apresentada entre

aspas), mas que pode raramente ser dada em totalidade (por extenso), e uma “interpretação” de fatos e gestos, assim como “não-ditos”.

O autor explica que é na operação de construção do dito com a finalidade de reintegrá-lo a um novo ato de enunciação que o discurso relatado sofre uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição deste último pelo locutor-relator. Acresce que é na operação de desconstrução que o discurso relatado mostra se tratar realmente de um dito tirado de outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator.

Como bem lembra Pauliukonis & Monnerat (2008, p.58),

“Tanto as palavras quanto as ideias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes – elaboradas, citadas, assimiladas ou simplesmente nascidas – interpenetram-se de maneira a se fazerem ouvir.

Convém lembrar ainda que todo ato de tomar a palavra implica, para o locutor, a construção de uma imagem de si próprio. E é inegável que a “maneira de dizer” induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador”.

Desta maneira, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova em relação ao outro e a si mesmo. Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir provas de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade daquele que disse, de verdade do que foi dito; com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de certo posicionamento do locutor, a saber: de autoridade, na medida em que relatar é mostrar que sabe; de poder, já que citar é revelar ao outro o que foi dito e que ele ignora; de engajamento, pois relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem²⁰.

É importante perceber que no uso do *discurso reportado* um modo de enunciação de origem pode ser retomado de diferentes formas pelo locutor relator, caracterizando a

²⁰ Rever página 58 - a citação como procedimento argumentativo

atitude comunicativa do locutor de origem. É importante frisar, ainda, que nem sempre o *discurso reportado* aparece com a pontuação canônica.

Feita essa exposição teórica, que se espera tenha sido esclarecedora, partiremos para a análise do *corpus*, na qual serão observadas as marcas da presença do sujeito e as estratégias discursivas utilizadas.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS

A AD configura-se como uma disciplina que apresenta um quadro teórico-metodológico próprio, que lhe permite abordar diferentes aspectos da comunicação social com rigor científico. Segundo Charaudeau (2005, p.21), a análise do discurso consiste em destacar as características dos *comportamentos* linguageiros (o “*como dizer*”) em função das *condições* psicossociais que os restringem segundo os tipos de situações de troca (os “*contratos*”). Para buscar os meios de estudar tais condições e tais comportamentos, o *corpus* deve ser formado de acordo com a condição de *contrastividade* (CHARAUDEAU, 2005, p.20-23).

Para Charaudeau (2005), esse tipo de trabalho (estabelecimento de contraste para a escolha do *corpus*) é fundamental para a análise; aliás, já é uma operação de análise. Nesse quadro proposto pelo autor, a condição de *contrastividade* nos permitiu fazer dois levantamentos em relação ao *corpus*: um levantamento empírico das *constantes* que inscrevem o gênero reportagem (o contrato da informação midiático) e o levantamento das *diferenças* entre esse gênero e outros que possuem características parecidas, mas que não apresentam, necessariamente, todas as suas constantes (o gênero reportagem veiculado em revistas semanais).

Seguindo essa metodologia proposta pelo autor, para a composição do *corpus*, observamos no mês de junho de 2009 duas revistas – VEJA e ISTOÉ. A partir dessa observação, elegemos como objeto de estudo *duas* reportagens, uma de cada veículo de informação, ambas publicadas no dia *24 de junho de 2009*.

- **REVISTA VEJA** - “*À sombra da constituição*”, de Otávio Cabral e Diego Escosteguy;
- **REVISTA ISTOÉ** – “*Onde estão os éticos?*”, de Sérgio Pardellas;

O *corpus* em questão tem como tema a “*Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*”. No período de coleta de textos para a análise, esse era um assunto muito recorrente nos meios de comunicação. Dessa forma, para a escolha da temática,

tivemos a preocupação de contemplar um assunto de relevância, mas que não necessitasse de muitas explicações preliminares para ser compreendido. Aliás, escândalos envolvendo políticos é um tema recursivo no cenário político do Brasil e de tantos outros países.

Para o desenvolvimento dessa análise, seguiremos duas etapas:

1. Primeiramente, faremos algumas reflexões a respeito do gênero reportagem, para compreender como funciona o discurso de informação midiático; e, em seguida, identificaremos os participantes e o contrato de comunicação em que estão inseridos.
2. A partir desses dados, observaremos a heterogeneidade presente nas reportagens que compõem o *corpus*, buscando discutir o trabalho do locutor, ou seja, a subjetividade na incorporação de diferentes vozes presentes no texto.

Nossa análise é de caráter qualitativo, o que nos permitiu compor o *corpus* por apenas duas reportagens. Entendemos que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantidade. Sendo assim, acreditamos que os textos escolhidos sejam suficientes para a análise que nos propomos fazer.

4.1 A reportagem no discurso de informação midiático

Os postulados de Bakhtin, ancorados em uma abordagem dialógica da linguagem, apresentam-se como um marco referencial para um novo olhar sobre os gêneros do discurso desenvolvidos no âmbito dos estudos da linguagem. Diferentemente das abordagens literárias e linguísticas, em que os gêneros e os tipos textuais²¹ eram definidos como fixos e imutáveis, Bakhtin (2003 [1979]) elaborou uma teoria no

²¹ Argumentação, descrição, narração, explicação, injunção e diálogo.

quadro da comunicação verbal, definindo o gênero do discurso como *tipos relativamente estáveis de enunciados* que se elaboram no interior de cada esfera da atividade humana (BAKHTIN, 2003 [1979], p.262).

Os gêneros do discurso constituem-se, portanto, como repertórios de uso da linguagem, atualizados a cada nova enunciação. Essa definição pressupõe a relação dialógica que Bakhtin propõe para a utilização da língua e aponta para a historicidade dos gêneros, bem como para a flexibilidade de suas características e fronteiras. Os enunciados constituem um gênero quando atingem certo grau de estabilidade. Esta é definida através de três elementos: o estilo, a estrutura composicional, e o conteúdo temático. Esses elementos se relacionam no todo do enunciado e são determinados pela especificidade de cada campo da comunicação ou atividade.

Sobre o estilo, o autor pontua que todo estilo está ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciação ou gêneros do discurso; todo enunciado, seja oral ou escrito, é individual, podendo, portanto, refletir a individualidade do falante ou escritor, ou seja, podemos ter estilos individuais; entretanto, há determinados gêneros que não são propícios para a manifestação desse estilo individual, como, por exemplo, em gêneros discursivos que requerem uma forma padronizada, tal como a linguagem jornalística. Desta forma, o estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento, sendo, portanto, indissociável de determinadas unidades temáticas e de determinadas unidades composicionais.

Por estrutura composicional, o autor entende como a forma ou a estrutura do enunciado, isto é, determinados tipos de construção do conjunto, como tipos de acabamento do discurso, tipos da relação do falante com o ouvinte, leitores ou parceiros, elementos gramaticais utilizados, construções de frases, utilização de determinados léxicos etc.

Quanto ao conteúdo temático, Bakhtin (2003 [1979]) caracteriza-o como sendo o conteúdo presente na enunciação ou enunciado, que remete sempre à produção de sentidos referentes a um determinado contexto. Assim, no conteúdo temático está sempre presente a relação entre o significado e os sentidos, uma vez que para o

autor o tema ultrapassa os limites da significação, ou seja, o tema é a multiplicidade de produções de sentidos.

Nessa linha, como afirma o autor, falamos por meio de determinados gêneros de discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo do enunciado. Portanto, todos os enunciados orais e escritos que atendam a um propósito comunicativo podem ser entendidos como pertencendo a um gênero de discurso. Não apenas os textos literários são agrupados nessa categoria, mas todo e qualquer texto que apresente uma função sociocomunicativa dentro de uma determinada sociedade.

Como os gêneros são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida social, aos seus avanços e às suas contradições de diversas ordens, sofrem influências diretas e irrestritas da cultura na qual estão inseridos, na medida em que ampliam o seu repertório, diferenciam-se, imbricam-se com outros já existentes, criam-se e recriam-se no cotidiano da atividade humana. Isso ocorre e se desenvolve por conta das interfaces entre os interlocutores, pelos ajustes socioculturais necessários na relação de comunicação. Comprovamos tal aspecto quando nos deparamos com a quantidade de gêneros existentes na atualidade, comparativamente aos de momentos históricos anteriores à comunicação escrita, por exemplo.

Cabe salientar que, para o teórico

“A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 262)

Isso significa que, para Bakhtin (2003 [1979]), os gêneros do discurso são determinados sócio-historicamente e só nos comunicamos, falamos e escrevemos, através deles. Os sujeitos têm um infindável repertório de gêneros e, muitas vezes, nem se dão conta disso. Até na conversa mais informal, o discurso é moldado pelo gênero em uso.

Definir gêneros nas mídias e, mais especificamente, no jornalismo impresso não é uma tarefa fácil. Segundo Melo (1985), a classificação dos gêneros jornalísticos

“(...) é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico. E o alcance daquela *autonomia jornalística* (...) que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-a indiretamente perceptível” (MELO, 1985, p.31).

Na opinião do autor, a questão dos gêneros jornalísticos assume um papel importante para a compreensão dos diferentes discursos produzidos pelos meios de comunicação de massa, dessa forma, a preocupação em defini-los tem sido uma inquietação constante entre os estudiosos norte-americanos, europeus e latino-americanos. Por isso,

“Se os gêneros são determinados pelo *estilo* e se este depende de uma relação dialógica que o jornalista deve manter com o seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados. Por mais que as empresas jornalísticas assumam hoje uma dimensão transnacional em sua estrutura operativa, permanecem contudo as especificidades nacionais ou regionais que ordenam o processo de recodificação das mensagens importadas. Tais especificidades não excluem as articulações interculturais que muitas vezes subsistem através das línguas e são prolongamentos do colonialismo”. (MELO, 1985, p. 33)

Existem muitos gêneros nos meios de comunicação de massa. Esse número depende da complexidade e diversidade da sociedade. Desse modo, convencido de que é impossível fazer uma classificação universal, já que os gêneros são determinados pelos modos de produção dos jornalistas e têm uma identificação com a questão cultural de cada nação, Melo (1985, p.44-50) propõe uma classificação dos gêneros jornalísticos brasileiros. Essa sua nova classificação obedece a dois critérios. Primeiramente, ele agrupa os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos, nas quais podem ser identificadas duas vertentes:

1) a *reprodução* do real, através da qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo), o que significa descrevê-los jornalisticamente a partir de dois parâmetros – o atual e o novo, ou seja, a

observação da realidade e a descrição do que é apreensível à instituição jornalística²²;

2) a *leitura* do real (jornalismo opinativo), que significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos, ou seja, a análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou, em outras palavras, a versão dos fatos construída por meio de argumentações, em favor de determinadas idéias e valores.

O segundo critério usado por Melo (1985, p.48-49) para descrever os gêneros jornalísticos busca identificá-los a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos. Não se refere apenas à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, à articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Partindo dessas premissas, o autor propôs a sua classificação:

a) gêneros informativos – nota, notícia, reportagem e entrevista;

b) gêneros opinativos – editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, coluna, crônica, caricatura e carta.

Numa outra perspectiva, Charaudeau (2006a) explica que os gêneros de informação são o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo²³, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é

²² Um problema, no entanto, que podemos identificar na classificação de Melo (1985) é a questão do real. Acreditamos que ninguém consegue reter na mente todos os detalhes de um acontecimento. Ou seja, a objetividade jornalística não é possível. O próprio verbete sobre objetividade do *Manual de Redação do Jornal Folha de São Paulo* não deixa dúvida sobre essa questão:

“Objetividade - não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isto não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorrem bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (...)” (MANUAL, 2001)

²³ É a materialidade do discurso.

escolhido. Levando em consideração que o contrato midiático se desdobra numa relação triangular entre uma instância de informação, um mundo a comentar e uma instância consumidora, Charaudeau (2006a, p.212) aponta três desafios presentes na construção de um gênero de informação. O primeiro, o desafio de *visibilidade*, faz com que as notícias selecionadas pela instância midiática sejam percebidas o mais imediatamente possível, permitindo que elas possam atrair o olhar ou a atenção e que possam ser reconhecidas simultaneamente em sua distribuição temática; o segundo, o desafio de *inteligibilidade*,

“(...) leva, por um lado, a operar hierarquizações no tratamento das notícias, tratadas ou como acontecimento relatado ou como acontecimento provocado. Por outro lado, leva a trabalhar a encenação verbal (a escritura), visual (a montagem icônico-verbal) e auditiva (a fala e os sons) de tal maneira que dê a impressão de que o conteúdo da informação é acessível”. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 212-213)

E, por fim, o desafio de *espetacularização* leva a trabalhar essas diferentes encenações, de tal maneira que, no mínimo, elas suscitem interesse e, na melhor das hipóteses, a emoção. Esses três desafios coexistem e se misturam intimamente nos dispositivos (jornais, revistas, sites).

A imprensa tem se caracterizado como a responsável pela constituição do imaginário social, pois é por meio dela que são postos em debate os grandes fatos, constituindo-se uma visão de mundo, que resulta, algumas vezes, de uma reflexão a partir do confronto das diversas opiniões e da análise cuidadosa daquilo que está sendo dito. No entanto, a massificação, imposta pela própria imprensa, resulta de uma leitura acrítica da realidade.

“A palavra jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação” (BAHIA, 1988).

Os periódicos – jornais e revistas – estão ligados a um tópico maior, a imprensa, meio de comunicação de massas constituído por publicações que divulgam informações, comentários e imagens gráficas referentes ao que acontece no dia a dia, de interesse para a vida dos indivíduos e da comunidade.

A transmissão e a interpretação das palavras alheias é um dos temas mais importantes para a compreensão dos modos de constituição dos gêneros do jornalismo impresso, pois a maior parte das informações por ele veiculadas tem sua origem no discurso alheio. Desse modo, buscamos levantar características importantes que envolvem o gênero que pretendemos pesquisar – o gênero reportagem – como o intuito de destacar sua dimensão social e o contexto de sua produção e, assim, apresentar a sua relevância para o estudo da subjetividade na incorporação da voz alheia.

Benites (2002, p. 49) afirma que a reportagem, diferentemente da notícia, trata de assuntos, não necessariamente novos, que estão sempre disponíveis e podem ou não ser atualizados por um acontecimento. A reportagem está, portanto, entre os gêneros que têm seu horizonte temático orientado para a exposição de temas que interessam à sociedade. Dessa forma, o público desse gênero espera encontrar na reportagem informações mais detalhadas a respeito de assuntos já noticiados ou de utilidade pública.

Nesse sentido, Charaudeau (2006a, p. 221-222) afirma que o gênero reportagem se constitui como *“um fenômeno social ou político tentando explicá-lo”*. Isso quer dizer que a reportagem relata um acontecimento integrando um comentário. Dessa forma, esse gênero deve adotar um ponto de vista distanciado e global²⁴ e deve propor, ao mesmo tempo, um questionamento sobre o fenômeno tratado²⁵. Por isso,

[...] espera-se do autor de uma reportagem que ele esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno, pois esse não faz parte da ficção, e também se espera que demonstre imparcialidade, isto é, que sua maneira de perguntar e de tratar as respostas não seja influenciada por seu engajamento, por se tratar de um jornalista”. (CHARAUDEAU, 2006a, p.222)

No entanto, o próprio autor considera impossível o jornalista responsável pela reportagem abster-se totalmente de mostrar seu ponto de vista pessoal, apresentando, desse modo, a chamada técnica *“gangorra”*

²⁴ Princípio de objetivação.

²⁵ Princípio de inteligibilidade.

“[...] que consiste, para o autor de uma reportagem, em propor pontos de vistas diferentes, ou mesmo comentários, sem arriscar-se a operar uma hierarquia (ou fazendo em dose mínima), e cuja conclusão se resume a uma série de novas questões, daquelas que justamente não ousam tomar partido. Paradoxalmente, essa técnica tem um fraco poder explicativo: suscita a emoção, a expectativa, a interrogação permanente, mas não propõe ao telespectador nenhum modo de pensamento, nenhum modo de discriminação conceitual de fatos, para que ele seja capaz de formar sua própria opinião”. (CHARAUDEAU, 2006a, p.222)

Entendemos, dessa forma, que toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular, ou seja, todo procedimento de análise implica tomadas de posição.

4.1.1 O discurso informativo

O discurso informativo é, segundo Charaudeau (2006a), voltado para transmitir saber a um determinado público destinatário. Por isso, a organização desse discurso leva em conta as hipóteses formuladas a respeito desse alvo, especificamente a respeito das representações sociais. Estas, por sua vez, constituem os saberes com os quais se elaboram os sistemas de pensamento. Na medida em que constroem o real como universo de significação, esses saberes são chamados de imaginários, sendo discursivos em decorrência de sua identificação como enunciados languageiros, semanticamente reagrupáveis; e sociais pelo fato de circularem no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros.

É com base nessas representações que a mídia elabora as hipóteses sobre o público-alvo da informação a ser transmitida. Assim, vale ressaltar a distinção entre informação, comunicação e mídia, proposta por Charaudeau (2006a, p.15):

“[...] “informação” e “comunicação” são noções que remetem a fenômenos sociais; as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã). É justamente neste ponto que se tornam objeto de todas as atenções: do mundo político, que precisa delas para sua própria “visibilidade social” e as utiliza com desenvoltura (e mesmo com certa dose de perversidade) para gerir o espaço público –

apesar da desconfiança que as mídias suscitam, por serem um potente produtor de imagens deformantes [...].”

Com essa distinção, o autor deixa entrever a relevância das três lógicas que incorporam as noções de informação e de comunicação. Apesar de considerar a lógica econômica e tecnológica incontornáveis, o autor destaca a lógica simbólica como a de maior interesse para o estudo da mídia pelo fato de esta constituir a maneira pela qual indivíduos regulam as trocas sociais, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido.

Assim, segundo Charaudeau (2006a), o contrato de informação midiático se caracteriza por uma dupla finalidade, a de *credibilidade* e a de *captação*²⁶. Além de informar, é preciso tornar o discurso mais atraente, mais sedutor, mais emocional. Nesse sentido, quem informa faz uso de uma série de estratégias para diferentes efeitos de sentido.

Dessa maneira, a mídia, ao se apresentar como organismo especializado, com vocação para responder a uma demanda social no sentido da democracia, coloca-se como benfeitora do cidadão, buscando tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto. Por outro lado, é determinada por imperativos mercadológicos que a impelem à concorrência e visam a interesses financeiros. Visto que a imprensa se tornou uma poderosa indústria, nos tempos modernos, e o jornalismo converteu numa atividade que abrange desde a simples coleta de notícias até a sua difusão organizada, por meio de empresas editoras, cujo prestígio se baseia no número de exemplares vendidos e no volume de anúncios publicados. Dessa forma, disputa leitores/consumidores, e para tal, às vezes, com prejuízo da aludida democracia, utiliza estratégias capazes de seduzir uma quantidade de receptores que garanta sua sobrevivência.

4.1.2 O contrato de informação midiático e seus participantes

²⁶ Conferir capítulo 2.1. *Contratos e estratégias de discurso*.

Para fins de análise, optamos por descrever os contratos que fundam as situações comunicativas, em torno das quais giram as reportagens selecionadas, bem como as categorias relacionadas, quais sejam: identidade, finalidade, propósito temático e condições materiais.

Como já adiantamos na apresentação da Teoria Semiológica²⁷, para Charaudeau (2008), todo ato de linguagem confirma o resultado de duas atividades: a de produção e a de interpretação. Ambas se processam em uma *mise en scène* discursiva de que participam quatro sujeitos comunicacionais: dois situacionais, externos, o *Eu comunicante* (EUc), o *TU interpretante* (TUi); e dois discursivos, internos, o *Eu enunciador* (EUe) e o *Tu destinatário* (TUd).

O primeiro parceiro desse circuito, o sujeito comunicante (EUc), é o parceiro que detém a iniciativa do processo de comunicação, ou seja, nas reportagens analisadas, são os jornalistas Otávio Cabral e Diego Escosteguy, representando a instituição/empresa VEJA; e Sérgio Pardellas, representando a instituição/empresa ISTOÉ. Uma vez que a reportagem pode ser produzida por mais de um jornalista, é pertinente afirmar que se trata de um discurso em que o EUc pode ser plural. Além disso, os jornalistas representam, não só seus valores ideológicos, como também os valores ideológicos da instituição a qual representam.

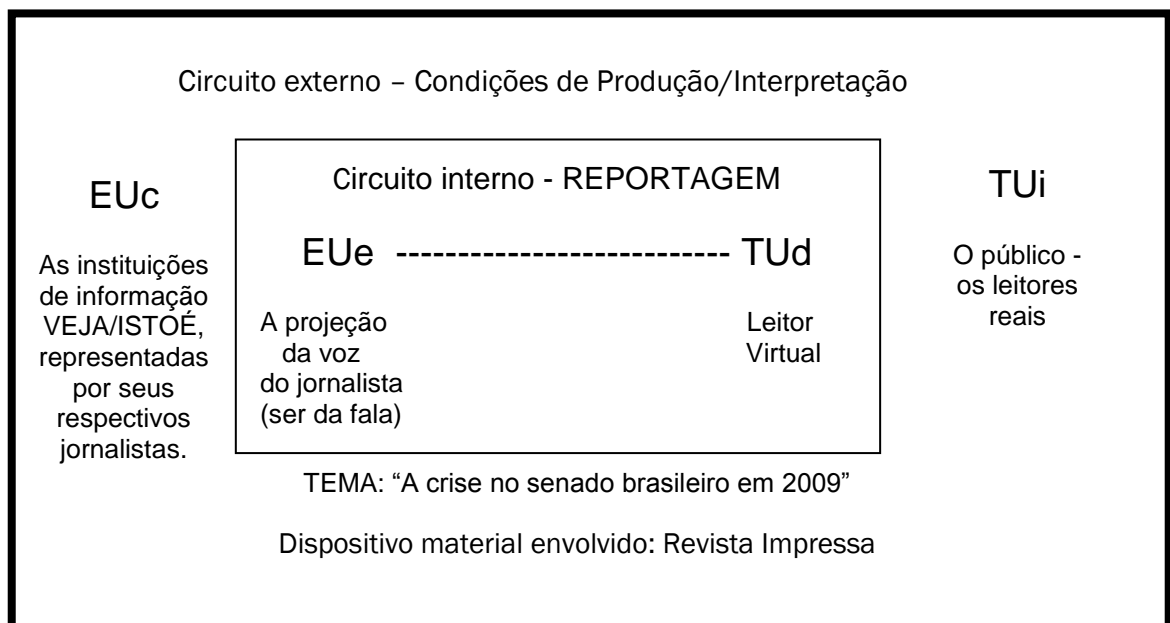
O *eu* comunicante (EUc), afetado por certo *status* psicossocial, possui um projeto de fala e se engaja numa interação com o outro protagonista, que se institui como TUi, o público, o leitor da revista, também portador de um certo *status* psicossocial que endossa a relação de troca que lhe é proposta.

É importante ressaltar que o sujeito interpretante (TUi) é aquele que tem acesso ao discurso, o que torna impossível defini-lo *a priori*, pois pode ser qualquer indivíduo, basta que leia a reportagem (“*À sombra da constituição*” ou “*Onde estão os éticos*”) e aceite o contrato proposto pelo EUc (jornalistas da VEJA ou ISTOÉ). Dessa maneira, a identidade do TUi fica em aberto, como uma lacuna que é preenchida por cada sujeito que tem acesso à reportagem.

²⁷ Rever capítulo “2.1 contratos e estratégias de discurso”

Como não são seres da fala, a esses dois sujeitos, EUc e TUi, associam-se o EUE (a voz do jornalista) e o TUD (o leitor virtual). O EUE possui a função de “operador” das estratégias discursivas que foram elaboradas pelo EUc. O sujeito destinatário (TUD) é simplesmente uma *projeção*: o EUc, os jornalistas responsáveis pela reportagem, criam uma imagem de alguém que eles acreditam ser o TUi. No caso de uma reportagem veiculada em uma revista de grande circulação, como VEJA e ISTOÉ, o TUD é a *projeção* do perfil do público leitor que consome a revista.

Apresentados os participantes desse ato discursivo, temos o encontro de dois universos linguísticos: o circuito externo, o lugar das condições de produção e de interpretação da linguagem, onde são postos em cena o EUc e o TUi, responsáveis pela instância do *Fazer*, e o circuito interno, que é o lugar do *Dizer*, em que são postos em cena o EUE e TUD, como seres da fala. Nesse cenário, apresentaremos, então, uma adaptação da subcategorização dos sujeitos participantes no quadro enunciativo proposto por Charaudeau (2008, p.52)²⁸:



Temos acima o quadro enunciativo configurado de acordo com o discurso midiático. Nesse processo, portanto, constrói-se o *contrato de comunicação*, responsável pela organização da matéria linguística, nos vários *modos de organização discursiva*.

²⁸ Conferir página 40 deste trabalho.

Esse contrato de comunicação pressupõe a obediência a um princípio básico: o direito à palavra, ou seja, o leitor concede o direito à palavra ao jornalista para que se proceda ao jogo comunicativo. Este decorre do reconhecimento da capacidade do *saber*, do *poder*, e do *saber-fazer* do EUc, que é responsável pela *legitimidade* e *credibilidade* de suas ações. Complementando esse quadro enunciativo, exige-se um saber compartilhado, que pode ser *linguístico*, *experencial* ou *interdiscursivo*. Resumindo, sob o ponto de vista de que todo ato de comunicação é um ato interlocutivo, a reportagem, como tal, pressupõe um contrato fixado entre a revista e seu público-leitor, contrato que será caracterizado por dois pontos: trazer informações; e ser confiável.

É possível afirmar, desse modo, que a revista está legitimada por seus leitores como a detentora do *Saber* e constrói sua *credibilidade* na imagem da competência da *Instituição/Empresa* a que pertence. Por sua vez, o público (leitores da revista), em princípio, compartilha da mesma competência ideológica, das mesmas crenças, o que lhe permite construir modelos interpretativos, na leitura da reportagem, ou atualizar antigos referenciais para o reconhecimento de novos. Por exemplo, nas reportagens, são convocados para a construção da argumentação a voz da opinião pública, o discurso que preza os bons costumes, a ética, os preceitos constitucionais, além de apresentar como *prova* da tese defendida alguns elementos históricos para reforçar o ponto de vista do EUc.

A finalidade do contrato de comunicação no *corpus* analisado se estabelece numa tensão entre duas *visadas*, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular: uma visada de *fazer saber* (visada da informação), que compreende em produzir um objeto de saber que é regido por uma lógica de informar o cidadão; e uma visada de *fazer sentir* (visada da captação), que tende a produzir um objeto de consumo regido por uma lógica comercial no sentido de captar as massas para sobreviver à concorrência (CHARAUDEAU, 2006a, p.86).

Essas visadas estão envolvidas em um determinado propósito temático, que é aquilo que se fala, o que está em questão no ato de comunicação. Destacamos, desse modo, que a temática do *corpus* abarca a crise que se instala no senado brasileiro em 2009, a partir da descoberta da edição de atos secretos, em que pessoas foram

nomeadas ou exoneradas por meio de decisões não publicadas. O maior alvo dessas investigações foi o presidente do Órgão (José Sarney), acusado de facilitar operações de empréstimos consignados junto aos servidores, com a autorização do seu neto, que possuía uma privilegiada situação na Casa.

Outra questão importante que destacamos sobre o contrato de comunicação é o que Charaudeau (2006a) chama de condição de dispositivo, ou seja, sob que condições um discurso se constitui. As condições materiais que compõem o *corpus* são essencialmente escriturais, constituídas por palavras e imagens sobre um suporte de papel (a revista). Por ser impressa, parece mais verdadeira, serve como uma espécie de registro histórico, possuindo uma credibilidade forte. Por exemplo, todos podem ver a eleição de um presidente ou um escândalo político pela tevê, mas, naquela semana, compram a revista para “*saber mais*”, para comprovar algo. Se uma tragédia acontece, a edição seguinte da revista vai trazer o acontecimento na capa, será a testemunha do evento. Isso ocorre porque a sociedade ainda está ligada à materialidade do papel.

A revista ajuda a interpretar o acontecimento, parte do fato em si para tratar o “assunto” com maior amplitude. Uma publicação semanal pode fazer uma apuração mais precisa, ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias. A revista permite um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo.

4.2 As estratégias na evocação da voz alheia e a subjetividade nessa incorporação

Feitas algumas observações gerais sobre o contrato e os participantes do ato de comunicação, partiremos agora para análise das *reportagens* “*À sombra da constituição*”, de Otávio Cabral e Diego Escosteguy; e “*Onde estão os éticos*”, de Sérgio Pardellas. Nossa atenção, portanto, se voltará para a observação da subjetividade na incorporação do discurso (vozes) do *outro*.

4.2.1 VEJA: “À sombra da constituição”

A revista VEJA é uma revista semanal brasileira, publicada pela Editora Abril. Foi criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Com uma tiragem superior a um milhão de exemplares é a revista de maior circulação no Brasil. Para alcançar o patamar que ocupa no cenário da imprensa brasileira, a revista assumiu o papel de formadora de opinião, publicando textos que, além de fornecerem informação, são ricos em elementos interpretativos e analíticos²⁹.

A reportagem “*À sombra da constituição*”³⁰ foi publicada por essa revista no dia 24 de junho de 2009. É uma reportagem de capa e recebe todo o destaque da edição. A capa produz uma grande expectativa no leitor, pelo emprego de algo bem próximo da linguagem publicitária, e dessa forma, utiliza conscientemente palavras e imagens para convencer o leitor. Assim, faz a utilização racional de tais artifícios para chamar a atenção do leitor, despertar seu interesse e induzi-lo a comprá-la. Vejamos:

²⁹ Informações disponíveis em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Veja>

³⁰ Reportagem em ANEXO



Capa da revista VEJA, Edição 2118, 24 de junho de 2009.

Na capa temos os seguintes enunciados: “*Basta de impunidade!*” no topo da revista, que ecoa como se fosse um grito do povo; e “*Nós, as pessoas comuns, lembramos aos senhores feudais de Brasília que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (artigo 5º da constituição)”*”. Esse *nós*, que inclui as pessoas comuns e a própria revista, é representado pelo texto visual: temos em toda a composição da capa imagens de rostos de pessoas famosas e não famosas, além do *slogan* da revista, que está inserido em meio a esses rostos, levando-nos a interpretar que a revista também faz parte do grupo das pessoas comuns, oposto aos senhores feudais de Brasília, os “*incomuns*”. A organização enunciativa é toda construída por um comportamento *elocutivo*, em que o EUE (a revista) que representa esse *nós*, no caso, a sociedade de forma geral, lembra os políticos (os senhores feudais de Brasília) do princípio de igualdade estabelecido pela Constituição. Essa capa é muito importante para a composição do *projeto de fala* do sujeito enunciativo na reportagem analisada.

Voltando nossa atenção para a construção da reportagem “*À sombra da constituição*”, percebemos que os modos de organização discursivos predominantes

são o *argumentativo* e o *enunciativo*. Entretanto, as principais estratégias de argumentação são comandadas por uma organização *enunciativa*, visto que o sujeito comunicante (EUc – os jornalistas que representam a Instituição/Empresa – revista VEJA) está empenhado em estabelecer o seu ponto de vista em relação ao dito de um terceiro, a fala do presidente Lula em defesa do presidente do Senado, José Sarney, com a intenção de apresentá-la ao seu interlocutor (TUi – os leitores da revista).

Podemos notar que, nessa organização enunciativa, temos a presença predominante do comportamento *delocutivo*. Acreditamos que é possível associar essa modalidade *delocutiva* aos efeitos de distanciamento construídos ao longo da reportagem, visto que esses efeitos de distanciamento são constituídos de estratégias, estruturadas a partir de vozes de terceiros, que o enunciador pode engendrar para manter sua credibilidade, corroborar seu ponto de vista e refutar o ponto de vista do adversário.

Na observação da organização argumentativa do texto, identificamos que a reportagem se circunscreve na defesa da seguinte tese:

“Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: os “comuns”, nós e os “incomuns”, a quem tudo se permite.”(VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

Essa tese é apresentada à parte da reportagem, destacada por letras maiores junto à imagem da Constituição de 1988, às fotos de Renan Calheiros e José Sarney e do presidente Lula. Respalhada na fala do presidente Lula de que *“Sarney não poderia ser tratado como se fosse uma pessoa comum”*, a revista VEJA conclui que, segundo Lula, existem duas categorias de cidadãos: “os comuns” e “os incomuns”. Por meio de estratégias argumentativas, essa tese será retomada por todo o tecido do texto a partir do uso dos termos “comuns” e “incomuns” sempre evocando esse questionamento ou ironizando essa classificação *“criada”* pelo presidente.

Com a leitura da tese proposta pela revista VEJA junto à leitura do título da reportagem *“À sombra da constituição”*, é possível fazer algumas indagações sobre o *projeto de fala* do EUc. Se um dos direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5º

da Constituição brasileira consiste em que “*Todos são iguais perante a lei*”, Lula, de acordo com a revista, ao considerar Sarney uma pessoa “*incomum*”, não estaria exercendo o seu papel social perante a população, logo, estaria à sombra da Constituição. Dessa forma, observamos que o diálogo entre a fala do presidente e o que diz a Constituição permeia realmente toda a argumentação da reportagem, como é possível constatar no seguinte fragmento:

“[...] Ao afirmar que Sarney merece um tratamento diferenciado, o presidente atropelou o preceito constitucional expresso no artigo 5º, que estabelece a igualdade de todos perante a lei.” (VEJA, 24 de junho de 2009, p. 60)

Esse trecho é bastante interessante para ilustrar o processo de *interincompreensão* discursiva de que fala Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]). O discurso em favor da manutenção dos preceitos constitucionais, as leis fundamentais do país, introduz o discurso do presidente em seu fechamento, traduzindo-o na forma de simulacro que dele constrói. Nesse sentido, entendemos que a polêmica em torno da noção da igualdade social é representativa no embate entre essas duas posições.

Temos, então, materializadas nessa *polêmica*, duas posições antagônicas a respeito da noção de igualdade social. Na Constituição, as pessoas devem ser tratadas de forma igual; em contraponto, na interpretação da fala de Lula, existem pessoas (como Sarney) que devem ser tratadas de forma diferenciada. Assim sendo, podemos entender a proposta de Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]) da “*primazia do interdiscurso*”³¹, quando observamos que, para a construção de um novo discurso (a reportagem da revista VEJA), o EUC articula discursos (vozes) diferentes. Ou seja, na abordagem dessa *polêmica*, nos termos do autor, diríamos que relação a *polêmica* é apenas um aspecto do funcionamento discursivo, na medida em que, para que um discurso se constitua enquanto tal no campo discursivo em que está inserido, é preciso relegar ao interdito os outros discursos com os quais ele interage no interior deste campo. Nesse sentido, a relação *polêmica* que se dá entre o discurso da Constituição e o discurso de Lula nada mais é que a manifestação de uma incompatibilidade entre tais discursos. A interação entre estes dois discursos ocorre, portanto, por meio de um processo de

³¹ Fizemos uma breve exposição desses conceitos nesse trabalho (p.31 e p.68).

interincompreensão, como bem postulou Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]) a respeito de qualquer processo de interação discursiva.

Voltando, então, nossa atenção para o texto, observamos que, no primeiro parágrafo, foi feito o uso de uma forma de relatar narrativizada, provocando um clima de dramatização do discurso relatado.

“Há meio século, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou Brasília, um coro de descontentes fez-se ouvir. Nada contra a arquitetura de gosto duvidoso da nova capital federal. O que se temia era a possibilidade de que, uma vez isolados no interior do país, longe da vigilância próxima e permanente dos cidadãos de uma metrópole como o Rio de Janeiro, antiga sede do governo, os políticos perdessem de uma vez a compostura e passassem a comportar-se como senhores feudais, acima das leis. Infelizmente, os descontentes revelaram-se proféticos”. (VEJA, 2009, p. 59)

Nesse modo de citação, o dito relatado se integra totalmente no dizer do locutor-relator, que serve, nesse momento, para trazer ao texto a questão da desconfiança em relação aos políticos deste país. Mais uma vez, percebemos a presença marcante da polifonia, pois outras vozes são identificadas no texto, como por exemplo, “*o coro de descontentes*”. No entanto, essas vozes aparecem diluídas no texto. Isso acontece devido ao fato de não existir uma preocupação com a autoria do dito relatado, pois a intenção do enunciador está em trazer para a construção argumentativa uma desconfiança já recorrente entre os cidadãos brasileiros, desde a fundação de Brasília: desconfiança em relação aos comportamentos duvidosos dos políticos no país.

Lembramos que, como já adiantado no primeiro capítulo deste trabalho, numa perspectiva bakhtiniana de dialogismo, todo enunciado é uma resposta a um *já-dito*, com o qual entra em relação na cadeia infinita dos discursos. Nossa atenção, então, se volta para observar a seguinte construção:

“A rendição do presidente se deu naquela célebre entrevista concedida em Paris, em 2005, nos tempos em que a corrupção causava ainda algum constrangimento”. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

Nesse momento do texto, um acontecimento marcante é retomado – a fala de Lula, em Paris, no dia 14/07/2005, “*o Brasil não merece o que está acontecendo. Merece*

*coisa muito melhor*³². O locutor da reportagem analisada retoma esse fato utilizando-se do recurso de uma construção nominal definida - *a rendição do presidente* - entendida por muitos autores como tendo uma função anafórica no encadeamento discursivo do texto (KOCH e MARCUSCHI, 1998). No entanto, observamos que ao empregar o artigo definido antes do núcleo nominal, o locutor apresenta "*a rendição do presidente*" como um evento já do conhecimento de seu interlocutor, mas não explicitado anteriormente no texto (ou seja, é como se, nesse recurso argumentativo, o locutor apenas lembrasse o dado evento que está fora do texto, mas na memória discursiva dos leitores). Nessa perspectiva, é possível afirmar, assim como Olímpio (2006, p.128), que, "*do ponto de vista semântico, a nominalização veicula um conteúdo pressuposto, subjacente (e "exterior") ao que é dito no evento enunciativo*". Nessa linha, revelam-se bastante pertinentes as colocações da autora, quando defende que

"[...] a nominalização é uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva, esta pressupostamente partilhada pelos interlocutores. Como estratégia de textualização, retoma e trabalha outros discursos, criando, com isso, a imagem de um *continuum* discursivo." (OLÍMPIO, 2006, p. 127)

O discurso relatado surge, então, como a reconstrução na retomada de um *já-dito* e na desconstrução proveniente da troca de enunciação desse *já-dito*: "*o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo*" (CHARAUDEAU, 2006, p. 163). Para o autor, no que se refere à função que exerce em relação ao *outro*, um discurso relatado pode tentar produzir diferentes tipos de *prova* para o enunciado, em que aparece sempre a serviço da informação: de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade ou de verdade.

Ao observar o trecho abaixo, por exemplo,

"[...] Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia.
O senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum", disse o presidente. E continuou: "Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo no Brasil. Quando o

³² Segundo o site UOL Últimas Notícias, essa fala foi proferida pelo presidente Lula mediante um clima de turbulência política no Brasil. Site acessado em: 19 de agosto de 2009, <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/07/14/ult27u50044.jhtm>.

Congresso foi desmoralizado e fechado, foi muito pior para a democracia". Não satisfeito, acrescentou: "Eu sempre fico preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele não tem fim e depois não acontece nada". (VEJA, 2009, p. 59)

percebemos que o discurso de origem é *citado*. Na apresentação do discurso de origem (a fala do presidente Lula) o EUC situa a fala do outro, relatando a situação em que foi produzido (Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia) com a finalidade de criar o efeito de autenticidade, ou seja, o discurso relatado funciona como autêntico decorrendo da necessidade de *provar*, naquele contexto informativo, que aquelas declarações realmente aconteceram e que foram proferidas pelo presidente Lula.

Avançando nessa direção, é inevitável, na análise da *subjetividade na incorporação da voz alheia*, relacionar a retomada do dito do *outro* com a questão da *interpretação* do locutor. O que nos levou a convocar a reflexão de Mascuschi (1991) a respeito da *interpretação*, propondo a seguinte classificação:

- (a) **interpretação explícita**, em que há um comentário feito pelo redator da notícia;
- (b) **interpretação implícita**, que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional;
- (c) **interpretação pela seleção** do que é informado. O fato de se prestar uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação pelo interesse. (MARCUSCHI, 1991, p.78).

Nesse trecho, em que a revista apresenta a questionada fala do presidente, observamos que a simples seleção é um tipo especial de interpretação com a intenção do EUC em denunciar a postura do presidente da república, não condizente com a ética política esperada. Desse modo, verificamos a acentuada subjetividade por parte do produtor do texto em relação à fala do presidente.

Charaudeau (2006a, p.169) ressalta que a escolha do discurso relatado (e, conseqüentemente, do locutor de origem) também pode ser fruto da necessidade de ocasionar certo efeito valorativo ao conteúdo noticioso: um “efeito de decisão” (valor performativo), um “efeito de saber” (advém de uma autoridade do saber), um “efeito de opinião” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia) e um “efeito de testemunho” (o locutor de origem relata o que viu, ouviu, vivenciou).

Na apresentação do dito relatado, quando o EUC diz que “Lula atirou-lhe a boia”, essa expressão metafórica evidencia a interpretação do EUC em relação ao dito de Lula, no sentido de resumir o que significou esse enunciado naquele contexto situacional: a defesa do presidente surgia, naquele momento, como uma boia salva-vidas para Sarney, que estava em extremo desconforto na presidência do Senado.

Neste contexto, quando a revista fragmenta o dito do presidente, inserindo verbos e comentários no entremeio de sua fala, existe a intencionalidade de acentuar trechos do dito de Lula que são valiosos à construção argumentativa da reportagem, trechos que talvez passassem despercebidos se a fala do presidente fosse reportada no seu todo, sem cortes.

Quanto aos verbos *dicendi*, presentes nesse trecho: temos o verbo *dizer*, que funciona para destacar o fragmento de maior impacto; e os verbos *continuou* e *acrescentou* que situam o discurso relatado na cronologia discursiva. Esses verbos produzem no contexto discurso um efeito de imparcialidade, provocando um distanciamento do locutor e destacam a autoria e a responsabilidade da fala ao presidente.

Além desses verbos, temos a presença da expressão - “*Não satisfeito*” - que coloca em evidência a interpretação do locutor em relação ao dito relatado, ou seja, existe uma avaliação negativa por parte do EUC a respeito do que foi enunciado pelo presidente. Com isso, concordamos com a fala de Marcuschi (1991), quando diz que se torna praticamente impossível informar neutramente. “Assim, o termo ‘informação’, no caso da opinião informada, é sempre a apresentação do discurso interpretado” (MARCUSCHI, 1991, p.78). Para o autor, a manipulação torna-se

menos grave quando se tem acesso ao original integralmente. O mais grave acontece quando a opinião é abreviada num contexto de oposições, momento em que os verbos introdutórios de opinião têm especial relevância. Por isso, ao informar a opinião de alguém, corremos o risco de dizer algo que não foi dito.

Destacaremos também nesta análise a importância dos *tempos verbais* para a construção argumentativa. Segundo Benites (2002, p. 123) “o tempo verbal pode ser indicador da opinião do locutor citante sobre o discurso que relata, sobre o autor ou sobre ambos.” Vejamos um exemplo na reportagem:

“Pode ser do PMDB, do PP ou do PTB. Pode até ser, vá lá, um "grande ladrão", adjetivo com o qual Lula **descrevia** o senador José Sarney quando este era presidente da República.” (VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

No verbo em destaque, o emprego do tempo verbal no *pretérito imperfeito* (*descrevia*) se apresenta como um indicador de opinião do EUC sobre o discurso que relata, pois, ao usar o *pretérito imperfeito*, o EUC revela que Lula descreveu, em algum momento, o Senador José Sarney como “*grande ladrão*” mas não o descreve mais, colocando em cheque a credibilidade da opinião de Lula. Evidencia, desse modo, o sentido polifônico que o emprego do verbo *descrevia* adquire no texto.

Voltaremos nossa atenção para o efeito de distanciamento que permeia toda a reportagem “*À sombra da constituição*”. Esse efeito é constituído também no discurso direto pelo aspeamento que, além de demarcar as fronteiras entre o discurso de quem cita (a VEJA) e o discurso citado (a fala do *outro*), também produz a falsa sensação de que, nesse tipo de discurso, a fala do *outro* é reproduzida fiel e integralmente, já que, conforme Benites (2002, p. 61), “o aspeamento é um recurso utilizado para designar a linha demarcatória que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior.”

Um exemplo dessa demarcação pode ser observado no trecho acima. A expressão nominal “*grande ladrão*”, com que Lula já se referiu à Sarney, é bem marcada pelo uso das aspas e expressa um posicionamento irônico do locutor em relação ao dito

de origem. Dessa forma, podemos concordar com Benites (2002, p.61) para quem o aspeamento imprime uma manifestação altamente subjetiva, ou seja,

“[...] o aspeamento nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao discurso relatado, resultante na aprovação do dito, na sua ridicularização, ou sua negação; revela intenções variadas do locutor que cita, quer no sentido de resguardar-se de polêmicas porque “foi o outro quem disse”, quer no sentido inverso de expor-se a elas, pelo enquadramento do pronunciado alheio em uma sequência textual-argumentativa que lhe é sutil ou declaradamente divergente ou convergente.”

Seguindo essa linha, tendo em vista imprimir maior credibilidade a seu argumento (de que o presidente Lula está ferindo a Constituição), o locutor ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista.

"Lula foi absolutamente infeliz. Reforçou a ideia de que um é melhor do que o outro. Restabeleceu a lógica do 'você sabe com quem está falando?'. Bateu de frente na Constituição e no princípio basilar da democracia", resume o historiador Marco Antonio Villa. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.60)

Mais uma vez percebemos o efeito de distanciamento pelo uso das aspas e a construção da *prova*, já que a revista atribui veracidade a sua afirmação, mediante a fala do locutor citado, cujo conhecimento é “*inquestionável*”. Ao ser responsabilizado pela afirmação, o locutor citado dá legitimidade ao argumento defendido pela revista VEJA. Com essa citação no corpo do texto, é como se a revista quisesse dizer ao leitor: *a prova do que eu quero dizer está nas palavras de Marco Antonio Villa, que é uma autoridade no assunto e possui conhecimento histórico para afirmar isso.*

Problematizando a fala do presidente Lula em defesa de José Sarney, o EUc, por meio de uma visão panorâmica, tenta elucidar os fatos, apresentando argumentos que provam não ser nova essa postura do presidente em defender políticos envolvidos em corrupção. Vejamos:

“Há uma mensagem perturbadora na recorrente retórica presidencial em defesa dos aliados envolvidos em escândalos: a minimização da corrupção, o estímulo à transgressão das regras e o aval à impunidade. A lista dos socorridos por Lula saiu direto dos escaninhos da polícia. Há nela gente como o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, acusado pela PF de faturar propina. Ele recebeu uns belos cafunés de Lula,

em agosto de 2008, num discurso a sindicalistas: "O que aconteceu com Paulinho já aconteceu com outros. Nessas horas, é momento de andar de cabeça erguida". *A defesa do presidente deve ter tocado o coração dos deputados do Conselho de Ética da Câmara. Logo depois, eles inocentaram Paulinho. Outro notável da política brasileira que mereceu um paparico de Lula foi Renan Calheiros, do PMDB, quando vieram a público os rolos do senador alagoano com amantes, bois, lobistas e malas cheias de dinheiro – essas coisas de Brasília. No ápice do escândalo, há dois anos, o presidente entrou em cena para confundir a plateia: "Isso é um assunto que o Senado poderia ter resolvido em uma semana. Não sei por que não resolveram. É o típico caso de gente que acha que quanto pior, melhor. Estou vendo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam". Acabaram aceitando. Meses depois, os senadores inocentaram Renan.*" (VEJA, 2009, p.63)

Observamos que, nesse parágrafo, mais uma vez, a polifonia é a base estratégica da argumentação. O locutor, no sentido de elucidar a problemática evocada na reportagem, busca um procedimento de reconstituição de uma sequência de falas do presidente, fazendo relações de causa e consequência entre elas, ou seja, uma ligação direta da defesa do presidente Lula e a absolvição de um político corrupto – a chamada “*pizza*”. O raciocínio é por analogia, isto é, ele explicita (ou denuncia) o fato, relacionando-o com outros similares que se produziram em outras ocasiões.

No entanto, no parágrafo seguinte, percebemos que há uma preocupação com a credibilidade da revista, quando o locutor, a partir de um efeito de distanciamento, tenta, dessa relação de causa e consequência, isentar-se da responsabilidade da interpretação. De forma dialógica, a revista adverte o leitor de que pode não estabelecer essa relação de causa e consequência; no entanto, reafirma essa relação com o uso do operador argumentativo “*mas*”, mostrando que seria ingenuidade do leitor não fazer essa analogia.

“É necessário cautela ao estabelecer uma relação automática de causa e efeito entre as declarações conciliadoras de Lula e a posterior pizza servida aos enlacrados. Seria um disparate afirmar que Renan foi absolvido diretamente em razão do que disse o presidente. Mas é ingenuidade acreditar que um fato esteja completamente dissociado do outro. Resta incontornável a percepção de que, todas as vezes em que o presidente se pronuncia a favor de um político enrolado (o que é frequente demais), o político enrolado safa-se (o que é tão frequente quanto)”. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.63, grifo nosso.)

O uso do tempo verbal no *futuro do pretérito (seria)*, destacado neste trecho, imprime ao discurso um valor expressivo de precaução que, imprimindo ao discurso

um tom de descomprometimento por parte do autor em relação ao dito, limitando a veracidade da afirmação, ou seja, a afirmação em que ocorre essa *metáfora temporal*³³, embora não chegue ao extremo de ser invalidada, fica com sua validade muito limitada, uma vez que o jornalista não se responsabiliza pela sua exatidão. O uso do *futuro do pretérito* com essa característica é muito comum na linguagem da imprensa.

Retomando a classificação das maneiras de relatar de Charaudeau (2008), no trecho a seguir, temos, predominantemente, a forma de relato integrado.

“Na véspera da declaração de apoio de Lula, o senador “incomum” subiu à tribuna. Em um discurso de pouco mais de meia hora, disse que a crise não é dele, mas de todo o Senado, e que não aceita ser julgado por questões menores, o que é uma falta de respeito para quem tem mais de cinquenta anos de vida pública.” (VEJA, 2009, p. 64)

Mais uma vez o uso da aspas em “*incomum*” remete de forma dialógica ao discurso do presidente Lula. Essa enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar o enquadramento de José Sarney como um cidadão “*incomum*”. Nesse trecho, percebemos, ainda, que o relato não é totalmente integrado ao discurso do locutor: demarcado por aspas, temos uma citação direta, que destaca o principal argumento de Lula em defesa do presidente do Senado e que de forma polifônica nos remete à fala de Lula em defesa do Senador (“*O Senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum*”).

No sentido de concluir a reportagem, no último parágrafo, a revista convoca a opinião das pessoas “*comuns*”. No desejo de que sua opinião assuma uma dimensão de caráter mais geral, o locutor traz para o texto o descontentamento dessa voz geral, que é a opinião pública. Essa também é uma estratégia de manutenção da credibilidade da revista VEJA, pois é considerado positivo um veículo de informação acionar as opiniões das pessoas “*comuns*”. Examinemos o seguinte parágrafo:

³³ Segundo Weinrich (apud Benites, 2002, p. 124), uma *metáfora temporal* se constitui pela presença imprevista de um tempo estranho em um determinado grupo de tempos que confere ao texto um matiz expressivo diferenciado. Assim, muitas vezes, num texto jornalístico nitidamente comentador, construído à base do presente e do futuro do presente, intercala-se um futuro do pretérito, tempo do mundo narrado que rompe com o padrão dos tempos instaurados no texto.

VEJA ouviu uma centena de pessoas "comuns" em várias partes do país, para saber como receberam a defesa do tratamento diferenciado aos políticos proposto pelo presidente. As opiniões estão reproduzidas ao longo das páginas desta reportagem. Em 1890, Benjamin Constant, ardoroso republicano brasileiro, saiu de uma audiência com o marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil, indignado com o tratamento que lhe fora dispensado. "Não era esta a República com que eu sonhava", disse Constant. Mais de um século depois, é como se sua frase continuasse a ressoar entre os milhões de cidadãos que vivem sob o império da lei, sem privilégios e pagando a conta dos "incomuns" de Brasília. (VEJA, 2009, p.65)

Ainda neste parágrafo, o locutor narra a indignação de Benjamin Constant em 1890, quando diz que "*Não era esta a República com que eu sonhava*" em uma audiência com o marechal Teodoro da Fonseca. Esse relato serve para aproximar o descontentamento do republicano com a indignação que grande parte da população brasileira mantém em relação à política de corrupção que presenciamos no Brasil. Evidentemente, a República de hoje não é a República com que sonhava Benjamin Constant e nem a República com que sonham os brasileiros da atualidade.

Percebemos, com a análise dessa reportagem, que o locutor está inteiramente presente no discurso que cita. Mesmo ao incorporar a voz alheia, o sujeito mostra a sua subjetividade, posiciona-se em relação a uma voz outra.

4.2.2 ISTOÉ: “Onde estão os éticos?”

A segunda reportagem que compõe o nosso *corpus* é “*Onde estão os éticos?*”³⁴, escrita por Sérgio Pardellas, e também publicada no dia 24 de junho de 2009, na revista ISTOÉ³⁵. Essa revista, pertence a Editora Três, veicula informações de conteúdos gerais e é considerada uma das quatro principais revistas semanais a circularem no Brasil.

³⁴ Conferir ANEXOS, página 129.

³⁵ Informações disponíveis em http://pt.wikipedia.org/wiki/Isto_%C3%89

Inicialmente, chamaremos a atenção para o fato de que a reportagem da revista ISTOÉ, diferentemente, a da revista VEJA, não é uma *reportagem de capa*, ou seja, não foi dado o mesmo destaque ao assunto como foi explorado na reportagem da revista VEJA. A capa da revista ISTOÉ tem como destaque uma reportagem sobre saúde. A imagem de uma mulher magra com roupa de ginástica compõe a capa com o título: “57 MITOS SOBRE SUA SAÚDE: Médicos derrubam conceitos que passam de pais para filhos”³⁶.

A reportagem que escolhemos para analisar é a primeira reportagem da seção “Brasil” da revista. A imagem que acompanha a reportagem analisada faz uma *intertextualidade* com os famosos cartazes do Velho Oeste Americano em que a cabeça dos procurados eram expostos pela cidade³⁷. Os “Procurados” são os senadores Romeu Tuma, Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque, Pedro Simon e Tasso Jereissati, com o seguinte enunciado: “*ATRASADOS Tuma, Jarbas, Buarque, Simon e Jereissati: cobrança de medidas contra abusos só surgiu depois de revelação de atos secretos*”. O título “*Onde estão os éticos?*” propõe, de forma irônica, um questionamento sobre a postura política desses Senadores, questionamento que é reforçado pelo *lide* da reportagem: “*Tão grave quanto os atos secretos para práticas de nepotismo e favorecimentos é o silêncio cúmplice de todo o Senado. Entenda por que nem o chamado grupo ético tomou providências*”. Podemos perceber, desse modo, que o *projeto de fala* do EUc gira em torno da temática de crise no senado, porém, não possui o mesmo foco da revista VEJA (a defesa do presidente Lula em relação ao senador José Sarney). O foco da reportagem da ISTOÉ está na responsabilidade dos senadores diante da crise, diferentemente do foco da reportagem da VEJA, que responsabiliza Lula pelo clima de impunidade política.

Nesse sentido, nos apropriamos da classificação que Marcuschi (1991, p.78) faz sobre a *interpretação pela seleção*³⁸ daquilo que é informado para mostrar que nessa seleção existe a marca da subjetividade do locutor. Sabemos que o jornalista está submetido a uma série de constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos e temporais em sua rotina de trabalho, os quais afetam suas escolhas.

³⁶ Conferir ANEXOS, página 128.

³⁷ Conferir ANEXOS, página 130.

³⁸ Conferir página 96 deste capítulo.

E por esse motivo para a instituição/empresa ISTOÉ, dentre todos os acontecimentos que envolveram a crise no senado, o mais importante era polemizar as atitudes dos senadores, não enfatizando as declarações do presidente Lula³⁹ em relação a Sarney, as quais foram tão exploradas e questionadas pela revista VEJA.

Na composição dessa reportagem, é possível perceber que, mais uma vez, as principais estratégias de argumentação são comandadas por uma organização *enunciativa*, visto que o sujeito comunicante (EUc – o jornalista que representa a Instituição/Empresa – revista ISTOÉ) está empenhado em estabelecer o seu ponto de vista usando como estratégia de *prova* vozes alheias (as diferentes vozes que confirmam o seu *projeto de fala*) com a intenção de persuadir seu interlocutor (TUi – os leitores da revista).

Desse modo, nessa organização enunciativa, o comportamento *delocutivo* aparece de forma predominante, podendo ser associado aos efeitos de distanciamento que colaboram para a construção da argumentação buscando a credibilidade na enunciação de vozes alheias.

No primeiro parágrafo da reportagem, podemos notar que o jornalista busca relatar o acontecimento. Neste caso, constrói uma encenação narrativa: diante de uma crise no Senado brasileiro, um grupo de senadores programam um almoço para tentar reverter a situação de crise. No entanto, o jornalista, num tom de crítica, deixa entender que os políticos não estavam interessados em resolver o problema; na verdade, os interesses se voltam para fazer parte desse grupo auto-intitulado de “éticos”. Vejamos:

“A foto já estava encomendada. O grupo de nove senadores auto-intitulados “éticos” programou um almoço para a última terça-feira 16 no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Posariam diante dos holofotes como os responsáveis por tentar livrar a instituição do fosso profundo em que se encontra desde o início do ano, quando eclodiu o escândalo do pagamento de horas extras aos servidores em pleno recesso e o das diretorias fantasmas destinadas a acomodar afilhados políticos e garantir mordomias.” (ISTOÉ, 2009, p.37)

³⁹ Será possível observar, mais a frente (p.109), que as declarações do Presidente Lula possuem uma posição periférica na reportagem da revista ISTOÉ.

O uso das aspas, neste caso, configura um distanciamento em relação a fala citada, deixando denunciar o posicionamento do jornalista de questionamento do termo “*ético*” para os senadores em questão. É interessante que essa ironia ecoa de forma polifônica sobre a tese defendida em todo o texto: *não existe ética no Senado*.

Observamos no texto que, por meio de conteúdos explícitos ou implícitos, o objetivo do jornalista é atribuir conotações negativas aos políticos, atacando a imagem dos senadores. De forma bem próxima ao “deboche”, o jornalista simula o que seria os bastidores desse encontro, denunciando o desejo dos 15 senadores de participarem do encontro. O jornalista traduz para o leitor que a preocupação desses políticos era muito mais em aparecer na foto oficial como pertencente ao chamado “*grupo dos éticos*” do que, efetivamente, buscar alternativas para a resolução da crise. Vejamos:

“Mas tão logo vazou a notícia sobre o encontro nos corredores do Senado, o celular de Jereissati não parou mais de tocar. “Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir”, repetiram mais de 15 senadores. “Eu fui convidado”, fez questão de dizer o senador Almeida Lima (PMDB-SE) e outros que eram questionados sobre o assunto em plenário. Resultado: o almoço foi cancelado. Em vez de uma mesa farta, houve uma reunião austera, no dia seguinte, no gabinete de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A pressão da maioria dos senadores descaracterizou o convívio dos ‘éticos.’” (ISTOÉ, 2009, 37)

No trecho acima, observamos que o locutor produz uma encenação para mostrar no que se transformou o encontro dos senadores. Os enunciados “*Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir*” não correspondem exatamente à real fala dos senadores, mas o locutor contrói uma cena para reproduzir a preocupação desses políticos com sua auto-imagem. Com a expressão “*fez questão de dizer*”, o locutor, num tom irônico, deixa escapar sua subjetividade avaliando o dito do senador Almeida Lima – “*Eu fui convidado*”.

Notamos que o jornalista retoma uma série de acontecimentos que desencadearam a referida crise, questionando a atuação desses políticos. Vejamos:

“Mas algumas perguntas são inevitáveis: onde estavam os éticos do Senado quando vários desmandos foram cometidos pelo ex-diretor-geral, Agaciel Maia, que ficou 14 anos no cargo com a bênção de seguidas mesas diretoras? Não sabiam que pode chegar a mil o número de atos secretos baixados nos últimos dez anos, que serviram para nomear apadrinhados de senadores e de diretores, aumentar salários, criar cargos, contratar

empresas, proteger servidores envolvidos em maracutaias? (ISTOÉ, 2009, p.37)

As perguntas “*Onde estavam (...)?*”, “*Não sabiam (...)?*” são questionamentos que reforçam a ideia de falta de ética desses senadores, dando sustentabilidade à seguinte tese proposta logo em seguida pelo jornalista,

“É difícil acreditar que um senador nunca, nesta ou em outra legislatura, soubesse de nada ou não tenha precisado de uma benesse a partir de um ato, secreto ou não, da diretoria da Casa.” (ISTOÉ, 2009, p.37)

Para confirmar sua tese, o jornalista convoca várias vozes que, de forma polifônica, vão estabelecer uma forte *prova* argumentativa na busca do seu objetivo persuasivo. Nesse sentido, destacamos o uso dos verbos *dicendi*, que na reportagem analisada é uma marca bastante expressiva. Esses verbos delineiam as falas alheias deixando verificar a acentuada subjetividade do jornalista criando um “*efeito de opinião*” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia).

Retomando a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003, 57-59), para quem esses verbos estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista, acreditamos que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por operar também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de idéias. Observamos que no trecho abaixo

“Afinal, os diretores do Senado são uma espécie de assessores de luxo dos senadores. “Toda criação de cargo é feita pela mesa diretora e convalidada pelo plenário. E são os próprios senadores que preenchem esses cargos criados. Ninguém pode dizer que não sabia”, garantiu, durante a semana, Agaciel, um dos pivôs da crise. “Acho meio canhestro sair por aí dizendo que a gente não sabe de nada”, reconhece o ex-presidente da Casa Garibaldi Alves (PMDB-RN). **“não há decisão que não passe pelo colégio de líderes e pela mesa. Vivemos aqui um grande teatro”**, constata Wellington Salgado (PMDB-MG).” (ISTOÉ, 2009, p.37)

os verbos *dicendi* como “*garantir*”, “*reconhecer*” e “*constatar*” denunciam a intencionalidade do jornalista em comprometer a credibilidade dos senadores. Vale lembrar que um problema na evocação das vozes alheias é essencialmente a questão da fidelidade quanto à maneira de relatar a palavra do outro. Na reportagem

analisada, percebemos que o locutor opera transformações nos ditos relatados. Do mesmo modo, por exemplo,

“O senador Pedro Simon, dono de discursos tradicionalmente duros e indignados, admitiu que usou, pelo menos uma vez, sua cota de passagens para levar sua mulher à Europa, quando encontrou a ex-candidata presidencial francocolombiana Ingrid Betancourt. "Fiz uma viagem em 26 anos, sem um extra, sem diária, sem coisa nenhuma", defende-se.” (ISTOÉ, 2009, p.37)

os verbos *dicendi* “admitiu” e “defendeu-se” conferem uma valorização negativa, conforme a classificação das autoras, às declarações do senador Pedro Simon reproduzidas pelo jornalista, ou seja, o enunciado do referido senador deixa de ser apenas uma declaração para se transformar em uma defesa. Ao serem empregados, desvalorizam a fala alheia, criando uma espécie de afastamento e descompromisso com que foi enunciado.

Ainda nesse trecho, percebemos que o jornalista recorre à citação das palavras de Darcy Ribeiro (ex-senador), com um *efeito de testemunho*, para comprovar como realmente se configura o senado para os políticos, explorando essa citação num tom irônico e provocando, assim, o humor. Vejam:

“Não à toa, quando passou pela Casa como representante do Rio de Janeiro (1991-1997), Darcy Ribeiro descreveu o Senado como o “céu”. Com uma vantagem: “Não é preciso morrer para estar nele.” A cumplicidade também vem de longe.” (ISTOÉ, 2009, p.37)

O jornalista para dar mais credibilidade a sua argumentação lança mão de elementos históricos (textos literários) que servem como *prova* testemunhal e documental de que essa postura política (não ética) não é novidade no cenário brasileiro. O jornalista faz alusão a esse cenário degradante no Brasil já em 1899, retomando o trecho de uma crônica de Machado de Assis:

“Numa crônica publicada em 1899 (“O Velho Senado”), Machado de Assis revelou que a Casa é como se fosse uma grande família desde os tempos do Império: “Tinham um ar de família. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar”, diz o texto. Os proclamados “éticos” não estão imunes. “O Senado é um clube de amigos”, atesta o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal São Carlos.” (ISTOÉ, 2009, p.37)

Como já observamos na análise da reportagem da revista VEJA “À sombra da constituição”, tendo em vista fortalecer seu argumento, o jornalista muitas vezes ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista. Equivale à citação de *prova*, ou citação de *autoridade*. Nesta reportagem, o locutor cria um efeito de distanciamento pelo uso das aspas, atribuindo a responsabilidade da afirmação “O Senado é um clube de amigos” ao historiador, que é uma autoridade e possui um amplo conhecimento do assunto. Ao dar voz a essa autoridade, o jornalista reforça e dá legitimidade ao argumento defendido na reportagem. O próprio verbo *dicendi* “*atestar*”, que significa “*dar testemunho, provar algo*”, já traduz o acolhimento, a adesão, do jornalista em relação à fala do historiador. Neste caso, segundo a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003), existe uma valorização positiva da palavra do *outro*, enaltecendo a figura do *outro*, colocada em posição de superioridade.

Prosseguindo a análise, no trecho abaixo, temos a ironia pela construção polifônica do texto.

“Tasso Jereissati, anfitrião daquele que seria o “almoço dos éticos”, usou R\$ 469 mil da verba oficial do Senado destinada à compra de passagens aéreas para fretar jatinhos.” (ISTOÉ, 2009, p.38)

A situação relatada no início do texto foi retomada pelo locutor pelo uso das aspas em “*almoço dos éticos*”. Essa estratégia marca seu descrédito em relação ao comportamento moral dos senadores, pois o próprio anfitrião estava comprometido moralmente pelo uso de 469 mil da verba oficial do senado.

O parágrafo abaixo é construído por um diálogo entre as falas dos senadores, alternando com a voz do próprio locutor. Observemos:

“Ele tem o seu próprio jato, um Citation, mas declarou que recorreu a fretamentos quando o seu aparelho não estava disponível. Foi obrigado a devolver o dinheiro. Segundo relato de Agaciel a interlocutores, Arthur Virgílio foi outro beneficiado pelas regalias. Um dos mais ferrenhos críticos da gestão do ex-diretor-geral, o senador tucano, de acordo com Agaciel, chegou a ter cinco apadrinhados com cargos numa das diretorias da Casa. Todos nomeados por ele próprio, Agaciel. Virgílio nega. Em recente discurso, chamou Agaciel de “meliante engravatado.” (ISTOÉ, 2009, p.38)

Essa estratégia serve muito bem para demarcar a construção argumentativa do texto, pois o jornalista constrói a *prova* de seu argumento a partir da fala dos próprios senadores. Dessa maneira, podemos dizer que o objetivo do locutor na relação polêmica entre as falas do senadores, consiste em desqualificar o discurso do *outro* e construir um simulacro no fio da argumentação. Essa estratégia aparece em outros momentos do texto, vejamos:

“Diante das evidências da cumplicidade geral, alguns senadores se penitenciam. "A culpa é de todo o Senado. A grande verdade é que temos de debater se as coisas acontecem pelas nossas ações ou pelas nossas omissões", disse Simon. **"Realmente, cochilamos em relação ao aspecto administrativo da Casa", reconhece Cristovam Buarque.** "Onde eu estava quando os desmandos aconteceram? Estava rodando o Brasil em defesa da Educação. Só que nos descuidamos da administração da Casa. É uma autocrítica que faço", afirma o senador do PDT.” (ISTOÉ, 2009, p.38)

O jornalista evoca a confissão de senadores que possuem certa credibilidade diante da sociedade, no caso, Simon e Cristovam Buarque, mostrando que estes admitem sua culpa nestes desmandos. Essa omissão é confirmada pelo jornalista com o seguinte relato:

“O caso dos atos secretos para nomear nove parentes de Sarney é emblemático desta omissão. Se somados os salários de toda a família Sarney, o Senado pagaria R\$ 39 mil mensais. Ninguém via.” (ISTOÉ, 2009, p.38)

No trecho abaixo, o jornalista, para reportar a defesa de José Sarney na tribuna, faz uso de um modo de citação narrativizado seguido de uma citação direta. O locutor usa as aspas para produzir um efeito de distanciamento daquilo que Sarney considera como “*injustiça*” e reporta em citação direta a auto-avaliação do senador em relação sua vida política. Em seguida, o locutor descreve a omissão dos senadores ao ouvir tais declarações sem nenhum tipo de manifestação, o que corrobora com a argumentação construída em todo texto: *todos os senadores são responsáveis pela crise da Casa.*

“Um dos últimos coronéis da política brasileira, Sarney subiu à tribuna, na terça-feira 16, para dizer que seria uma “injustiça” julgar um homem como ele “com correção, vida austera, que preza a sua vida e a dignidade da sua carreira”. A plateia ouviu atenta, sem pedir apartes, manifestações ou explicações sobre como esses atos secretos se deram sem conhecimento do restante da Casa.” (ISTOÉ, 2009, p.38)

A reprodução da fala do presidente Lula, nesta reportagem, ao dizer que Sarney tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum, faz coro com a própria defesa do senador José Sarney. Vejamos:

“Em visita ao Casaquistão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez coro ao dizer que o aliado ‘tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum’.” (ISTOÉ, 2009, p.39)

Dessa forma, observamos que o foco argumentativo da reportagem da revista ISTOÉ abarca a responsabilidade dos senadores em relação à crise, deixando a fala do presidente numa posição periférica no texto, bem diferente do foco argumentativo da reportagem da revista VEJA, em que fala do presidente é base argumentativa do texto responsabilizando-o pelo contexto de corrupção que vivenciamos no Brasil.

No parágrafo seguinte, por meio do termo “*clube de amigos*” o locutor retoma a cena narrada no início da reportagem fazendo referência ao grupo de senadores que participariam do almoço dos éticos. Esses senadores contestaram apenas um ponto do discurso de Sarney - quando o senador se defende dizendo que crise não era dele e sim do senado.

“O “clube de amigos” só reagiu a um ponto do discurso de Sarney. Justo no que ele estava certo. “A crise do Senado não é minha; a crise é do Senado. É a instituição que devemos preservar”, disse o senador, provocando reações. “Era preferível que Sarney não tivesse nem falado”, atacou Jarbas. “Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia”, disse. O que Jarbas esquece é que seu partido, o PMDB, tem maioria na Casa há 25 anos e tem papel fundamental na eleição do presidente e na composição das mesas diretoras.” (ISTOÉ, 2009, p.39)

A partir da defesa do senador José Sarney, o locutor convoca a contestação do senador Jarbas Vasconcelos provocando a polemização dos fatos ao dizer que “*Era preferível que Sarney não tivesse nem falado*” e ainda afirmando que “*Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia*”, ou seja, na opinião de Jarbas, Sarney é o responsável pela crise. Em contraponto a essa opinião, o locutor debate com o argumento de que o PMDB tem maioria na Casa há 25 anos, logo, também é responsável pela eleição do presidente do senado.

Mas, pelo visto, pouco se fez para melhorar as coisas. Na sexta-feira 19, Sarney anunciou a formação de comissão de sindicância para apurar as denúncias. Detalhe: o trabalho será acompanhado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Embora os senadores sejam senhores de

cabelos brancos, o Senado acabou precisando de alguém de fora para tomar conta dele. (ISTOÉ, 2009, p.39)

No último parágrafo, o jornalista faz o fechamento desse momento de crise sugerindo um novo encadeamento de fatos, demonstra, num tom irônico, que a solução para a crise está fora do Senado.

Percebemos na análise dessa reportagem que o sujeito, ao evocar um outro discurso, de forma mais ou menos explícita, comenta as declarações transcritas, concorda com elas, as contesta, ou as ridiculariza. Desse modo, o locutor citante está inteiramente presente no discurso que cita, uma vez que, ao incorporar uma outra voz, não se perde a voz própria.

4.3 Encerrando a análise

Concluindo a análise empreendida neste capítulo, utilizamos o *corpus* para demonstrar como, a partir de diferentes estratégias, o locutor incorpora a voz alheia para acentuar sua própria voz. Procuramos demonstrar os diversos recursos utilizados pelo locutor para efetuar a articulação da fala do *outro* em sua própria fala, tirando partido dessa alternância de vozes. Nosso esforço foi no sentido de retratar a intenção do locutor em marcar ou mascarar sua posição, de forma que nem sempre o leitor seja capaz de identificá-la.

Para a execução da análise, mostrou-se imprescindível discutir algumas características do gênero reportagem, bem como apresentar os participantes do contrato de informação midiático. Essas observações foram importantes para dar mais consistência à análise, pois constatamos que a transmissão e a interpretação das palavras alheias é um das estratégias mais importantes para a compreensão dos modos de constituição do gênero reportagem. Isso porque a maior parte das informações veiculadas nesse gênero tem sua origem no discurso alheio.

Analisamos, então, duas reportagens, uma da revista VEJA, “*À sombra da constituição*”; e outra, da revista ISTOÉ, “*Onde estão os éticos?*”. Concluimos, assim, que as diferentes formas de incorporação da palavra do *outro* não possuem um caráter de gratuidade, mas, pelo contrário, são utilizadas para sustentar a linha argumentativa do locutor e exercem diferentes funções no texto.

PALAVRAS FINAIS

Procurando tecer considerações finais acerca da presente pesquisa, chamamos, primeiramente, a atenção para o fato de que o objetivo geral deste trabalho consistiu em identificar e analisar, no gênero reportagem, a subjetividade na incorporação do discurso alheio, a partir de um quadro teórico que buscou articular a concepção de *Heterogeneidade do Sujeito e a Teoria Semiolingüística*.

Consideramos que toda pesquisa se constrói por meio de escolhas dentro de um vasto horizonte de possibilidades, tanto teóricas quanto metodológicas. Por isso, dedicamo-nos, num primeiro momento deste estudo, às explanações teóricas, objetivando, a partir do problema formulado, traçar um percurso teórico que pudesse, num segundo momento, nos fornecer instrumentos metodológicos para a análise do *corpus*.

Buscando alcançar esse objetivo geral, no primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico dos estudos linguísticos no sentido de compreender como se deu o reconhecimento do sujeito heterogêneo, ou seja, a noção de que o sujeito se realiza em relação ao *outro*, só existindo porque o *outro* existe. Para isso, buscamos entender o conceito de subjetividade de Benveniste; a grande mudança em relação à concepção de sujeito provocada por Bakhtin (1995 [1929]), ao tratar a questão do dialogismo; e os novos conceitos que surgiram a partir das contribuições de Bakhtin, tais como, os estudos de Ducrot (1987), Authier-Revuz (1990), Maingueneau (1997 [1987]) e Charaudeau (2008).

No segundo capítulo, apresentamos as especificidades da Teoria Semiolingüística, base teórica desta pesquisa, mostrando que ela parte do princípio de que o ato de linguagem se constitui como um encontro dialético entre dois processos - produção e interpretação - num espaço interno (o da fala) e num espaço externo (o psicossocial). Dessa forma, Patrick Charaudeau trata a subjetividade no discurso como encenação de atores sociais na dependência das variáveis de um contexto.

Neste capítulo, discutimos a concepção de sujeito, o contrato, as estratégias de discurso e os modos de organização do discurso.

Tendo em vista, ainda, o objetivo geral pretendido neste trabalho, buscamos apresentar, no terceiro capítulo, um percurso teórico sobre os estudos que tratam, especificamente, da incorporação do discurso alheio. Evidenciamos, neste capítulo, a importância da teoria bakhtiniana e as contribuições de Authier-Revuz (1990), Possenti (1995), Garcia (2006 [1967]), Marcuschi (1991), Maingueneau (2008a [1995], 1997 [1987]) e Charaudeau (2008, 2006a).

Acreditamos que a articulação entre tais postulados teóricos sobre o sujeito heterogêneo e o fenômeno da encenação do ato de linguagem possibilitou tratar melhor a questão da subjetividade e as dimensões linguísticas do discurso na incorporação da palavra alheia.

No quarto capítulo, fizemos a apresentação da metodologia e prosseguimos com a análise do *corpus*. Na primeira etapa da análise, apresentamos uma discussão sobre o gênero reportagem e as particularidades do discurso de informação midiático, desde o contrato de informação midiático até a participação dos sujeitos neste contrato. Na segunda etapa, seguimos para a análise de duas reportagens, uma da revista VEJA, “À sombra da constituição”, e outra, da revista ISTOÉ, “Onde estão os éticos?”.

Ao fim desta pesquisa, podemos concluir que, desde a seleção feita ao recorrer à voz alheia até as estratégias de como essa voz é relatada, passando pelo uso ou não de aspas, ou pela escolha dos verbos delocutivos, há um trabalho que denuncia a presença da subjetividade do locutor citante, que efetua um aproveitamento diferenciado das alternâncias de vozes no interior do texto, incorporando à sua própria voz a voz do *outro*.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990/ [1962].

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: GERALDI, João Wanderley. ILARI, Rodolfo. LEMOS, Cláudia T. G. de. (Orgs.). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas – SP, 1990.

_____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo, Ática, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995/ [1929].

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 2003/ [1979].

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002/ [1970].

BARROS. D. L. P. & FIORIM, L.F. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: EDUSP. 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerda, 2004.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BENVENISTE. Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: USP.1976/ [1958].

BENVENISTE. Émile. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: USP.1989/ [1974].

BRAIT, Beth. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, C. A., TEZZA, C., CASTRO, G. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p.69-92.

BRANDÃO, Terezinha. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: INDURSKY, Freda (Org.) **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000, p.159-167.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p. 5-43.

_____. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo (Org.). **Fundamentos e Dimensões de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale-UFMG. 1999, p. 27-43.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: : MARI, Hugo (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/ UFMG. 2001. p. 23-37.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; & MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p.13-74.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-29.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. **Linguagem e discurso**. [PAULIUKONIS, A. L. & MACHADO, I. L.] São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 1987.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros Textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p.166-179.

_____. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. In: **MATRAGA 22: Estudos Linguísticos e Literários**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ano 15. n. 22 – Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008, p. 129-144.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. São Paulo, Pontes, 1987/ [1984].

DIAS, Daniella Lopes. O recurso ao discurso do outro como forma de identidade. In: MATENCIO, M. L. M.; OLIVEIRA, M.A. & BITTENCOURT V. O. (Orgs.). **Scripta: linguística e filologia**. Belo Horizonte- MG, PUC Minas. 2005. P. 89-99.

FLORES, Valdir & TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto: 2005.

_____. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros. **Entrecruzamento de Vozes na Constituição do Discurso: Um Diálogo Possível Entre Bakhtin e Ducrot**. Vitória – ES, UFES, 2008. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GAVAZZI, Sigrid.; RODRIGUES, Tânia Maria. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Orgs.) **Texto e discurso : Mídia Literatura e Ensino**. São Paulo: Lucerda. 2003, p. 51-61.

GREEN, Georgia M. **Pragmática and natural language understanding**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

LINS, Maria da Penha Pereira. Mas, afinal, o que é mesmo pragmática? In: **REVISTA Fala Palavra**, Aracruz, nº 2, out. 2002, p. 52-65.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997/ [1987].

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a/ [1995].

_____. **Cenas da Enunciação**. POSSENTI, S. & SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2008b.

MACHADO, Ida Lúcia.. Algumas considerações sobre a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: MACHADO, I. L. (Org.). **Movimentos de um percurso em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2005. p. 19-52

_____. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/ UFMG. 2001. p. 39-62.

_____. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R. & LYSARDO-DIAS, D. (Orgs.). **Teorias e Práticas discursivas: estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte, Núcleo de análise do discurso da FALE – UFMG. Carol Borges. 1998, p. 111- 121.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: **Intercom – revista brasileira de comunicação - 64**. São Paulo, 1991, p. 74-92.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.19-36.

MELLER, Janine. **A subjetividade no discurso citado**. Porto Alegre: PUC/RS, 2005. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada.

MUSSALIN, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A C. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001, p.101-141.

NEGRONI, Maria Marta García. Os modos de dizer do sujeito no discurso acadêmico. In: MICHELETTI, G. (Org.). **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 92-121.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. Nominalização, memória discursiva e argumentação. In: **ANÁLISE DO DISCURSO: cadernos do CNLF**, vol. X, n. 10, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2006, p.124-136.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane S. M. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, G. M. P.; EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L. (Orgs.) **Análise do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 45- 69.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: GAVAZZI, S. & PAULIUKONIS, M. A. L. (Orgs.). **Texto e discurso : Mídia Literatura e Ensino**. São Paulo: Lucerda. 2003, p.38-50.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: Três Épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 311-318, 1997.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: **Revista de Linguística ALFA – A análise do discurso**. São Paulo: Editora UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995, p.45-55.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 153-183.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972/ [1916].

SOUZA, Vanessa Cândida. **Imagem da enunciação no gênero reportagem**. Rio de Janeiro, UFRJ, Mimeo. 2008. Dissertação de Mestrado em Linguística.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. Polifonia e intertextualidade: as vozes da notícia. In: PAULIUKONI, M. A. L. & SANTOS, L. W. dos. (Orgs). **Estratégias de Leitura: texto e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006 , p.143-153.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. Campinas- SP, 1997. Tese de doutorado em Linguística – UNICAMP.

ANEXOS

Reportagem 1

VEJA, "À sombra da constituição", 24 de julho de 2009, Edição 2118.





À SOMBRA DA CONSTITUIÇÃO



Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: os "comuns", nós, e os "incomuns", a quem tudo se permite

OTÁVIO CABRAL E DIEGO ESCOSTEGUY

Há meio século, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou Brasília, um coro de descontentes fez-se ouvir. Nada contra a arquitetura de gosto duvidoso da nova capital federal. O que se temia era a possibilidade de que, uma vez isolados no interior do país, longe da vigilância próxima e permanente dos cidadãos de uma metrópole como o Rio de Janeiro, antiga sede do governo, os políticos perdessem de uma vez a compostura e passassem a comportar-se como senhores feudais, acima das leis. Infelizmente, os descontentes revelaram-se proféticos. Brasília tornou-se uma ilha da fantasia para deputados e senadores, que usam seus cargos de representantes do povo para locupletar-se e obter vantagens para seus apaniguados. O corolário evidente é que a capital se transformou numa imagem de pesadelo para os que pagam a conta: nós, os milhões de contribuintes; nós, as dezenas de milhões de pessoas comuns. É tal o resumo da ópera brasileira — eles, os poderosos, os "incomuns", se lixam cada vez mais para a opinião pública, para os bons modos, para a Constituição. Minam, assim, a crença na democracia e os alicerces de uma nação que almeja a civilização.

Esse espetáculo deprimente teve outra cena triste na semana passada. Seu protagonista: o presidente Lula. Desde que se viu na contingência política de ter de defender os crimes dos seus partidários envolvidos no mensalão, Lula teve de entregar a bandeira da ética — que ele empunhou com desenvoltura antes de chegar ao Palácio do Planalto. A rendição do presidente se deu naquela célebre en-

trevista concedida em Paris, em 2005, nos tempos em que a corrupção causava ainda algum constrangimento. Sem os corretivos vindos de cima, a turma do baixo, do médio e do alto clero da base aliada sentiu-se mais livre do que nunca. Sempre que um de seus integrantes está prestes a se afogar, eis que surge o presidente, solidário, oferecendo o conforto de suas palavras amigas. Nem precisa ser compadre de pitar cigarrilha, como o leal companheiro Delúbio Soares, estrela do mensalão. Pode ser do PMDB, do PP ou do PTB. Pode até ser, vá lá, um "grande ladrão", adjetivo com o qual Lula descrevia o senador José Sarney quando este era presidente da República. Há cinco meses o Congresso Nacional enfrenta uma infundável onda de escândalos. Ela envolve parlamentares e altos funcionários com mordomias, nepotismo e suspeitas de corrupção. Aos 79 anos de idade, 54 de política, Sarney, o mais longo e experiente dos políticos brasileiros, é apontado como mentor e beneficiário da máquina clandestina que operava a burocracia do Senado. Inerte diante das denúncias, o senador tentou defender-se no plenário, com argumentos tão frágeis quanto os azulejos portugueses de São Luís. Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia.

"O senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum", disse o presidente. E continuou: "Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo no Brasil. Quando o Congresso foi desmoralizado e fechado, foi muito pior para a democracia". Não satisfeito, acrescentou: "Eu sempre fico preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele

Brasil

não tem fim e depois não acontece nada". Ao afirmar que Sarney merece um tratamento diferenciado, o presidente atropelou o preceito constitucional expresso no artigo 5º, que estabelece a igualdade de todos perante a lei. "Lula foi absolutamente infeliz. Reforçou a ideia de que um é melhor do que o outro. Restabeleceu a lógica do 'você sabe com quem está falando?'. Bateu de frente na Constituição e no princípio basilar da democracia", resume o historiador Marco Antonio Villa.

Dono de uma biografia comovente e de uma popularidade acachapante, Lula não parece preocupado com arranhões em sua imagem pessoal. Parece fiar-se nas cicatrizes promovidas pelo tempo. Espontâneo como nos tempos de sindicalista barbudo, ele não é, ainda, afeito a liturgias do cargo que ocupa. Nada disso representa um grande problema. A questão é que, no exercício da Presidência da República, Lula personifica muito mais do que o operário que chegou ao poder. Ele é ao mesmo tempo

A PALAVRA DO PRESIDENTE

- DENÚNCIA**
- O QUE LULA DISSE**
- O QUE ACONTECEU**



MENSALÃO	ANTONIO PALOCCI	RENAN CALHEIROS
O ex-ministro José Dirceu comandou o esquema de suborno de deputados conhecido como mensalão	O ex-ministro da Fazenda foi acusado de determinar uma desvassa ilegal nas contas do caseiro Francenildo Costa	O senador recorreu a um lobista para pagar despesas pessoais
"O que o PT fez do ponto de vista eleitoral (caixa dois) é o que é feito no Brasil sistematicamente"	"A vida nossa é marcada por dissabores, por acusações, às vezes por levandades, às vezes acusações que nós temos de humildemente provar que não são verdadeiras"	"Estou vindo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam"
Dirceu foi cassado na Câmara dos Deputados e denunciado como chefe da organização criminosa do mensalão	Palocci pediu demissão do cargo de ministro da Fazenda e aguarda julgamento no STF por crime de quebra de sigilo bancário	Renunciou ao cargo de presidente do Senado. Apesar de responder a processo no STF, continua influente

O QUE DIZEM AS PESSOAS COMUNS

A esmagadora maioria dos 100 cidadãos de dez estados ouvidos pela reportagem de VEJA mostrou-se indignada com as frases condescendentes do presidente Lula em relação à corrupção e à impunidade. Eles responderam a duas indagações: por que no Brasil as denúncias não dão em nada e se concordam com Lula em que políticos como Sarney devem ter um tratamento diferente do que têm as pessoas comuns. Entre os entrevistados, há es-

tudantes, cientistas, artistas, comerciantes e profissionais liberais. Há brasileiros anônimos e famosos, ricos e pobres. Não importa. São todos iguais perante a lei e — o mais importante — querem que seja assim. A comparação entre o que eles e o presidente pensam sobre o assunto revela um fenômeno preocupante: o distanciamento entre a política e o mundo real. Passou da hora de os senhores de Brasília ouvirem a voz dos cidadãos conscientes.



EGIDINALDO SILVA, 65
Ater de navios/RJ
"O brasileiro, de modo geral, tem uma atitude eufórica em relação à ética. É por isso que o presidente pode fazer uma declaração tresloucada dessa sem provocar indignação em quem votou nele!"



FRANCISCO DE A. BARBOSA, 43
Segurança/BA
"O que o Sarney tem de diferente de mim? Nada. O que ele tem que eu não tenho é poder e dinheiro. Se o presidente quer evitar denúncias, é porque tem medo de um dia ser alvo delas!"



FLÁVIA CID, 26
Assistente administrativa/DJ
"Aqui é o país da malandragem. Todo mundo limpa a barra de todo mundo e dá um jeito de escapar da denúncia. Para mim, ladrão é ladrão. Se os políticos forem escolhidos pelo povo, devem satisfação!"



SAMARA MELKA, 20
Estudante/AM
"Acho que o Lula tem razão, porque não é só Sarney quem faz isso. A imprensa não pode pegar só um. E ele não é mesmo uma pessoa comum — tem um cargo elevado e ajuda o povo!"

Brasil

ROTEIRO DE IMPUNIDADE O deputado Edmar Moreira e seu castelo de 25 milhões de reais: o relator do Conselho de Ética da Câmara pediu sua cassação por quebra de decoro, mas colegas se preparam para absolvê-lo na próxima semana

o mestre e o servo dos brasileiros ao se investir dos poderes de uma instituição, a Presidência da República. Entre seus inúmeros e vitais papéis está o de zelar pela Constituição. Ao declarar que Sarney é um personagem que paira sobre tudo e todos, o presidente da República foi bem além de cometer uma gafe pessoal. Ele feriu a Carta que jurou defender. E isso nem um presidente popular, simpático e bem-sucedido como Lula pode fazer impunemente.

Há uma mensagem perturbadora na recorrente retórica presidencial em defesa dos aliados envolvidos em escândalos: a minimização da corrupção, o estímulo à transgressão das regras e o aval à impunidade. A lista dos socorridos por Lula saiu direto dos escaninhos da polícia



(veja o quadro na pág. 60). Há nela gente como o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, acusado pela PF de faturar propina. Ele recebeu uns belos cafunés de Lula, em agosto de 2008, num discurso a sindicalistas: "O que aconteceu com Paulinho já aconteceu com outros. Nessas horas, é momento de andar de cabeça erguida". A defesa do

presidente deve ter tocado o coração dos deputados do Conselho de Ética da Câmara. Logo depois, eles inocentaram Paulinho. Outro notável da política brasileira que mereceu um papurico de Lula foi Renan Calheiros, do PMDB, quando vieram a público os rolos do senador alagoano com amantes, bois, lobistas e malas cheias de dinheiro — essas coisas de



ALBERTO DE SÁ SANTORO, 67
Fisica/RJ
"No Brasil, muitas pessoas devem favores umas às outras, o que é péssimo. Mas, no caso específico, concordo com Lula. Não podemos ser levianos com ex-presidentes. Não há provas contra Sarney."



JULIO SECCHIN, 21
Produtor de cinema/SP
"No Brasil, todas as denúncias são abundantes e mandradas com o famoso jeitinho brasileiro. Políticos não merecem o foro privilegiado. São cidadãos como qualquer pessoa."



GISELE SORVIO, 28
Advogada/SP
"No Brasil, há uma burocratização do sistema judiciário. Os políticos do Legislativo criam leis para protegê-los e beneficiá-los. A distinção é inconstitucional."



RAQUEL LINHARES, 48
Psicóloga/RJ
"A população está acomodada. Já temos um presidente do poder e podemos nos mobilizar novamente. Como os políticos são nossos representantes, deveriam receber punições mais severas."



ROMO DE FIGUEIREDO, 55
Administrador/RJ
"As denúncias não seguem adiante por causa da pouca vergonha, da impunidade e do corporativismo. O cenário político é um nojo. Não poderia haver tratamento diferente entre políticos e pessoas comuns."



ETELVINO BECKMAN, 64
Químico/SP
"A Justiça faz distinção entre nós e pobres. É uma maldade histórica. A lei deve ser igual para todos. Por isso discordo de Lula, embora o entenda. Sem agidos a políticos como Sarney, ele não governa."



ISABEL POZI, 49
Decoradora/RJ
"Os políticos deveriam ser tratados como qualquer cidadão. Mas o povo brasileiro não é sério e a ética não é moda. As pessoas parecem não fazer questão de saber o que está acontecendo no país."



ANTÔNIO CURSINO, 67
Aposentado/BA
"As declarações do presidente não são dignas de ser levadas a sério. Ao banalizarem as denúncias, elas legitimam a corrupção, a impunidade e criam um clima de frustração."



MARIA CONÇALVES, 79
Aposentada/RJ
"As denúncias não dão em nada porque, em geral, os políticos são saldados e corrompidos. Deveriam ser punidos com mais rigor. Os malfetores teriam de ser banidos do cenário político."



JOSÉ MARIA DA SILVA, 48
Funcionária pública/DF
"No Brasil, os corruptos não vão para a cadeia por falta de vontade política de investigar as irregularidades a fundo. Não me parece correto um político denunciado ser tratado com regalias."



BRUNO, 49
Center sortação/GO
"O político brasileiro já tem uma condição diferenciada. Pessoas comuns são julgadas, têm seu nome nos órgãos de proteção de crédito, trabalham por salário mínimo e enfrentam fila do SUS."



SABRINA CASTRO MENDES, 26
Públicista/RJ
"As denúncias não dão em nada porque o povo não cobra. Estamos acostumados a reclamar, mas não agimos quando devemos. Os políticos são pessoas comuns, não têm nada de especiais."



Brasília. No ápice do escândalo, há dois anos, o presidente entrou em cena para confundir a plateia: "Isso é um assunto que o Senado poderia ter resolvido em uma semana. Não sei por que não resolveram. É o típico caso de gente que acha que quanto pior, melhor. Estou vendo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam". Acabaram aceitando. Meses depois, os senadores inocentaram Renan.

É necessário cautela ao estabelecer uma relação automática de causa e efeito entre as declarações conciliadoras de Lula e a posterior pizza servida aos encaixados. Seria um disparate afirmar que Renan foi absolvido diretamente em razão do que disse o presidente. Mas é ingenuidade acreditar que um fato esteja completamente dissociado do outro. Resta incontornável a percepção de que, todas as vezes em que o presidente se pronuncia a favor de um político enrolado (o que é frequente demais), o político enrolado safa-se (o que é tão frequente quanto).



JAIRTON DUPONT, 50
Quilômetro/RS
"Concordo, em parte, com Lula. Ex-presidentes merecem respeito, embora atos ilícitos devam ser punidos, não importa quem os tenha praticado. Nossa sociedade confunde público com privado"



LUCAS SOARES, 18
Estadante/SP
"A história não legitima ninguém a ser julgado de forma diferente. Sou contra qualquer tipo de foro privilegiado. Se todos se envolvessem com política, não haveria essa impunidade"



ANTONY FIGUEIRA, 63
Cooperante/SP
"São os próprios políticos que se julgam. Por isso, as denúncias não vão dar em nada mesmo. Na política, é um perigo mexer com o outro"



NIDESSA CAPUCHINHO, 19
Estadante/SP
"O Lula deixou claro que a Justiça não é igual para todos. O Sarney é um cidadão como outro qualquer e deveria ser tratado como tal. A impunidade prevalece porque os políticos querem que seja assim"



RENATO TEIXEIRA, 64
Cantor e compositor/SP
"Todo cidadão precisa cumprir seu papel social com honestidade. Não pode haver perdão para aqueles que desvirtuam esse conceito"



ANDERSON GONÇALVES, 38
Mecânico/RJ
"Os políticos deveriam ter mais responsabilidade porque possuem um cargo público e um salário que a maioria dos trabalhadores não consegue ganhar durante a vida. Mas são corruptos"



ROBERTO VINCOZ, 42
Maestro/RJ
"Os políticos foram eleitos justamente porque as pessoas se identificam com eles e os consideram comuns. Por isso têm de ser tratados como cidadãos sem privilégios"



DENISE MENDES TERNES, 45
Psicóloga e freira/RS
"Este é o país onde tudo se pode e tudo se faz. Um político é uma pessoa comum e deve ser julgado comumente pelos erros que comete"



MARCIA TIBURI, 39
Filósofa/SP
"Há um acordo tácito e preestabelecido de que o Brasil é terra de ninguém. Sarney conta com isso. Lula conta com isso. É apavorante"



VICTOR FREITAS PIRES, 70
Aposentado/RS
"É difícil que uma denúncia siga adiante. A política brasileira foi tomada por gangsteres com um projeto bem montado de corrupção. E legisladores corruptos não terão leis para punir a si próprios"



JOANA SALEK, 22
Estadante/SP
"Infelizmente, muitos partidos políticos estão comprometidos com esquemas de corrupção e omitem as práticas criminosas que vêm ocorrendo no Congresso. Precisamos de uma reforma política"



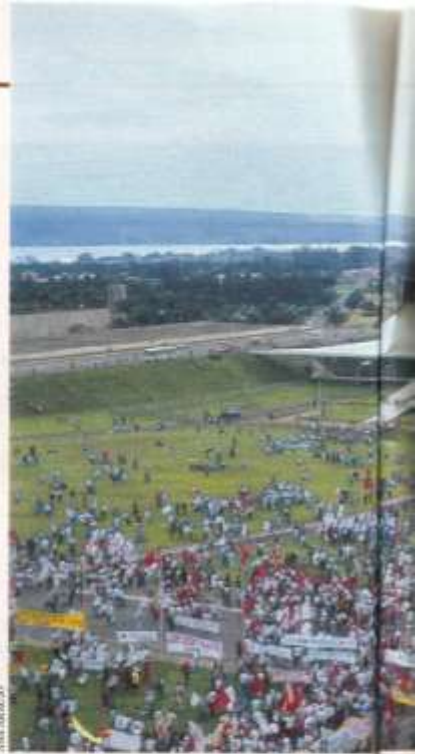
THAISA STORCH BERKMANN, 53
Astrônoma/RS
"Os políticos se comportam, e usufruem de privilégios, como se fossem mais do que os outros brasileiros. O presidente dá um contraxemplo. Representantes do povo não são monarcas"

Brasil

As declarações de Lula fortaleceram Sarney, que havia iniciado a semana passada na berlinda. Ele chegou a discutir a possibilidade de se afastar da presidência do Senado, como um último ato para resgatar sua biografia. Desde que deixou a Presidência da República, em 1990, Sarney elegeu-se senador e se transformou na principal liderança política do Congresso. Preside o Senado pela terceira vez e, nos intervalos entre um mandato e outro, ajudou a eleger apadrinhados, como Jader Barbalho (que renunciou por corrupção) e Renan Calheiros. É dele também a montagem da burocracia alvo dos últimos escândalos. Durante catorze anos, o ex-ditôlogo Agaciel Maia comandou a máquina que administra o Senado. Nomeado por Sarney e mantido no cargo por todos os presidentes que lhe sucederam, Agaciel foi afastado no início do ano quando se descobriu que ele era dono de uma mansão, não declarada ao Fisco, avaliada em 5 milhões de reais. Recentemente, soube-se também que Agaciel era responsável pela montagem

de uma estrutura administrativa clandestina usada para contratar parentes, amigos e correligionários de senadores sem percorrer os caminhos normais da burocracia. Não se conhece a totalidade da lista dos beneficiados, mas já foram encontrados oito parentes do senador José Sarney entre os "secretas" parlamentares. A maior parte deles jamais pisou no Congresso. No último dia 10, em meio ao escândalo, Agaciel Maia casou a filha. Sarney foi padrinho.

Na véspera da declaração de apoio de Lula, o senador "incomum" subiu à tribuna. Em um discurso de pouco mais de meia hora, disse que a crise não é dele, mas de todo o Senado, e que não aceita ser julgado por questões menores, o que é uma "falta de respeito para quem tem mais de cinquenta anos de vida pública". VEJA ouviu uma centena de pessoas "comuns" em várias partes do país, para saber como receberam a política do tratamento diferenciado aos políticos proposto pelo presidente. As opiniões estão reproduzidas ao longo das páginas desta



ALEXANDRE ALBUQUERQUE, 27
Estadista/SP
"Por ter décadas de vida pública, o Sarney deveria ter pensado mais antes de empregar seus parentes. Como o presidente o defendeu, não tenho dúvida de que a impunidade vai continuar."



ARNALDO DIAS SOARES, 74
Comerciante/AM
"No Inglaterra, quando um político é pago roubando, é demitido ou renuncia. No Japão, ele se suicida. No Brasil, é diferente: o político que rouba ganha status."



ELJENE SANTOS OLIVEIRA, 32
Duplante/BA
"O presidente Lula pede para a imprensa e o povo se fazerem de cegos porque sabe que ninguém reage. É verdade que as denúncias não dão em nada: os políticos se protegem."



MARIA GRIMALDI, 27
Estatística/RJ
"Nada acontece porque são os próprios políticos que fazem a legislação. Eles merecem um tratamento diferenciado na hora da punição, mas para que o castigo seja maior."



JOSÉ LUIS MANCINI, 39
Administrador/SP
"Temos uma corja política dominante. Um sabe dos poderes do outro e, assim, acaba-se sempre acobertando os erros. O Sarney deve ser colocado à prova, sim."



DEVY EVNES CARVALHO, 30
Vendedor de consórcio/DF
"Escândalos não dão em nada por um problema cultural, de falta de referência e de valores. Os políticos não podem ser tratados como seres superiores ao povo em geral — até porque não são."



MARCELO MADUREIRA, 51
Bancista/RJ
"Como assim, as denúncias não dão em nada? Dependendo do tamanho da jogada, pode render até uma diretoria de estatal. Político não é uma pessoa comum, em muitos casos não é sequer um ser humano."



MARIANA ZATZ, 61
Cientista/SP
"Lula deveria fazer o oposto: cobrar que a pessoa pública fosse submetida a menos privilégios, mais investigação e mais transparência que as pessoas comuns."



NELSON WITTA, 64
Produtor musical/RJ
"Quando atacados, os políticos se juntam para se defender em bloco, sempre com a velha conversa mole do 'temos de preservar a instituição'. Mas são eles que a corrompem e desmoralizam."



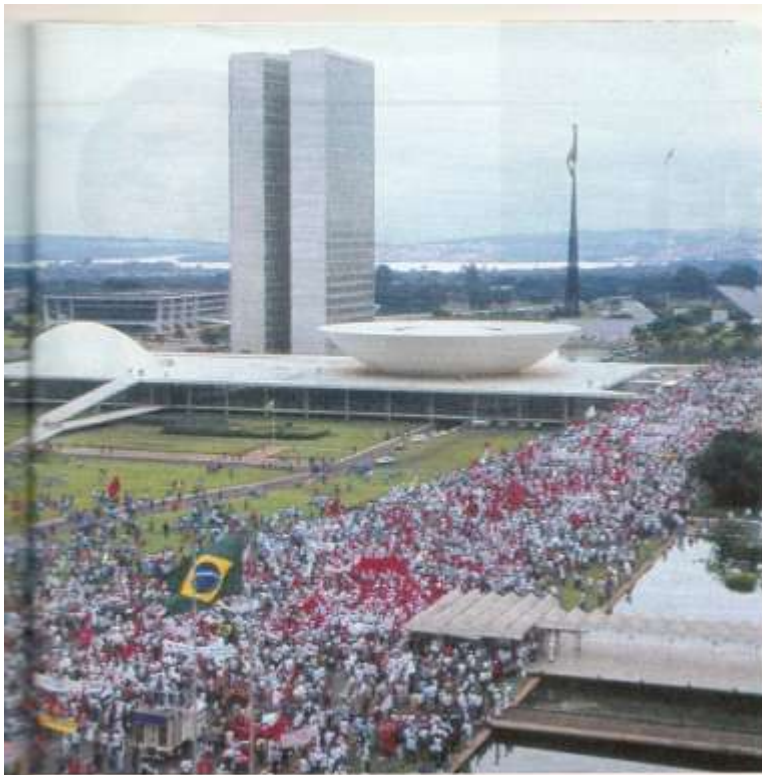
PAULO EDUARDO ARTAXO, 55
Físico/SP
"Lula foi infeliz. Ele deveria pedir apuração rigorosa em vez de criar categorias de cidadania. O ponto é que os brasileiros toleram a corrupção. O mote 'levar vantagem em tudo' ainda é forte."



FRANCISCO DE OLIVEIRA, 75
Sociólogo/SP
"As denúncias dão, sim, muito resultado. Lula sabe disso, pois a base dele tremou com a revelação do mensalão. O julgamento é lento, mas tem de ser assim, para dar oportunidade de defesa aos acusados."



FERNANDA ALVES, 38
Advogada/RJ
"Os políticos envolvidos em denúncias têm teto de vidro e trocam favores uns com os outros. Eles não deveriam receber proteção constitucional, porque, como está, a impunidade segue solta."



RADICAIS CALADOS Mais de 100.000 militantes de movimentos sociais pedem a saída de FHC em 1997. Hoje, MST, CUT e UNE funcionam como braço auxiliar do governo e só promovem manifestações de apoio a Lula

reportagem. Em 1890, Benjamin Constant, ardoroso republicano brasileiro, saiu de uma audiência com o marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil, indignado com o tratamento que lhe fora dispensado. "Não era esta a República com que eu sonhava", disse Constant. Mais de um século depois, é como se sua frase continuasse a ressoar entre os milhões de cidadãos que vivem sob o império da lei, sem privilégios e pagando a conta dos "incomuns" de Brasília. ■

COM REPORTAGEM DE EXPEDITO FILHO, NAIARA MAGALHÃES, NATÁLIA MANCZYK, LEANDRO BEGUCCI, LEANDRO NARLOCH, LEONARDO COUTINHO (DE SALVADOR), JOSÉ EDUARDO (DE MANAUS), IGOR PAULIN (DE PORTO ALEGRE), RONALDO SOARES, CAROLINA VAISMAN, KALLEO GOURA E GABRIELE JIMENEZ



ALESSANDRA NARDI, 40
Comerciante/RJ
"Falta seriedade na política brasileira. Se o político foi acusado de algum crime ou maleditoria, deve ter um tratamento severo"



THYKARE T. DA SILVEIRA, 18
Estudante/DF
"Existe impunidade porque as denúncias nem sequer são julgadas. Os políticos corruptos deveriam responder aos processos como criminosos comuns"



WILLIAM RIBEIRO TORINO, 30
Analista de negócios/DF
"As denúncias não avançam porque um político dá a mão ao outro. O Congresso não é lugar de investigação, e sim de acordo. Não entendo por que os políticos são tratados de forma diferente"



ERILENE AZEVEDO, 47
Professora/AM
"As denúncias não dão em nada no Brasil porque várias pessoas têm essa concepção do presidente Lula. Os homens que deveriam dar o exemplo são os primeiros a burlar a lei e a ética"



FERNANDO CALENBECK, 46
Químico/SP
"Muitos querem, o tempo todo, ser pessoas incomuns. O desejo por vantagens indevidas é parte muito forte da nossa cultura. O meu uso do dinheiro público é generalizado"



LUCIANA AYUSO, 18
Estudante/SP
"O Lula dizer isso é uma vergonha. Sou contra o tratamento diferenciado. Sobre a corrupção, como as pessoas se beneficiam do poder umas das outras, acabam tendo 'cabo preso' e nada acontece"



LUIZ CARLOS DE ASSIS, 46
Gerente de bancos/RJ
"Política, no Brasil, virou palhaçada. É um grande circo. Os políticos acusados deveriam ser tratados como pessoas comuns, respondendo por suas atitudes erradas e recebendo punição"



GERALDO CONCEIÇÃO, 46
Porteiro/BA
"Para mim, os políticos têm de ter uma punição diferente mesmo. Só que é o contrário: eles têm de ter um julgamento mais rigoroso, porque, além de roubar, enganam o povo"



ROBERTO LENT, 60
Neurologista/RJ
"A frase, vindo de um presidente, dá a ideia de que pessoas comuns são da segunda classe, que merecem menos respeito. Ninguém deve ser tratado de maneira desigual diante da lei"



DEJAR DA SILVA, 26
Parteiro/RS
"Um vizinho meu foi acusado de um crime e a polícia invadiu a casa dele sem pedir licença a ninguém. Duvido que entrem chutando a porta da casa desses figuras"



LEONARDO MIRANDA, 25
Estudante/SP
"Como representantes do povo, os políticos devem dar exemplo. Suas penas devem ser mais rigorosas do que as do cidadão comum"

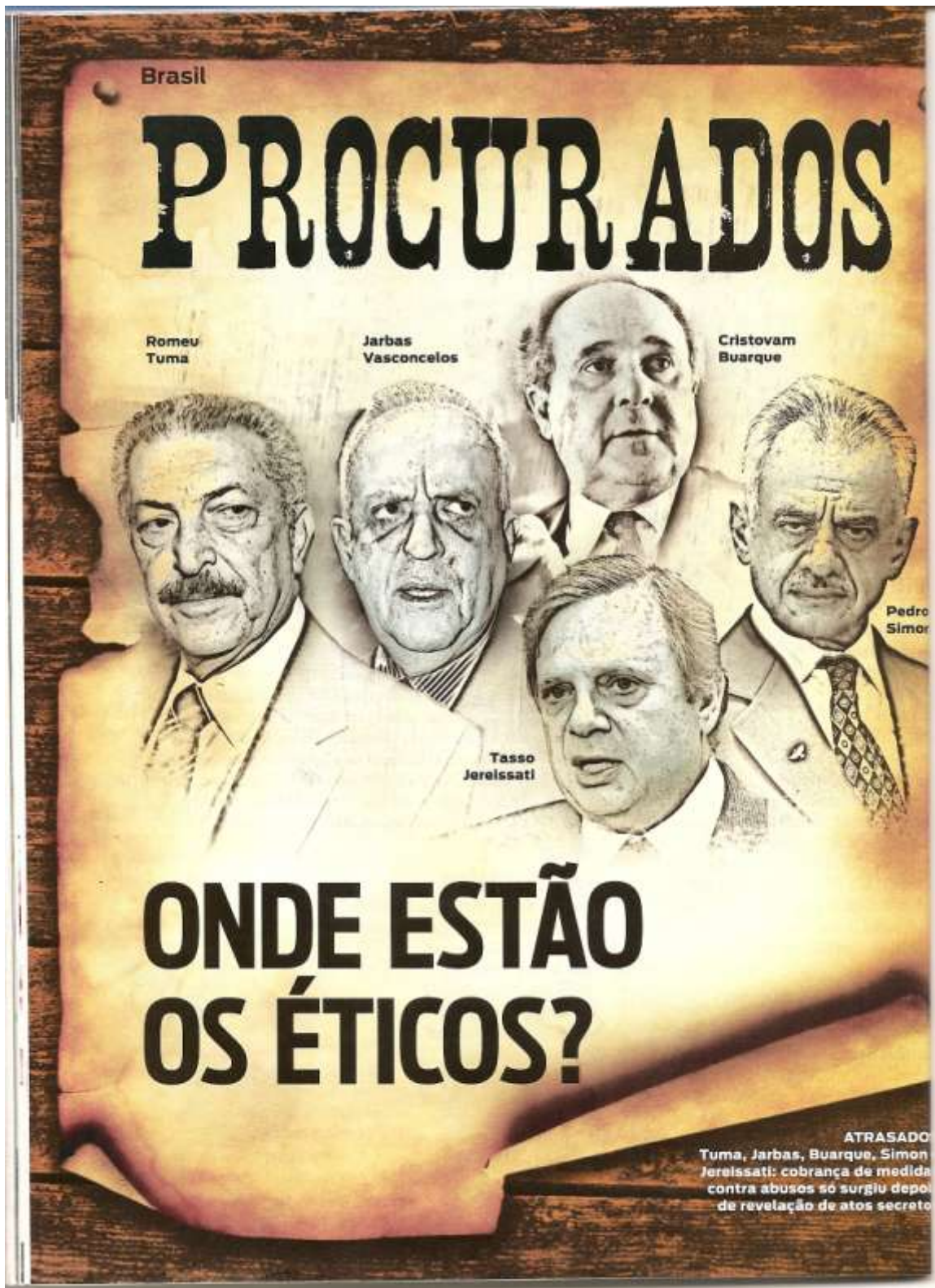


SANDRA NASCATEIX, 31
Empresária/RJ
"As denúncias não dão em nada porque a prioridade é que os interesses próprios sejam resolvidos. O correto seria cada um ser responsabilizado por aquilo que faz, sem diferença de tratamento"

Reportagem 2

ISTOÉ, “Onde estão os éticos?”, 24 de julho de 2009, Edição 2067.





Tão grave quanto os atos secretos para práticas de nepotismo e favorecimentos é o silêncio cúmplice de todo o Senado. Entenda por que nem o chamado grupo ético tomou providências

Sérgio Pardellas

A foto já estava encomendada. O grupo de nove senadores auto-intitulados "éticos" programou um almoço para a última terça-feira 16 no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Posariam diante dos holofotes como os responsáveis por tentar livrar a instituição do fosso profundo em que se encontra desde o início do ano, quando eclodiu o escândalo do pagamento de horas extras aos servidores em pleno recesso e o das diretorias fantasmas destinadas a acomodar afiliados políticos e garantir mordomias. Mas tão logo vazou a notícia sobre o encontro nos corredores do Senado, o celular de Jereissati não parou mais de tocar. "Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir", repetiram mais de 15 senadores. "Eu fui convidado", fez questão de dizer o senador Almeida Lima (PMDB-SE) e outros que eram questionados sobre o assunto em plenário. Resultado: o almoço foi cancelado. Em vez de uma mesa farta, houve uma reunião austera, no dia seguinte, no gabinete de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A pressão da maioria dos senadores descaracterizou o convésco dos "éticos."

Dali surgiu um documento com propostas para combater a crise, subscrito por Tasso, Jarbas e mais Sérgio Guerra (PSDB-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF), Tião Viana (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Pedro Simon (PMDB-RS). Entre as medidas, a demissão imediata do atual diretor-geral Alexandre Gazineo e uma auditoria



DUPLA Parceria de Sarney e Renan domina a administração da Casa

externa para analisar os contratos celebrados com empresas privadas. Mas algumas perguntas são inevitáveis: onde estavam os éticos do Senado quando vários desmandos foram cometidos pelo ex-diretor-geral, Agaciel Maia, que ficou 14 anos no cargo com a bênção de seguidas mesas diretoras? Não sabiam que pode chegar a mil o número de atos secretos baixados nos últimos dez anos, que serviram para nomear apadrinhados de senadores e de diretores, aumentar salários, criar cargos, contratar empresas, proteger servidores envolvidos em maracutaias?

É difícil acreditar que um senador nunca, nesta ou em outra legislatura, soubesse de nada ou não tenha precisado de uma benesse a partir de um ato, secreto ou não, da diretoria da Casa.

Afinal, os diretores do Senado são uma espécie de assessores de luxo dos senadores. "Toda criação de cargo é feita pela mesa diretora e convalidada pelo plenário. E são os próprios senadores que preenchem esses cargos criados. Ninguém pode dizer que não sabia", garantiu, durante a semana, Agaciel, um dos pivôs da crise. "Acho meio canhestro sair por aí dizendo que a gente não sabe de nada", reconhece o ex-presidente da Casa Garibaldi Alves (PMDB-RN). **"Não há decisão que não passe pelo colégio de líderes e pela mesa. Vivemos aqui um grande teatro"**, constata Wellington Salgado (PMDB-MG).

Não à toa, quando passou pela Casa como representante do Rio de Janeiro (1991-1997), Darcy Ribeiro descreveu o Senado como o "céu". Com uma vantagem: "Não é preciso morrer para estar nele." A cumplicidade também vem de longe. Numa crônica publicada em 1899 ("O Velho Senado"), Machado de Assis revelou que a Casa é como se fosse uma grande família desde os tempos do Império: "Tinham um ar de família. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar", diz o texto. Os proclamados "éticos" não estão imunes. "O Senado é um clube de amigos", atesta o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal São Carlos.

O senador Pedro Simon, dono de discursos tradicionalmente duros e indignados, admitiu que usou, pelo menos uma vez, sua cota de passagens para levar sua mulher à Europa, quando encontrou a ex-candidata

Brasil

presidencial franco-colombiana Ingrid Betancourt. "Fiz uma viagem em 26 anos, sem um extra, sem diária, sem coisa nenhuma", defende-se. Tasso Jereissati, anfitrião daquele que seria o "almoço dos éticos", usou R\$ 469 mil da verba oficial do Senado destinada à compra de passagens aéreas para fretar jatinhos. Ele tem o seu próprio jato, um Citation, mas declarou que recorreu a fretamentos quando o seu aparelho não estava disponível. Foi obrigado a devolver o dinheiro. Segundo relato de Agaciel a interlocutores, Arthur Virgílio foi outro beneficiado pelas regalias. Um dos mais ferrenhos críticos da gestão do ex-diretor-geral, o senador tucano, de acordo com Agaciel, chegou a ter cinco apadrinhados com cargos numa das diretorias da Casa. Todos nomeados por ele próprio, Agaciel. Virgílio nega. Em recente discurso, chamou Agaciel de "meliante engravatado".

Já o senador Tião Viana, que participou da reunião no gabinete de Jarbas, emprestou um celular do Senado para a filha usar em viagem ao México. A conta foi de R\$ 14.758,07. O valor, correspondente a 20 dias de uso, foi pago por ele após a denúncia. O DEM, do senador Demóstenes Torres, um dos signatários do chamado "pacote da moralização", também tem pouca autoridade para alegar que não sabia dos recentes escândalos. O partido transformou a Primeira Secretaria do Senado num feudo. Por lá, passaram nos últimos anos os senadores Efraim Morais (DEM-PB) e Romeu Tuma (PTB-SP).



DE TODOS Senadores ouvem atentos discurso de Sarney, no qual diz que a crise não é dele, mas da instituição

É a Primeira Secretaria que cuida do varejo administrativo da Casa.

O mau exemplo que vem de cima tem sido copiado pelos servidores do baixo escalão. A criação do ponto eletrônico, uma das medidas moralizadoras tomadas pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), há apenas três meses, já está sendo burlada pelos funcionários. Para receber as horas extras – com limite de até duas –, o servidor precisa registrar sua presença, a partir do fornecimento de senha, nos computadores da Casa depois das 18h30 em dias de sessões deliberativas. Só que, segundo funcionários ouvidos por ISTOÉ, são muitos os casos de uso de senha por terceiros para justificar a presença de quem saiu antes ou até de

"Acho meio canhestro sair por aí dizendo que a gente não sabe de nada"

Garibaldi Alves (PMDB-RN), senador

quem não pisou nas dependências do Senado em determinados dias.

Diante das evidências da cumplicidade geral, alguns senadores se penitenciam. "A culpa é de todo o Senado. A grande verdade é que temos de debater se as coisas acontecem pelas nossas ações ou pelas nossas omissões", disse Simon. **"Realmente, cochilamos em relação ao aspecto administrativo da Casa", reconhece Cristovam Buarque.** "Onde eu estava quando os desmandos aconteceram? Estava rodando o Brasil em defesa da Educação. Só que nos descuidamos da administração da Casa. É uma autocrítica que faço", afirma o senador do PDT.

O caso dos atos secretos para nomear nove parentes de Sarney é emblemático desta omissão. Se somados os salários de toda a família Sarney, o Senado pagaria R\$ 39 mil mensais. Ninguém via. Um dos últimos coronéis da política brasileira, Sarney subiu à tribuna, na terça-feira 16, para dizer que seria uma "injustiça" julgar um homem como ele "com correção, vida austera, que preza a sua vida e a dignidade da sua carreira". A plateia ouviu atenta, sem pedir apertes, manifestações ou explicações sobre como esses atos secretos se deram sem conhecimento do restante da Casa. Em

visita ao Casaquistão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez coro ao dizer que o aliado "tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum."

O "clube de amigos" só reagiu a um ponto do discurso de Sarney. Justo no que ele estava certo. "A crise do Senado não é minha; a crise é do Senado. É a instituição que devemos preservar", disse o senador, provocando reações posteriores. "Era preferível que Sarney não tivesse nem falado", atacou Jarbas. "Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia", disse. O que Jarbas esquece é que seu partido, o PMDB, tem maioria na Casa há 25 anos e tem papel fundamental na eleição do presidente e na composição das mesas diretoras.

Nos últimos 24 anos, o PMDB comandou o Senado durante 20. Salvo o período de Antonio Carlos Magalhães (1997-2001) e alguns mandatos-tampão, o partido estava à frente da fuzarca na qual a instituição se encontra. Nos últimos oito anos, desde a eleição de Ramez Tebet (em 2001), só deu PMDB. É este o período da construção dos escândalos, que já renderam a cabeça de Renan Calheiros (PMDB-AL). Mas, pelo visto, pouco se fez para melhorar as coisas. Na sexta-feira 19,

Sarney anunciou a formação de comissão de sindicância para apurar as denúncias. Detalhe: o trabalho será acompanhado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Embora os senadores sejam senhores de cabelos brancos, o Senado acabou precisando de alguém de fora para tomar conta dele. ■



HOMEM FORTE
Grupo ético pediu demissão imediata de Gaziano, mas ele continua

FOTOS: LULA MARQUES/POLEA; MAGALHÃES: NERES/LIMA/POLEA; MAGALHÃES

Leonardo Attuch

attuch@istoe.com.br



FLAMENGO E VASCO

Lula nem sempre é compreendido. Suas metáforas futebolísticas são tão complexas e exigem um grau de conhecimento tão elaborado que, às vezes, só ele mesmo entende. Na semana passada, por exemplo, comprou os conflitos no Irã após a aparente fraude em favor do presidente Mahmoud Ahmadinejad a uma briga de torcedores do Flamengo e do Vasco. Uma declaração, à primeira vista, ultrajante, pois o que está acontecendo no Irã é um dos mais belos e extraordinários levantes populares das últimas décadas. Algo como a Queda do Muro de Berlim, a Primavera de Praga ou a rebelião dos jovens franceses em Maio de 1968. Para um presidente com a popularidade e o passado de Lula, não fica lá muito bem empenhar seu aval a um fanático, como é o caso de Ahmadinejad, e não ao povo iraniano.

Mas as declarações de Lula têm que ser interpretadas com mais cautela. Por que o presidente escolheu Flamengo e Vasco e não outros clássicos regionais como Corinthians e Palmeiras, Inter e Grêmio ou Cruzeiro e Atlético? Porque há apenas num caso, em toda a história do futebol mundial, em que a rivalidade se transformou em ódio após uma fraude eleitoral. Antes mesmo que os dois times de futebol mais populares do Rio de Janeiro existissem, seus atletas já se atracavam em brigas homéricas após as competições de remo - Flamengo e Vasco, afinal, eram clubes de regatas. Mas em 1927, o *Jornal do Brasil*

O ódio entre as duas maiores torcidas do Rio nasceu de uma fraude eleitoral. Assim como no Irã

decidiu colocar a disputa à prova numa eleição popular. A Taça Salutaris seria entregue ao "time mais querido do Brasil". Venceria quem levasse mais cupons da água mineral Salutaris, indicando o nome do seu time. Os comerciantes portugueses, vascaínos, tinham tudo para vencer. Mas os flamenguistas se mobilizaram, adotaram sotaques lusitanos e lotaram as padarias do Rio com escudos do Vasco na lapela. Quando chegaram à sede do jornal, jogaram os votos falsos nas privadas do prédio e entregaram apenas os do time rubro-negro. Um engenhoso golpe eleitoral.

Consta que, no Irã, um país onde as urnas não são eletrônicas, 40 milhões de votos foram contados manualmente em cerca de duas horas. Algumas seções eleitorais tiveram o comparecimento de 150% - !!! - dos eleitores. Natural, portanto, a revolta dos derrotados. E o próprio Ahmadinejad já havia dito que os protestos eram coisa de torcedores frustrados. Lula, portanto, repetiu a fala de um maluco e deixou no ar uma dúvida intrigante: ele tem ou não simpatia por regimes de força? Na verdade, o presidente brasileiro apenas entende mais de futebol do que qualquer outra pessoa no mundo. Tomara que seja isso, pois não é bom imaginar que Lula, chefe de todas as torcidas organizadas do País, tenha uma queda por ditadores.

